

# **PROJETO PEDAGÓGICO**

**Curso de Graduação  
Bacharelado  
em  
Desenvolvimento Rural  
(PLAGEDER/ UFRGS)  
Modalidade Educação a Distância**

**Implementação e Execução no âmbito do  
Programa Especial de Graduação – PEG**

**Porto Alegre, abril de 2013.**



**CARLOS ALEXANDRE NETTO  
REITOR**

**RUI VICENTE OPPERMANN  
VICE-REITOR  
PRÓ-REITORIA DE COORDENAÇÃO ACADÊMICA**

**SERGIO ROBERTO KIELING FRANCO  
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO**

**MÁRA LÚCIA FERNANDES CARNEIRO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**LUIS ALBERTO SEGOVIA GONZALEZ  
COORDENADOR DA UAB/UFRGS**

**Responsáveis pela elaboração do projeto:**

Coordenador Geral: PAULO DABDAB WAQUIL ([waquil@ufrgs.br](mailto:waquil@ufrgs.br))

Coordenadora Operacional: ELIANE SANGUINÉ DA SILVA ([plageder@ufrgs.br](mailto:plageder@ufrgs.br))

## SUMÁRIO

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	5
II. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PROJETO.....	6
III. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	15
3.1. Proponente do Curso .....	19
3.2. Denominação do Curso .....	20
3.3. Área de Conhecimento .....	20
IV. PÚBLICO META .....	20
4.1. Público.....	20
4.2. Vagas e Polos .....	20
4.3. Processo Seletivo.....	21
4.4. Controle de Registros Discentes .....	22
V. JUSTIFICATIVA, EQUIPE EXECUTORA E ESTRUTURA .....	23
5.1. Justificativa da Proposta do Curso .....	23
5.2. Duração .....	27
5.3. Metodologia de Ensino Aplicada .....	27
5.4. Descrição das Equipes Multidisciplinares.....	28
5.4.1. Coordenação Geral do Projeto .....	28
5.4.2. Equipe Acadêmica Responsável pela Execução do Curso.....	28
5.5 Estrutura, Funcionamento e Atribuições da Equipe Executora.....	29
5.5.1 Estrutura .....	29
5.5.2 Funcionamento e Atribuições.....	30
VI. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO .....	39
6.1 Objetivo Geral .....	39
6.2 Objetivos Específicos .....	40
6.3. Perfil do Egresso .....	40
6.3.1 Competências .....	40
6.3.2. Área profissional .....	41
6.4. Organização Didático-Pedagógica .....	41
6.5. Regime Didático.....	44
6.5.1 Especificidades.....	55
6.5.2 Calendário .....	59
6.5.3 Eixos Temáticos e Disciplinas .....	60
6.5.4 Matriz Curricular.....	62
6.5.5 Quadro de Concomitância das Disciplinas.....	64
6.5.6. Conteúdo das Disciplinas .....	66
VII. PROPOSTA METODOLÓGICA.....	93
7.1 Material Didático.....	94
7.2 Avaliação da Aprendizagem .....	96
7.3 Execução das Aulas (Estratégias de Apoio Pedagógico para o Desenvolvimento da Aprendizagem).....	98
7.4 Ambiente Virtual de Aprendizagem .....	102
7.5 Laboratório e demais espaços necessários .....	104
7.5.1 Responsabilidade de Manutenção .....	105
VIII. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO .....	106
IX. CALENDÁRIO.....	107

X. RECURSOS FINANCEIROS .....	107
XI. GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO .....	107
ANEXOS.....	108
ANEXO I – Quadro Síntese do Projeto Pedagógico do PLAGEDER.....	109
ANEXO II – Edital de Seleção Publicado no Diário Oficial para a Primeira Edição.....	110
ANEXO III – Edital de Seleção Publicado no Diário Oficial para a Segunda Edição .....	115
ANEXO IV – REGISTRO CREA .....	121
ANEXO V – REPERCURSO CAPES.....	124

## I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
Av. Paulo Gama, 110 – Bairro Farroupilha – Reitoria – 7º andar – Campus Centro – Porto Alegre – RS – 90040-060 Fone: (51) 3308.3885

CURSO Graduação Bacharelado em DESENVOLVIMENTO RURAL – PLAGEDER  
Av. João Pessoa, 31 – Campus Centro – Porto Alegre – RS – 90040-000  
Fones: (51) 3308.3884 – 3308.3446 – 3308.4174  
Fax: (51) 3308.3281  
[plageder@ufrgs.br](mailto:plageder@ufrgs.br)  
<http://www6.ufrgs.br/plageder>

Porto Alegre, abril de 2013.

---

Dr. Paulo Dabdab Waquil  
Coordenador do Curso de Bacharelado em  
Desenvolvimento Rural – PLAGEDER/ UFRGS

---

Dr. Luis Alberto Segovia Gonzalez  
Coordenador da UAB/UFRGS,  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## II. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PROJETO

### INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELO PROJETO E PERSONALIDADE JURÍDICA:

- ❑ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

#### a) Funções e Obrigações que se compromete

- ❑ Execução do Termo de Cooperação a ser firmado com a UAB/CAPES nos termos da legislação competente;
- ❑ Acompanhamento e coordenação da execução do projeto;
- ❑ Planejamento físico-financeiro do projeto;
- ❑ Avaliação do processo;
- ❑ Administração dos recursos deste projeto;
- ❑ Prestação de contas dos recursos recebidos;
- ❑ Emissão de Relatórios Técnicos.

#### b) Coordenação Geral:

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

Rua Eça de Queiroz, 682 apto. 301  
Petrópolis – 90670.020 – Porto Alegre – RS  
Telefone (51) 9373.6387  
UFRGS: (51) 3308.3094/ 3308.3884  
Fax: (51) 3308.3458  
E-mail: [waquil@ufrgs.br](mailto:waquil@ufrgs.br) [plageder@ufrgs.br](mailto:plageder@ufrgs.br)

### c) Plano de Trabalho Resumido

A proposta de oferta do Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) está referendada na proposta de expansão do ensino superior brasileiro sob os auspícios do “Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB”.

O oferecimento da 1ª edição do PLAGEDER foi aprovado e financiado no âmbito do Edital de Seleção nº 01/2005-SEED/MEC. Ainda no âmbito deste mesmo Edital, foi aprovada e financiada a 2ª edição do Curso, sendo ambas as edições, em nível tecnológico. Este Edital propôs a articulação e integração experimental de Instituições de Ensino Superior, Municípios e Estados, nos termos do artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visando à democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público e gratuito no País, bem como ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias de ensino adequadas às realidades regionais. Esta nova edição do PLAGEDER, agora em nível de bacharelado, foi aprovada no âmbito da Chamada para Articulação de Cursos no Sistema da Universidade Aberta do Brasil – 2013 e continuará contando com recursos assegurados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB/CAPES/MEC).

O curso terá uma duração de 4,0 anos (8 semestres letivos) com um total de 3.130 horas/aula, ofertando 600 vagas distribuídas em 12 polos municipais de apoio presencial no estado do Rio Grande do Sul.

A estrutura curricular está fundamentada em uma abordagem teórico-prática finalizando com a elaboração de um Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

Tendo em vista o seu caráter não permanente, as duas edições anteriores do curso de Graduação PLAGEDER foram implementadas no âmbito da UFRGS como um Programa Especial de Graduação (PEG<sup>1</sup>).

A primeira edição foi iniciada em outubro de 2007 e no segundo semestre de 2011 foi finalizada com as defesas das monografias.

---

<sup>1</sup> RESOLUÇÃO Nº 37/2006 do **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE/UFRGS)**: O Programa Especial de Graduação na UFRGS (PEG-UFRGS) tem o objetivo de ampliar a atuação da Universidade na área da graduação, através de cursos **sem o caráter de oferta permanente** e que atendam necessidades emergenciais e temporárias da comunidade, ou propostas experimentais ou inovadoras, ambas devidamente identificadas e avaliadas pelas instâncias competentes da Universidade. O PEG-UFRGS oferecerá cursos de graduação resultantes de iniciativa da própria UFRGS ou de convênio desta com outras instituições de Ensino Superior (IES), em especial públicas ou comunitárias, para número limitado de processos seletivos.

A segunda edição, iniciada em agosto de 2009, encontra-se na etapa final, de elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (6º semestre), com previsão para ser concluída em meados do 2º semestre de 2013.

Várias justificativas sustentam o oferecimento de uma nova edição do PLAGEDER. Apesar do oferecimento de duas edições, constata-se ainda uma forte demanda por parte do público meta. Esta demanda foi constatada tanto em regiões diretamente abrangidas pelas ofertas anteriores do curso, como também por novas demandas, apresentadas por diversos polos municipais que buscam oferecer este curso em suas regiões.

A oferta da nova edição do curso PLAGEDER, como Graduação Bacharelado, está fundamentada na amplitude da formação acadêmica proporcionada, seja em termos de conteúdos didáticos e abrangência temática, seja em termos de carga horária e duração total do curso. Nesse sentido, esta edição do curso está em conformidade com a resolução nº 02, de 18 de junho de 2007, do Conselho de Educação Superior (CNE/ CES) do Ministério da Educação, que regulamenta o oferecimento de cursos de Graduação Bacharelado no Brasil.

O curso PLAGEDER foi concebido como um curso tecnológico, pois tinha como intuito, a partir de uma forte aproximação, formar recursos humanos com perfil transformador da realidade local e regional. Cabe salientar que a implementação deste curso, pelo seu caráter inovador e de ineditismo na UFRGS, recebeu contínuo monitoramento acadêmico pela coordenação do curso, juntamente com a Secretaria de Ensino a Distância (SEAD/UFRGS) e a Secretaria de Avaliação Institucional (SAI/UFRGS).

Este monitoramento, realizado ao longo da execução dos conteúdos didático- pedagógicos da primeira edição do PLAGEDER, constatou um considerável descompasso entre as expectativas e as necessidades da formação preconizadas. Inicialmente, a coordenação do curso, promoveu reuniões com a Direção da SEAD/UFRGS para feedbacks e encaminhamentos naqueles pontos que pareciam merecer maior atenção.

Depois, por iniciativa própria passou a organizar Seminários de Avaliação, como o ocorrido nos dias 03 e 04 de novembro de 2008, na Sala 31-A da Faculdade de Ciências Econômicas. A Coordenação do PLAGEDER realizou este Seminário de Avaliação do Curso, contando com a presença das Coordenadoras de polos, tutores presenciais, representantes discentes de cada polo, representantes dos parceiros CEFET/BG e CEFET/SVS, tutores a distância e equipe técnica do Curso. Pela administração da UFRGS, participou o Secretário de Educação a Distância, Prof.



Sergio Roberto Kieling Franco e o Coordenador da UAB/UFRGS, Prof. Luiz Alberto Segovia Gonzalez.

Nesta oportunidade as coordenadoras de Polo reunidas com os tutores presenciais e representantes discentes redigiram um documento, com cerca de 3 páginas, com as dúvidas, sugestões e demandas específicas de cada Polo. As Coordenadoras apresentaram o relato sucinto do documento para todos os participantes e entregaram o documento completo à Coordenação do Curso.

A Coordenação do PLAGEDER respondeu as questões que eram possíveis de serem respondidas/resolvidas no próprio seminário. As questões que demandaram outros encaminhamentos ou consultas, foram atendidas no devido tempo.

A partir dos documentos entregues por cada um dos polos, foi elaborado, pela coordenação do PLAGEDER, um relatório sistematizando todas as questões que foram levantadas servindo de base para os ajustes no projeto submetido para a 2ª edição do Curso junto às instâncias da UFRGS e da UAB/MEC.

Podem ser citados dois exemplos de resultados práticos desta avaliação:

a) a imediata criação pelo Núcleo EAD/IEPE, de um fórum específico para que os representantes discentes de cada polo pudessem discutir suas impressões sobre o curso e outros assuntos acadêmicos, o que até então a Coordenação do Curso não tinha planejado.

b) a outra providência, se referiu à programação das aulas presenciais. Os representantes discentes presentes ao Seminário fizeram coro com as Coordenadoras e tutores presenciais, no que se refere às primeiras aulas presenciais. Preferem que não ocorram no primeiro dia de aula. A coordenação entendia que seria melhor desenvolvida a disciplina se o tutor ou professor estivesse no polo para “abrir” a disciplina e apresentar-se pessoalmente. No entanto, os alunos preferem que a atividade presencial ocorra a partir da 2ª ou 3ª semana de aula, pois já teriam lido os textos e poderiam explorar melhor a presença dos tutores/professores. Assim passaram a ser organizadas as aulas presenciais.

Em outra ocasião, os alunos por intermédio das Coordenadoras dos polos manifestaram inquietação com o nível de exigência do curso e o tempo dedicado a atender as demandas dos professores, para além dos número de créditos e correspondentes horas/aulas atribuídos às disciplinas. A reclamação foi analisada pelo Coordenador que encaminhou à Comissão de Graduação para manifestação e tomada de providências, se fosse assim o entendimento. A

ComGrad/PLAGEDER avaliando detalhadamente cada uma das disciplinas postadas no MOODLE concordou que havia um descompasso decorrente de uma subavaliação da atribuição de créditos/carga horária às disciplinas. Tal constatação engendrou uma solicitação realizada pela Comissão de Graduação/PLAGEDER à Câmara de Graduação (CamGrad/UFRGS), para alteração da carga horária do curso (Processo nº 23078.078019182/10-11), no que foi atendida.

A partir das reuniões que ocorreram para alteração da carga horária, foi reforçada a percepção da equipe envolvida com a gestão e oferta do PLAGEDER, que resultou em reuniões regulares sobre a necessidade de avaliar se não era o momento de ser repensado o nível do curso.

Passou-se então às discussões pontuais sobre a concepção do PLAGEDER. Foram montados grupos de trabalho, compostos por professores, tutores e técnicos administrativos, organizados por temas a serem desenvolvidos. Tendo em vista que neste momento ainda não tinha sido finalizada a primeira edição do curso, e a segunda edição se encontrava em estágio inicial, não era possível uma avaliação mais precisa com base nos resultados das duas edições. Diante disso e dada a necessidade de reforçar o processo de reconhecimento do curso PLAGEDER junto ao MEC, os grupos de trabalho optaram por ampliar as discussões sobre o nível e as características do curso, passando a promover eventos com a participação de outros segmentos, buscando avaliar todas as dimensões que envolveriam esta tomada de decisão.

Foi então que a Coordenação resolveu promover uma pesquisa piloto nos polos de Santo Antonio da Patrulha, Constantina, Quarai e Itaqui, desenvolvida pela equipe do PLAGEDER, contando com o trabalho da francesa Anne Chaulet (Bolsista do Institut d'Études Politiques de Grenoble - França), que se encontrava em 2010 na UFRGS para complementação de estudos de mestrado, e aproximou-se do PLAGEDER devido ao interesse que tinha em conhecer o projeto do Curso mais profundamente, por ser EAD e por ser na temática rural, sua área de pesquisa na França.

A pesquisadora Anne Chaulet visitou estes polos nos meses de março e abril para reuniões com as Coordenadoras, tutores presenciais, alunos, instituições públicas e a comunidade em geral acerca da implementação do PLAGEDER e suas repercussões em nível municipal. Também foram feitas pesquisas de campo em propriedades rurais indicadas pelos polos.

Este projeto de pesquisa também objetivava a investigação das perspectivas e demandas dos alunos e das comunidades/regiões pelo oferecimento do curso PLAGEDER, tendo em vista a possibilidade de consolidação do curso com a sua implantação em caráter regular e permanente.

As visitas foram devidamente registradas em cada polo e uma matéria foi divulgada no site do PLAGEDER, em <http://www6.ufrgs.br/plageder> > Pesquisa e Extensão > Projetos de Pesquisa e Extensão (relatório parcial do projeto e relato das visitas). Este projeto foi apresentado no 6º Salão de Graduação em 2010.

A Coordenação do curso também organizou juntamente com a SEAD e a UAB/UFRGS, uma reunião de trabalho com todos os professores e tutores a distância que atuaram ou atuam no PLAGEDER, em 20/04/2010 no NAPEAD/UFRGS, contando ainda com a participação da equipe administrativa da SEAD e do PLAGEDER.

Nesta Reunião de avaliação do PLAGEDER, depois da palestra do prof. Sergio Franco, então Secretário da SEAD, os presentes foram organizados em Grupos de Trabalho, de forma a abordar as seguintes questões:

QUESTÃO 1 : A comunicação entre os diferentes atores do curso está bem articulada?;

QUESTÃO 2 : O currículo do curso apresenta uma clara relação com o perfil esperado do aluno?

QUESTÃO 3 : A infraestrutura para a realização das atividades pedagógicas é adequada ao curso?

QUESTÃO 4 : As atividades práticas ( estágio, TCC ) tiveram acompanhamento e orientação?

QUESTÃO 5: A capacitação e instrumentalização dos atores para a Educação a Distância foram bem desenvolvidas?

QUESTÃO 6: As práticas avaliatórias foram desenvolvidas de acordo com o curso?

Ao final desta Reunião de Avaliação as considerações feitas pelos presentes foram sistematizadas pela SEAD e pela equipe técnica do PLAGEDER. Aquelas recomendações que ainda estavam em condições de serem implementadas foram feitas de imediato. Outras considerações foram incorporadas na nova proposta do curso, uma vez que não havia como alterar algumas regras/procedimento sem causar prejuízos aos alunos ou provocar questionamentos judiciais.

Depois de várias discussões internas com a equipe envolvida na execução do PLAGEDER e preparação da oferta da nova edição, provocadas, principalmente, a partir da abertura do processo de reconhecimento do Curso junto ao MEC e pelas discussões em torno do registro em Conselho, no período de 08 e 09 de Novembro de 2011 ocorreu o Seminário intitulado “*Situação*

*e Perspectivas de Cursos de Graduação em Desenvolvimento Rural e em Agronegócios no Brasil”, no Auditório da Faculdade de Agronomia da UFRGS.*

O público que participou do evento era composto por representantes da Administração Central das Instituições de Ensino (UFRGS; UNILA; UERGS; UFSM; UNB; UNICAMP; LA SALLE E UNIPAMPA); Coordenadores de cursos de Graduação; Coordenadores de Comissões de Graduação; Professores integrantes do corpo docente dos cursos em oferecimento ou que pretendam se associar; Representantes de Instituições de Ensino que vislumbrem oferecimento de cursos nestas temáticas; Representantes de Conselhos Profissionais; Tutores a distância; Técnicos que atuam nestes cursos.

O Seminário teve como finalidade discutir aspectos conceituais e experiências de Universidades brasileiras que oferecem cursos de graduação nas áreas do desenvolvimento rural/regional, ambiente e em agronegócios, presenciais e/ou a distância. Os objetivos eram: Conhecer diferentes experiências de cursos de graduação tecnológicos/bacharelados na temática do desenvolvimento rural/agronegócio/meio ambiente; Fornecer subsídios para estruturação e aperfeiçoamento de cursos nestas temáticas para as IES que já atuam neste segmento ou para outras que tiverem interesse no seu oferecimento; Constituir uma rede de IES com atuação neste segmento visando a troca de experiências e a articulação de demandas e propostas; Identificar e estruturar um canal de comunicação junto ao MEC e suas instâncias envolvidas com o ensino superior (SERES, SETEC, SESU) e Constituir um grupo de articulação para atuação junto a Conselho Profissional. E os resultados esperados eram: produzir subsídios para aprofundar o debate em torno das ofertas de cursos de graduação em desenvolvimento rural e em agronegócios no Brasil.; constituição de rede de IES com atuação em cursos de graduação na área do Desenvolvimento Rural e/ou Agronegócios no Sul do Brasil; fortalecimento da área para futuras negociações junto ao Ministério da Educação e Conselhos Profissionais.

A coordenação do evento foi assegurada pelo professor Dr. Lovois de Andrade Miguel, coordenador do PLAGEDER/UFRGS na ocasião, que teve como atribuição, conduzir o processo de formalização dos painéis, tratativas internas com a Administração Central da UFRGS e estruturação e sistematização, junto com os relatores, das contribuições dos palestrantes para a montagem do documento final. Os procedimentos implementados pelo grupo de trabalho produziram um grande número de subsídios e percepções que permitiram finalizar a estruturação do projeto da nova edição do PLAGEDER alterando, efetivamente, o perfil do curso de tecnológico para bacharelado.

Ao final deste longo e profícuo processo, somados às contribuições de integrantes da Reitoria da UFRGS, entre uma série de proposições identificadas e adotadas pelo grupo de trabalho, destacaram-se a ampliação da carga horária total, atendimento de normativas específicas ao Bacharelado, como disciplinas eletivas e atividades complementares, além da mudança no processo de seleção, que prevê o atendimento das Leis/Normas referentes às cotas sociais e raciais, além da possibilidade de algumas modificações nas regras que tratam da reprovação dos alunos, aproximando a oferta desta edição às normatizações aplicadas aos demais cursos de graduação da UFRGS, embora presenciais

Das contribuições deste evento, destacamos ainda os encaminhamentos para a solicitação de registro dos egressos no CREA/RS. Até a data deste Seminário não havia nenhuma manifestação daquele Conselho sobre o processo que se encontrava em andamento. A partir do Seminário foram feitas os devidos ajustes no documento já encaminhado, o que permitiu que a tramitação prosseguisse num ritmo positivo. Em 23 de janeiro de 2013, o Curso foi oficialmente cadastrado no CREA/RS (em anexo).

Soma-se a estas iniciativas pontuais, o fato de que desde o início do curso todos os professores e tutores a distância ao final da oferta da disciplina que atuaram, apresentam o relatório sobre a execução da mesma, incluindo diversos aspectos que influenciam o desenvolvimento de uma atividade acadêmica, principalmente virtual.

Com base nestes relatórios, foram feitos pequenos ajustes nas edições do curso como um todo. Seja no âmbito da grade curricular com alteração na ordem de oferta das disciplinas, ou por exemplo, a decisão tomada em relação à oferta da DERAD025 (nas edições anteriores foi oferecida como uma disciplina dividida em quatro temas, sendo que o aluno só poderia cursar/optar um dos temas. No novo projeto cada um destes temas passou a ser uma disciplina obrigatória); na alteração no número de créditos; no material didático, nas ferramentas do Moodle, no perfil dos professores a serem convidados ou dos tutores selecionados; até mesmo, no formato das capacitações para cada uma das funções.

As contribuições foram analisadas pela ComGrad/PLAGEDER e, na medida do possível, foram adotadas para a edição em andamento (segunda edição) e incorporadas no projeto da nova edição. Cabe esclarecer que nos relatórios enviados à UAB/CAPES, foram detalhadas as alterações que foram feitas e que mereceram destaque nos registros.

A partir de todas as iniciativas apontadas e feitas as consultas informais às instâncias envolvidas, que apoiariam esta decisão, tendo em vista o perfil da Universidade, historicamente voltada à graduação em nível de bacharelados e licenciaturas, somadas à sinalização por parte da UAB/CAPES da possibilidade de financiamento de mais uma oferta do PLAGEDER, foi intensificado o trabalho voltado para a concepção e elaboração desta nova edição do curso, no que se refere às leis e normas que os cursos bacharelados devem atender entre outros pontos importantes. Naturalmente, foram realizadas reuniões e discussões com representantes da administração central da UFRGS em especial da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Câmara de Graduação (CAMGRAD), Secretaria de Avaliação Institucional (SAI) e Secretaria de Educação a Distância (SEAD).

Esta nova edição do PLAGEDER será igualmente oferecida no âmbito da UFRGS como um Programa Especial de Graduação (PEG) - Resolução nº 37/2006, e continuará contando com o forte apoio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), no que se refere ao corpo docente e tutores, e do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) no que tange a estrutura física e administrativa. O PLAGEDER também continuará contando com o apoio do Centro de Processamento de Dados (CPD / UFRGS) e do Núcleo de Educação a Distância da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/ IEPE/ UFRGS) para a gestão do curso no Ambiente Virtual de Aprendizado (AVA), além do apoio fundamental da Secretaria de Educação a Distância (SEAD/UFRGS).

A justificativa para continuar oferecendo o curso PLAGEDER está fundamentada na necessidade de continuar capacitando profissionais com perfil crítico e inovador para atuarem em questões relativas ao desenvolvimento rural em nível local e regional, com competências para assessorar as coletividades locais e regionais (públicas e privadas) na busca de soluções compatíveis com as necessidades e particularidades das sociedades nos espaços territoriais, bem como na formulação e assessoramento de políticas públicas. Por fim, busca-se proporcionar uma visão ampla e crítica da questão ambiental e suas articulações com o desenvolvimento, a gestão e o planejamento rural.

### III. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Educação a Distância (EAD) na UFRGS vem sendo realizada desde a década de 1990 através de iniciativas individuais. Em 1996, com a criação do Doutorado em Informática na Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação (PPGIE), a EAD teve um novo impulso e adquiriu uma característica que a distingue de outras IES nacionais e internacionais: a de basear-se fortemente nas novas tecnologias de informação e comunicação, sobretudo na Internet, amplamente utilizada para promover a interação entre docentes e discentes.

Em 2000 foi iniciado um programa interno de fomento à EAD, para apoiar o desenvolvimento de grupos que atuassem nesta modalidade.

Em 2002 foi criada a Secretaria de Educação a Distância – SEAD/ UFRGS, com o objetivo de promover institucionalmente o desenvolvimento e a implementação de atividades de educação a distância, bem como o aperfeiçoamento pedagógico através da utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) no ensino.

A SEAD fomenta, coordena e institucionaliza as ações de educação a distância que são realizadas pelas Unidades Acadêmicas. Para isto, além dos Editais EAD UFRGS, a SEAD mantém e oferece suporte aos três Ambientes Virtuais de Aprendizagem - com especial destaque para o Moodle, uma vez que este disponibiliza funcionalidades mais adequadas às necessidades metodológicas da maioria dos cursos oferecidos pela UFRGS. Estes AVAs estão instalados no Centro de Processamento de Dados (CPD) e estão completamente integrados ao Sistema Acadêmico da Universidade, que dão suporte para disciplinas de graduação e pós-graduação envolvendo cerca de 10.000 alunos.

A SEAD promove, por meio da sua gerência de capacitações, cursos voltados aos professores, tutores, coordenadores de polos e outros interessados em educação a distância, contando com apoio dos diferentes espaços da universidade, entre eles o Polo de Apoio Presencial UFRGS e o Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação – CINTED.

As primeiras iniciativas de educação a distancia compreendiam material para disciplinas esparsas, passando para cursos de extensão e posteriormente para o oferecimento de cursos de especialização a distância. Atualmente a ênfase está sendo dada para o desenvolvimento de cursos de graduação, em parceria com o MEC.



Nesta linha, iniciaram-se, em 2006, os cursos de Graduação, na modalidade a distância, de Administração e Pedagogia. O primeiro atende a 650 alunos distribuídos em Polos Presenciais em Bagé, Caxias do Sul, Ijuí, Lajeado, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e São Leopoldo; o segundo abrange 400 professores leigos da rede pública de ensino em Alvorada, Gravataí, São Leopoldo, Sapiranga e Três Cachoeiras.

Em 2007 no âmbito da Universidade Aberta do Brasil – UAB, teve início o Curso Superior de Tecnologia “Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Rural – PLAGEDER” – primeira edição, com o oferecimento de 600 vagas, distribuídos nos Polos Presenciais de Arroio dos Ratos, Balneário Pinhal, Camargo, Constantina, Hulha Negra, Itaqui, Picada Café, Quaraí, Santo Antonio da Patrulha, São Francisco de Paula, São Lourenço do Sul e Três Passos.

Em 2008 foram oferecidas mais 2.700 vagas para professores leigos do ensino público, nos cursos de Licenciatura em Artes Visuais, Biologia, Inglês e Matemática. Estes cursos foram oferecidos em parceria com outras IES (públicas e privadas) componentes da Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância – REGESD, em diversos polos do Estado. Em âmbito nacional foi oferecido o curso de Licenciatura em Música, para 840 alunos nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo e Roraima.

Em 2009, também no âmbito da Universidade Aberta do Brasil – UAB, teve início o Curso Superior de Tecnologia “Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Rural – PLAGEDER” – segunda edição, com o oferecimento de 500 vagas, distribuídos nos Polos Presenciais de Arroio dos Ratos, Balneário Pinhal, Camargo, Constantina, Três de Maio, Cachoeira do Sul, Itaqui, Picada Café, Quaraí, Santo Antonio da Patrulha, São Francisco de Paula, São Lourenço do Sul e Três Passos.

### **A Graduação e a Educação a Distância na UFRGS**

Atualmente, a UFRGS integra a Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância (REGESD) e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), além de participar do Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Pró-Licenciatura), da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação do Brasil (SEED-MEC). Os cursos de graduação listados abaixo estão sendo oferecidos como projetos especiais, com entrada única, ou seja, somente através de um processo seletivo por edição.



1. Administração
2. Artes Visuais
3. Ciências Biológicas
4. Desenvolvimento Rural – 1ª edição
5. Desenvolvimento Rural – 2ª edição
6. Letras - Inglês
7. Matemática
8. Música
9. Pedagogia

Além dos cursos desenvolvidos a distância, o EAD insere-se cada vez mais no cotidiano da Universidade, com a crescente utilização de ambientes virtuais de aprendizagem nas disciplinas dos cursos presenciais de graduação e pós-graduação, bem como nas ações de extensão e formação continuada.

### **Cursos de Especialização a Distância da UFRGS**

Pela relação de cursos indicados abaixo é perceptível que a cada ano aumenta a oferta de cursos em nível de especialização, permitindo aos graduados que continuem suas formações na modalidade a distância.

#### **2008**

1. Bibliotecas Escolares e Acessibilidade
2. Tecnologias da Informação

#### **2009**

1. Informática Instrumental
2. Física para Educação Básica
3. Informática na Educação
4. Matemática – Mídias Digitais e Didática
5. Mídias na Educação – Ciclo Avançado

#### **2010**

1. Gestão Municipal
2. Gestão Pública
3. Gestão em Saúde
4. Administração Pública Contemporânea - EAD

### **Atividades de Extensão a Distância da UFRGS**

A partir do investimento em capacitações em EAD de professores, estudantes e técnicos da UFRGS, foram abertas diversas possibilidades para o oferecimento de atividades/ações/cursos de

extensão, antes inviabilizados pelas dificuldades e custos para atingir o público meta, o que foi permitido especialmente com o uso dos ambientes virtuais de aprendizagem.

Além das atividades/cursos abaixo apresentados, as demais ações de extensão registradas na UFRGS como "curso a distância" ou como "curso a distância e presencial", podem ser encontradas no Catálogo de Ações de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT /UFRGS) em (<http://www.proext.ufrgs.br/registros/catalogo-da-extensao>).

## 2009

1. Adolescência
2. Autocad (3ª ed.)
3. Atenção Primária à Saúde
4. Ciências Humanas e a Sala de Aula
5. Clínica de APS (Módulo II)
6. Clínica de APS (Módulo I)
7. Competência - Trabalho em Equipe
8. Farmacêuticos na APS
9. Identificação Humana pelo DNA
10. Mídias na Educação (3ª ed.)
11. Introdução às TICs - Enfermagem
12. Mídias na Educação (4ª ed.)
13. Os Anos Rebeldes 2009
14. Robótica Educativa
15. Prática Pedagógica em EAD
16. Topologia na Clínica Psicanalítica
17. TICs
18. Tutoria a Distância
19. Construindo Redes Virtuais por Pessoas com 60 anos e mais
20. Bibliotecas Escolares em EAD

## 2010

1. Matemática para Professores do Ensino Médio
2. Processos de Arranjo Musical para Professores de Licenciatura em Música EAD
3. Musicalização no PROLICENMUS 2010
4. Tecnologias, Cognição e Processos de Subjetivação
5. Desenvolvimento da Criatividade
6. Desenvolvimento da Criatividade (2ª ed.)
7. Caleidoscópio Socioambiental: Aspectos da Região do Lago Guaíba e Laguna dos Patos
8. Imunologia Básica e Avançada
9. Espiritualidade e Educação
10. Planejamento Criativo e Pesquisa
11. Identificação Humana pelo DNA
12. Doenças e Agravos Não-Transmissíveis (DANT)
13. XI Maratona de Empreendedorismo da UFRGS

14. Discutindo Competência e Trabalho em Equipe
15. Curso para Professores de Matemática do Ensino Médio
16. Tecnologias, Cognição e Processos de Subjetivação: AVAs
17. Educação para Diversidade no Ambiente Escolar – Ênfase: Infâncias de 0 a 10 anos
18. Educação para Diversidade
19. Mediadores de Leitura na Bibliodiversidade
20. Capacitando Professores do EM em Relações Internacionais

## 2011

1. Noções de Gestão do SUS e a Prática das Ações de Alimentação e Nutrição na Saúde Pública
2. Tecnologias de Informação e Comunicação Acessível
3. Imunologia Básica e Avançada
4. Identificação Humana pelo DNA: Genética Forense e Sistema HLA
5. Tecnologias, cognição e processos de subjetivação: A constituição do sujeito tutor
6. Capacitação de Tutores e Professores do curso de Formação em Tecnologias da Informação e Comunicação Acessível
7. Formação para Professores de Física
  
8. Educação Musical e Musicalidade
9. Atualização em Tópicos Seleccionados de Clínica de Atenção Primária à Saúde
10. Capacitação de Tutoria a Distância (SEAD-UFRGS)
11. Produção de Material Didático para a Diversidade
12. Doenças e Agravos Não transmissíveis (Dant)
13. Oficinas de Aprendizagem: Explorando o uso de tecnologia digital no ensino-aprendizagem de língua estrangeira
14. Identificação Humana pelo DNA: Genética Forense e Sistema HLA 2º edição
15. Imunologia Básica e Avançada 2ª edição
16. Medicina do Adolescente

### 3.1. Proponente do Curso

Esta edição do Curso de Bacharelado **em DESENVOLVIMENTO RURAL**, na modalidade de educação a distância (EAD) será oferecido exclusivamente pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Cabe salientar que nas edições anteriores este curso foi oferecido em parceria institucional da UFRGS com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves – CEFET/BG e com o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul – CEFET/SVS. Esta alteração deve-se ao fato de que esta nova edição coloca-se

como um Projeto “Piloto” da implantação do curso na grade de oferta permanente de cursos de graduação da UFRGS.

### **3.2. Denominação do Curso**

O curso intitula-se Graduação Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER<sup>2</sup>. Aos alunos que completarem todas as exigências regimentais será outorgado o título de “Bacharel em Desenvolvimento Rural”, expedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

### **3.3. Área de Conhecimento**

O curso Graduação Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER tem como Área de Conhecimento principal as “Ciências Agrárias”.

## **IV. PÚBLICO META**

### **4.1. Público**

O curso PLAGEDER tem como público meta indivíduos, portadores de certificação de conclusão do ensino médio ou equivalente, reconhecido pelo MEC, preferencialmente moradores das áreas de entorno dos polos municipais de apoio presencial, desejosos de realizarem uma formação em nível de graduação para atuarem em questões relativas ao desenvolvimento, planejamento e gestão rural em nível local e regional.

### **4.2. Vagas e Polos**

O curso PLAGEDER/UFRGS, a ser iniciado em 2013, oferecerá 600 vagas, distribuídas uniformemente em 12 polos municipais de apoio presencial pertencentes ao sistema UAB/CAPES distribuídos pelo estado do Rio Grande do Sul, incluindo os percentuais determinados pelas Decisões nº 268 e 429/2012-CONSUN/UFRGS que instituiu o Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por Reserva de Vagas.

---

<sup>2</sup> Optou-se em manter a sigla PLAGEDER, embora o nome do curso tenha sido reduzido à Desenvolvimento Rural, por recomendação do MEC, porque o curso já é reconhecido pela comunidade com esta identificação.

Os polos de apoio presencial contemplados com a nova edição foram definidos dentre aqueles que receberam a oferta da 2ª edição do Curso, assim como, junto aos demais polos de apoio presencial pertencentes ao sistema UAB/MEC no RS que manifestaram interesse em receber a nova edição do PLAGEDER e que atendem os objetivos da UFRGS. Os polos são: Cachoeira do Sul, Camargo, Constantina, Picada Café, Quaraí, Santa Vitória do Palmar (novo), Santo Antonio da Patrulha, São Francisco de Paula, São Lourenço do Sul, Tapejara (novo), Três de Maio e Três Passos. Estes polos de apoio presencial deverão obrigatoriamente estar com sua situação regularizada junto a UAB/ CAPES e a SEAD/ UFRGS por ocasião da implementação da nova edição do Curso.

O financiamento desta edição do PLAGEDER continuará sendo assegurado pela UAB/ CAPES/ MEC. As Prefeituras Municipais responsáveis pelos polos de apoio presencial terão como responsabilidade a implantação e manutenção da infraestrutura à disposição dos alunos, bem como disponibilização de pessoal administrativo e técnico para o seu funcionamento. A UFRGS não terá qualquer responsabilidade ou ônus com pessoal técnico administrativo e com a manutenção da infraestrutura disponibilizada nos polos.

### **4.3. Processo Seletivo**

As inscrições para as 600 vagas serão abertas na forma de processo seletivo único, regido por edital específico, contemplando os percentuais determinados nas Decisões nº 268/2012 e nº 429/2012 – CONSUN/UFRGS, que instituiu o Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por Reserva de Vagas, a ser elaborado e publicado pela Comissão Permanente de Seleção (COPERSE/ UFRGS), além do atendimento das demais normas previstas, para os cursos oferecidos no âmbito da PEG/UFRGS (Resolução nº37/2006 CEPE/ UFRGS).

Diferentemente das edições anteriores, a inscrição para o processo seletivo será realizada *on line* através de formulário específico disponibilizado no Portal da UFRGS, de acordo com as normas do Edital a ser publicado pela Comissão Permanente de Seleção (COPERSE/ UFRGS).

Por ocasião das inscrições, os candidatos deverão optar por um único polo. Desse modo, o candidato concorrerá apenas às vagas ofertadas no polo escolhido por ocasião da sua inscrição.

Além disso, por ser um curso que prioriza a formação de recursos humanos voltados à intervenção local/regional em prol do desenvolvimento rural, entende-se ser fundamental que os

futuros alunos do PLAGEDER tenham um profundo conhecimento da realidade local e regional. A proposta didático-pedagógica foi elaborada baseada neste pressuposto, privilegiando a realização de atividades didáticas e pedagógicas *in loco* e a realização de outras atividades didáticas presenciais.

O Processo Seletivo Específico constituir-se-á de três provas, uma por área, com 30 (trinta) questões de escolha múltipla cada, mais a prova de Redação.

As áreas de conhecimentos serão definidas conforme estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Área I – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Área II – Ciências da Natureza, Matemática, Física, Química e suas Tecnologias e Área III – Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A prova relativa à Área I constituir-se-á de 30 (trinta) questões envolvendo 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Literatura Brasileira e 5 (cinco) questões de Língua Estrangeira Moderna – Inglês. A prova relativa à Área II constituir-se-á de 20 (vinte) questões de matemática, 3 (três) questões de física, 3 (três) questões de química e 4 (quatro) questões de biologia. A prova relativa à Área III constituir-se-á de 20 (vinte) questões de história e 10 (dez) questões de geografia.

A prova de Redação registrará um escore máximo equivalente a 30 (trinta) acertos, o que corresponde às 30 (trinta) questões de cada uma das três provas objetivas de escolha múltipla. Esta prova será avaliada por dois examinadores, e o escore resultante desse procedimento será formado pela média dos escores por eles atribuídos.

O processo seletivo novamente ficará sob a responsabilidade da COPERSE/UFRGS e a regulamentação detalhada do processo de seleção será divulgada através de Edital Público, respeitando os prazos legais.

O Edital do processo de seleção da segunda edição encontra-se reproduzido em anexo, de modo a ilustrar como deverá ocorrer o processo de seleção para a próxima edição.

#### **4.4. Controle de Registros Discentes**

O gerenciamento das vagas assim como o registro acadêmico, a matrícula nas disciplinas e a emissão dos diplomas ficarão sob a responsabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do

Sul, através do Departamento de Consultoria em Registros Discentes (DECORDI) vinculado a Pró-Reitoria de Graduação. Os registros acadêmicos de todos os discentes serão gerenciados pelo CPD/ UFRGS e ficarão disponíveis para acesso *on line* pelo Sistema Acadêmico. Os discentes terão acesso *on line* às informações e registros acadêmicos via o Portal do Aluno assim como ao histórico escolar atualizado e atestados.

## V. JUSTIFICATIVA, EQUIPE EXECUTORA E ESTRUTURA

### 5.1. Justificativa da Proposta do Curso

O desenvolvimento agrário brasileiro, a partir da segunda metade do século passado, de acordo com diferentes analistas e estudiosos, experimentou “fases” nitidamente distintas. Inicialmente, um setor agrícola que se salientava como sendo tecnologicamente “primitivo” e claramente segmentado em dois amplos subsetores, uns deles organizado estruturalmente em função das atividades agroexportadoras (e, quase exclusivamente, centrado na atividade cafeeira que, de fato, ditava a dinâmica econômica brasileira na época) e, o outro, que viabilizava a produção de alimentos para o mercado interno, mas organizado de forma extensiva, voltado primordialmente à subsistência e apenas contribuindo para a oferta interna na forma de excedentes de produção. Tal contexto prevaleceu até o final dos anos sessenta, pois na década seguinte desencadeou-se uma verdadeira “revolução agrícola” de cunho modernizante, promovida pelos governos militares do período, no âmbito de um período econômico expansionista que foi talvez o mais destacado da história nacional e que, pela primeira vez, dedicou-se também à promoção da incorporação capitalista no campo, alterando, a partir desta segunda fase, inteiramente a *natureza* do desenvolvimento agrário brasileiro.

A década de 1970, portanto, representou o início de um profundo e marcante período de desenvolvimento das estruturas produtivas agropecuárias em nosso país, quando um amplo processo de mudança da base técnica da agricultura foi operado, radicalmente transformando amplas regiões produtivas, com alguns Estados, entre os quais se destaca o estado do Rio Grande do Sul. Neste processo de transformação, comandado pelas agências públicas estatais, refletindo as condições políticas autoritárias e o forte intervencionismo governamental, então vigentes, salientaram-se, além da estrutura de financiamento à produção criada e do abrangente serviço de pesquisa agrícola igualmente estruturado, o outro elemento do “tripé da modernização” que foi,

exatamente, a reformulação ampla dos serviços públicos de extensão rural, que passaram a difundir, de forma intensa, o ideário tecnológico encarnado na chamada Revolução Verde, procurando acoplar os sistemas produtivos agrícolas aos imperativos de uma crescente subordinação aos interesses agroindustriais.

A década de 1980, contudo, especialmente em sua segunda metade, arrefeceu completamente este ímpeto modernizante, em virtude do esgotamento das bases financeiras que sustentaram a citada transformação anterior. Nesses anos, aos poucos a ação extensionista pública foi sendo envolvida em crises periódicas, seja devido ao estreitamento do financiamento de suas atividades (especialmente nos Estados mais pobres), seja igualmente devido a uma incerteza de “orientação técnica”, pois a compreensão então dominante sobre o desenvolvimento tecnológico no campo passou a sofrer crescentes contestações, de diversas ordens, a principal delas sendo a visível impossibilidade de manter os padrões de rentabilidade da década anterior. É nesta década que as conseqüências ambientais do padrão industrial de agricultura começam a aparecer de forma mais visível, fazendo com que iniciativas mitigadoras dos efeitos mais danosos desta agricultura comecem a surgir. Os movimentos ambientalistas ou ecologistas ganham espaço e começam a pressionar por políticas públicas e ações governamentais de caráter mais conservacionista ou exigindo alterações mais ou menos profundas nos “modelos” de agricultura vigente.

A década dos anos noventa representou, por sua vez, outra fase singularmente específica, quando novos determinantes passaram a dominar a cena produtiva no campo brasileiro. A primeira e mais profunda mudança ocorreu com a abertura comercial empreendida por diferentes governos, forçando inéditos níveis de concorrência para os produtores rurais, e aprofundando ainda mais as dificuldades para a obtenção de resultados financeiros satisfatórios. Por outro lado, e esta é outra marca do período, o Estado abandonou definitivamente o “teatro da produção”, extinguindo agências governamentais, secundarizando inteiramente suas diversas políticas e, desta forma, perdendo capacidade de intervenção e orientação no “mundo rural”, em decorrência de um amplo processo de desregulamentação e descentralização. O processo de modernização, iniciado 20 anos antes exatamente pelo comando do Governo Federal, passou assim a contar com um cenário novo e desafiador, onde os imperativos do mercado passavam a orientar os comportamentos produtivos.

Outras mudanças, entretanto, também ocorreram na década de noventa. Uma delas, por exemplo, refere-se ao aprofundamento, ainda maior, das graves condições macroeconômicas vigentes no campo, tornando o processo de descapitalização e de perda de renda uma marca registrada destes



anos, com a brutal queda real dos preços de praticamente todos os produtos agrícolas e a queda dos preços das terras (fato derivado da estabilidade monetária alcançada com o chamado “Plano Real”), contexto agravado com o crescimento dos preços dos insumos agrícolas. Passarão, portanto, a compor o cenário rural as constantes crises sociais e os protestos freqüentes e, como reação dos produtores, a multiplicação de formas de organização social novas, tanto do lado dos trabalhadores rurais e pequenos produtores familiares quanto do lado do setor patronal da agricultura brasileira, igualmente encurralado por essas mudanças recentes.

Ainda outra mudança relevante e digna de menção refere-se à introdução, a partir de 1994, da noção de “agricultura familiar”, que passou inclusive a inscrever-se como uma categoria formalmente definidora de políticas públicas. Neste sentido, pela primeira vez na história agrária brasileira, o Estado reconhecia uma divisão existente, de fato, entre os “produtores rurais”, separando-os quanto à sua lógica de produção e orientação de classe, localizando o setor patronal e o setor da agricultura familiar separadamente, malgrado, é claro, as constante diferenças sociais e econômicas no interior destes dois grandes grupos. Não obstante tal fato, a aceitação político-institucional da noção de “agricultura familiar” abriu um caminho novo para o desenvolvimento rural brasileiro, pois vem viabilizando orientações mais estratégicas das políticas públicas, alçando suas racionalidades técnicas a novas conformações conceituais.

Por fim, cabe salientar as mudanças ocorridas a partir de 1988 em decorrência da promulgação da nova constituição brasileira. Esta constituição, também chamada de “Constituição Cidadã”, alterou profundamente a concepção e implementação de políticas públicas em nível local. Assim, no que tange às políticas públicas para o meio rural, são implementados novos instrumentos para a execução de políticas públicas de cunho local baseados na descentralização e na participação dos atores locais. Constatase, sobretudo a partir do início da década de 1990, o surgimento e disseminação de estruturas de poder em nível do poder público municipal que retomam estes preceitos como os Conselhos Municipais de Agricultura e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Este período é igualmente marcado por um outro fenômeno social não menos relevante relacionado com a multiplicação e ampliação da atuação de organizações sociais civis: as organizações não-governamentais – ONGs. Fortemente atuantes no setor social, as ONGs passam a desempenhar um papel relevante na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento rural, em especial direcionados para a promoção e a qualificação da agricultura familiar.

A proposta de oferta do PLAGEDER procura corresponder a este cenário, inspirando uma compreensão interpretativa rigorosa acerca deste período passado tão emblemático de desenvolvimento do mundo rural brasileiro, os últimos cinquenta anos, e especialmente preparando seus participantes para conhecer (e, portanto, agir) no futuro imediato, conscientes das novas condições sociais, econômicas, político-institucionais, ambientais e tecnológicas reinantes atualmente. Entende-se que os atores e protagonistas envolvidos com a concepção e atuação em prol do desenvolvimento rural não podem mais permanecer à margem de uma compreensão teórica e empírica dos contextos diferenciados do mundo rural, sendo capazes, portanto de, interpretando-os, prepararem o desenvolvimento agrícola e agrário do futuro, em bases mais sustentáveis com as exigências que o presente gradualmente impõe às atividades produtivas agropecuárias.

O Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural proposto orienta-se por esta interpretação do desenvolvimento agrário recente no Brasil. Portanto, a principal justificativa para a realização do Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural remete-se à urgente necessidade de oferecer uma formação que permita a qualificação de profissionais atuantes no âmbito do desenvolvimento, do planejamento e da gestão rural em nível local e regional.

A formação profissional usualmente oferecida nas instituições de ensino superior em “Ciências Agrárias” e em “Ciências Sociais” apresenta, em geral, uma importante formação teórica, mas geralmente uma estrutura curricular e conteúdos programáticos dissociados das mudanças ocorridas no “mundo rural”. Entretanto, como demonstram variadas evidências, a compreensão fragmentada e extremamente particularizada do “mundo rural”, centrada em processos singulares e atividades específicas, vem demonstrando não ser mais adequada aos tempos recentes. A necessidade de analisar os sistemas agrícolas de forma abrangente e interdependente, introduzindo variados enfoques interpretativos, oriundos de diversos campos disciplinares, assim conformando uma nova e ampliada perspectiva do desenvolvimento no campo, necessariamente multidisciplinar e multifacetado, é uma necessidade em nossos dias.

A “nova” realidade do mundo rural brasileiro passou a exigir profissionais envolvidos com a temática do desenvolvimento rural com uma sólida formação teórica e aplicada para a concepção e gestão de projetos sociais e ações em prol do desenvolvimento rural. Nesse sentido, é notória a insuficiência de profissionais nesta área, tanto em nível público (prefeituras, órgãos da administração indireta, autarquias, etc.) como em nível privado (associações, escritórios de planejamento, cooperativas, empresas, etc.).

Por fim, constata-se uma insuficiente oferta de possibilidades de formação superior pública fora dos grandes centros urbanos e grandes aglomerações populacionais. As crescentes dificuldades de ordem socioeconômica a que são submetidas parcelas consideráveis da população brasileira (em especial oriundas do meio rural) e a necessidade de intensificar a qualificação para o mercado de trabalho de jovens e adultos, apontam para a necessidade de novas modalidades de oferta de cursos e formações em nível superior. A disponibilização de formações de nível superior fundamentada na Educação a distância (EAD) e estruturadas segundo demandas profissionais precisas e específicas são, seguramente, uma forma adequada de responder a esta importante demanda social.

Neste sentido, a justificativa para a presente proposta deste Curso de Bacharelado visa, primordialmente, propor conhecimentos que sejam associados às realidades existentes, preparando os profissionais egressos para responderem aos dilemas do presente e subsidiando a “sociedade rural” para os desafios do futuro.

## **5.2. Duração**

O Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) terá uma duração de oito semestres consecutivos, com um total de 3.130 horas/aula.

## **5.3. Metodologia de Ensino Aplicada**

O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado para promover a interação entre os alunos, mas também entre esses e os professores/tutores e entre os próprios professores/tutores, será o MOODLE. Este ambiente disponibilizará tanto o material criado nas edições anteriores do curso ou adquirido para ser utilizado no curso, assim como a produção dos alunos. Um dos focos de todo o trabalho desenvolvido pelos alunos deve ser a criação de materiais para serem publicados no sítio e que propiciem a socialização e interação com seus pares. Essa experiência de troca continuada e regular deve contribuir para que o processo de formação ultrapasse os limites tanto temporais como espaciais e de público do curso.

Além disso, será fornecido ao aluno um conjunto de materiais de apoio, incluindo entre outras possibilidades:

- Manual do Aluno em meio impresso e disponibilizado no site do PLAGEDER;
- Textos e materiais didáticos a serem preparados no âmbito deste projeto ou já existentes;
- CD-Rom/DVD com programas de interesse didático (tanto programas educativos como paradidáticos e outros utilitários), conteúdo interdisciplinar e simulações e outros produtos que permitam interação e que justifiquem sua distribuição em meio digital.

## **5.4. Descrição das Equipes Multidisciplinares**

### **5.4.1. Coordenação Geral do Projeto**

A Coordenação Geral será assegurada pela Comissão de Graduação (ComGrad/PLAGEDER) que está inserida no organograma da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFRGS) e fisicamente instalada no Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE/UFRGS). Atualmente é formada pelos professores Paulo Dabdab Waquil (Coordenador), Glauco Schultz (Coordenador Substituto) e Marlise Amalia Reinehr Dal Forno, Rumi Regina Kubo como membros titulares e os professores Lovois de Andrade Miguel e Gabriela Peixoto Coelho de Souza como membros suplentes, além da representação discente.

### **5.4.2. Equipe Acadêmica Responsável pela Execução do Curso**

Os professores envolvidos diretamente na implementação e execução desta edição do Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural são vinculados, na sua maioria, ao Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas e o corpo docente do PGDR, basicamente, vem sendo responsável pela elaboração da proposta deste Curso e pela sua execução desde a 1ª edição. No entanto, vale destacar que os professores que atuam no PLAGEDER, têm formação diversa, como por exemplo, nas áreas básicas das Ciências Agrárias, além de áreas afins à formação pretendida, como pode ser constatado no Quadro 2 a seguir, caracterizando a multidisciplinaridade do curso.

Este Quadro foi elaborado a partir da oferta das edições anteriores do PLAGEDER.

## Quadro 1 – Corpo Docente do PLAGEDER

Nº	Nome	Formação Mais Alto Nível	Vínculo Institucional	Titulação
1	Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto	Economia	Economia/UFRGS	D
2	Cleyton Henrique Gerhardt	Desenvolv., Agricult. e Sociedade	Economia/UFRGS	D
3	Denise Tolfo Silveira	Ciências	Enfermagem/UFRGS	D
4	Eduardo Ernesto Filippi	Economia Política	Economia/UFRGS	D
5	Edson Talamini	Agronegócios	Economia/UFRGS	D
6	Egon Roque Fröhlich	Comunicação de Massa	Aposentado/Colaborador PGDR	D
7	Fábio de Lima Beck	Pedagogia	Agronomia/UFRGS	D
8	Fábio Kessler Dal Soglio	Agronomia	Agronomia/UFRGS	D
9	Gabriela Peixoto Coelho de Souza	Etnobotânica	Economia/UFRGS	D
10	Glauco Schultz	Agronegócios	Economia/UFRGS	D
11	Ivaldo Gehlen	Sociologia	Sociologia/UFRGS	D
12	Jalcione Pereira de Almeida	Sociologia	Sociologia/UFRGS	D
13	Jane Maria Rübensam	Tecnologia de Alimentos	Aposentada/UFRGS	D
14	Jean Philippe Palma Revillion	Agronegócios	Tecnologia de Alimentos/UFRGS	D
15	João Armando Dessimon Machado	Economia Agroalimentar	Economia/UFRGS	D
16	José Carlos Gomes dos Anjos	Antropologia	Sociologia/UFRGS	D
17	Leonardo Xavier da Silva	Economia	Economia/UFRGS	D
18	Lovois de Andrade Miguel	Agronomia	Economia/UFRGS	D
19	Luiz Fernando Mazzini Fontoura	Geografia Humana	Geografia/UFRGS	D
20	Mara Lúcia Fernandes Carneiro	Infomática na Educação	Psicologia/UFRGS	D
21	Marcelino de Souza	Engenharia Agrícola	Economia/UFRGS	D
22	Marcelo Antonio Conterato	Desenvolvimento Rural	Economia/UFRGS	D
23	Marlise Amália Reinehr Dal Forno	Geografia	Economia/UFRGS	D
24	Paulo Dabdab Waquil	Economia Agrícola	Economia/UFRGS	D
25	Roberto Verdum	Geografia	Geografia/UFRGS	D
26	Rumi Regina Kubo	Antropologia	Economia/UFRGS	D
27	Saionara Araújo Wagner	Veterinária	Veterinária/UFRGS	D
28	Susana Cardoso	Engenharia de Alimentos	Veterinária/UFRGS	D
29	Tatiana Engel Gerhardt	Antropologia Social	Enfermagem/UFRGS	D

## 5.5 Estrutura, Funcionamento e Atribuições da Equipe Executora

### 5.5.1 Estrutura

Para a implementação desta edição do PLAGEDER, será mantida a estrutura organizacional existente atualmente junto à UFRGS e junto aos municípios polos, acrescidas do Núcleo Docente Estruturante (NDE), normatizado em Regimento próprio, em atendimento à Resolução nº 22/2012-CEPE/UFRGS.

A organização e administração do PLAGEDER estão fundamentadas na seguinte estrutura, definida nos seguintes níveis:

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**

Secretaria de Educação a Distância (SEAD/UFRGS)

Coordenação da UAB/UFRGS

Curso PLAGEDER:

- a) Colegiado Departamental;
- b) Comissão de Graduação (ComGrad);
- c) Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- d) Coordenador Geral;
- e) Coordenador Substituto;
- f) Coordenação de Tutoria;
- g) Coordenação Operacional – financeira e administrativa;
- h) Núcleo de Apoio em Educação a Distância (IEPE/FCE);
- i) Corpo Docente (Professores Pesquisadores e Tutores a Distância)
- j) Representação discente;
- k) Secretaria.

**Polos municipais de apoio presencial** (Prefeituras Municipais)

Coordenação de Polos:

- a) Coordenador de Polo;
- b) Tutores presenciais;
- c) Secretaria;
- d) Biblioteca.

## **5.5.2 Funcionamento e Atribuições**

### **5.5.2.1 Secretaria de Educação a Distância (SEAD/UFRGS)**

Coordenação das ações de educação a distância (EAD) representando a UFRGS junto a CAPES/MEC, bem como, sendo responsável pelas articulações entre os diversos níveis de gestão e execução entre do PLAGEDER com as diversas instâncias da UFRGS.

### **5.5.2.2 Coordenação da Universidade Aberta do Brasil na UFRGS (UAB/UFRGS)**

Supervisão das ações do PLAGEDER referentes ao uso dos recursos financeiros, aplicações de bolsas. Gestão e organização dos cursos de capacitação, além de mediar questões administrativas junto à SEAD/UFRGS.

### 5.5.2.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante tem caráter consultivo, para acompanhamento do Curso, visando à contínua promoção de sua qualidade.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER:

I. Acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, tendo em vista a preservação da sua atualidade, em face das demandas e possibilidades do campo de atuação profissional e da sociedade, em sentido amplo;

II. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, quando houver, bem como a necessidade de promoção do desenvolvimento de competências, visando à adequada intervenção social do profissional em seu campo de atuação;

III. Zelar pela execução do currículo, tendo em vista a sua flexibilização, bem como as políticas e estratégias necessárias à sua efetivação;

IV. Indicar formas de articulação entre o ensino de graduação, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação, considerando as demandas específicas do Curso e de cada área do conhecimento.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER é integrado por seis docentes, indicados pelo Conselho da Unidade da Faculdade de Ciências Econômicas, aprovado em 20/03/2013 para um mandato de 04 (quatro) anos, na configuração a seguir:

<b>NOME</b>	<b>DEPARTAMENTO</b>
Paulo Dabdab Waquil	Departamento de Economia e Relações Internacionais
Lovois de Andrade Miguel	Departamento de Economia e Relações Internacionais
Fabio de Lima Beck	Departamento de Solos
Jalcione Pereira de Almeida	Departamento de Sociologia
Jean Philippe Palma Révillion	Departamento de Tecnologia dos Alimentos
Susana Cardoso	Departamento de Medicina Veterinária Preventiva

#### **a) Comissão de Graduação – ComGrad**

A Comissão de Graduação do PLAGEDER para o período de maio/2012 a maio/2014 é composta pelos professores Paulo Dabdab Waquil (Coordenador), Glauco Schultz (Coordenador Substituto) e Marlise Amalia Reinehr Dal Forno, Rumi Regina Kubo como membros, além dos professores Lovois de Andrade Miguel e Gabriela Peixoto Coelho de Souza como membros suplentes (Portaria nº 16 de 16 de maio de 2012 – FCE/UFRGS). Também é membro da ComGrad a representação discente a ser eleita pelos polos para um mandato de um ano. A secretaria da ComGrad PLAGEDER é assegurada pelo técnico administrativo da UFRGS, Jorge Luiz Silveira.

#### **b) Coordenação Geral**

A Coordenação do PLAGEDER é composta pelo Coordenador e pelo Coordenador Substituto, escolhidos entre os membros do Colegiado do Curso, pertencentes à UFRGS, com mandato de dois anos, renováveis pelo mesmo tempo, de acordo com a legislação vigente.

A função da Coordenação geral do curso vincula-se aos aspectos acadêmicos e administrativos em geral, sendo responsável pela execução do projeto político pedagógico do Curso; pela coordenação dos professores pesquisadores das disciplinas; pelo processo de seleção dos tutores a distância e dos tutores presenciais do Curso. Também faz parte das suas atribuições, o acompanhamento do desenvolvimento do material didático, o acompanhamento dos aspectos pedagógicos, a gestão do projeto político pedagógico do Curso, o processo de formação de docentes e o acompanhamento das atividades gerenciais envolvendo a execução do Curso.

#### **c) Coordenação de Tutoria**

A Coordenação de Tutoria é responsável pelo acompanhamento e supervisão do desempenho das funções atribuídas aos tutores presenciais e tutores a distância. Atua na intermediação das relações dos tutores com os demais integrantes da equipe do PLAGEDER, mas principalmente nas atividades dos tutores junto aos alunos. O responsável pela coordenação de Tutoria deverá ser definido para esta edição.



#### **d) Coordenação Operacional**

A Coordenação Operacional do Curso tem como atribuição o gerenciamento financeiro e administrativo no que se refere ao planejamento e execução do Curso junto à UAB/UFRGS, sob a supervisão da coordenação geral do curso. Também é atribuição desta coordenação, o acompanhamento das atividades realizadas nos polos, tanto em nível de coordenação de polos como em nível de secretarias. Do mesmo modo, a coordenação operacional também trata da logística para a execução do curso nos diversos polos. Esta função vem sendo assegurada pela servidora técnica-administrativa da UFRGS, Bel. Eliane Sanguiné da Silva.

#### **e) Núcleo de Apoio em Educação a Distância**

Criado em 2006, o Núcleo de Educação a Distância é vinculado ao Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas – IEPE da Faculdade de Ciências Econômicas – FCE. Sua concepção está voltada para o atendimento das atividades de Educação a Distância no que se refere ao ensino, à pesquisa e à extensão, tendo como objetivo principal ser um facilitador para utilização de tecnologias digitais e um multiplicador do conhecimento científico e tecnológico através de capacitações, disponibilização de arquivos, produção de vídeo aulas, realização de webconferências e divulgação de artigos e textos acadêmicos.

Este Núcleo oferece suporte aos docentes, tutores, pessoal técnico, estudantes e demais envolvidos no PLAGEDER, e eventualmente assessorando parceiros internos e externos (<http://www.ufrgs.br/iepe/nucleo>). As atividades do Núcleo vêm sendo asseguradas pela técnica administrativa da UFRGS, Tânia Rodrigues da Cruz e por bolsistas contratados pela Coordenação do Curso.

#### **f) Corpo Docente**

O Corpo docente do PLAGEDER será composto por professores pesquisadores conteudistas, professores pesquisadores e pelos tutores a distância, com as atribuições que seguem:

**Professor pesquisador conteudista**, responsável por elaborar e entregar os conteúdos dos módulos desenvolvidos ao longo do curso no prazo determinado; adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizados para o desenvolvimento do curso à linguagem da

modalidade a distância; adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, o material didático nas diversas mídias; participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino.

**Professor pesquisador**, responsável pelas estratégias de aprendizagem em cada disciplina. A partir das experiências anteriores, dependendo da proposta multidisciplinar de cada disciplina, são feitos os convites para os professores, sendo que, prioritariamente, definiu-se pelo menos dois professores para cada disciplina, acompanhados de um tutor a distância por polo ou o equivalente a 25 alunos.

**Tutores a distância**, atuam junto ao professor pesquisador da disciplina, como mediadores e orientadores das atividades, acompanhando o desenvolvimento de cada aluno e turma, especialmente por meio dos recursos e instrumentos oferecidos pelo ambiente virtual de aprendizagem, bem como por outras formas de comunicação (telefone e correio tradicional). Esses tutores atuarão na sede da UFRGS, junto aos professores pesquisadores responsáveis pela disciplina. O tutor a distância deve ser especialista na área de conhecimento em que atuará e ter domínio no uso dos recursos computacionais e Internet. Este tutor a distância terá carga horária semanal de 20 horas, atendendo até 25 alunos relacionados a um ou mais polos de apoio presencial. A seleção dos tutores ocorrerá através de seleção pública, por meio de Edital próprio, divulgado no site do PLAGEDER (<http://www6.ufrgs.br/plageder>). Os tutores a distância selecionados para atuarem junto ao PLAGEDER devem possuir, obrigatoriamente, vínculo com o setor público, de acordo com recomendação da DED/ CAPES (ofícios circulares nº20 e nº21/2011). A seleção será realizada por uma comissão específica composta pelos professores responsáveis pelas disciplinas e pela Coordenação do Curso. É dada preferência, na seleção, a pós-graduandos vinculados à UFRGS e às áreas multidisciplinares ou áreas afins do curso. Para otimizar a capacitação e utilização dos tutores, quando demonstrarem bom desempenho na avaliação dos professores que supervisionaram seus trabalhos, serão motivados a candidatar-se a novos Editais de seleção, para permanecerem atuando junto a diversas disciplinas/professores. Quando um tutor atua regularmente no Curso, há melhor qualidade no desempenho da função em relação à dinâmica do curso e junto ao corpo discente. Constatou-se, ainda ao longo da oferta das edições anteriores, que os alunos tornam-se proativos quando conhecem os tutores, dinamizando o processo de aprendizagem e o ritmo das aulas.

A coordenação do Curso continuará estimulando a participação dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR e dos demais Programas de pós-graduação da

UFRGS nas atividades de tutoria. Na avaliação da Coordenação do PGDR, foi observado, no decorrer das edições anteriores, que a participação de pós-graduandos nas atividades de tutoria do PLAGEDER tem contribuído de maneira clara e positiva na formação docente dos pós-graduandos, complementando suas formações.

#### **g) Representante Discente**

Acompanhando a Decisão nº 172/2003 (29/08/2003) do Conselho Universitário da UFRGS que regulamenta a representação discente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (<http://www.ufrgs.br/consun/leis/Dec172-03.htm>), para o desenvolvimento do curso de Bacharelado em **Desenvolvimento Rural**, a distância, decidiu que:

- A Representação Discente deverá integrar a **Comissão de Graduação do Curso**, que será eleita na forma da legislação vigente.

A eleição da representação discente ficará sob a responsabilidade das Coordenações dos polos organizarem no prazo determinado. Após a eleição, deverão notificar a Coordenação do curso, enviando a ata do processo de escolha. O representante discente de cada polo poderá concorrer para representação discente junto a ComGrad. Para tanto, deverá estar indicado na Ata de forma explícita esta intenção.

O processo de eleição para a representação discente junto a ComGrad acontecerá de forma eletrônica, via Portal do Aluno, onde todos os alunos ativos poderão votar. O candidato mais votado será o representante discente junto a ComGrad, sendo o segundo mais votado o seu suplente.

Assim como tem ocorrido na segunda edição do curso, o representante discente será convidado para as reuniões mediante encaminhamento prévio da pauta, bem como cópia da Ata da reunião anterior. As despesas para o deslocamento (se o representante e/ou suplente residirem fora do município de Porto Alegre) serão ressarcidas. Ou ainda, na impossibilidade do titular e do suplente participarem presencialmente, a reunião é realizada por webconferência, permitindo ao representante discente participação ativa nas decisões que são tomadas.

- A Representação Discente deve ser eleita, em pleito específico e pelo voto secreto de todos estudantes a serem por ela representados, para um mandato não superior a 1 (um) ano;

- O representante discente terá os mesmos direitos e deveres dos demais membros do órgão colegiado, aplicando-se-lhes, de forma suplementar, as normas previstas para os docentes e técnico administrativos, respeitado o disposto na Decisão nº 172/2003;

#### **h) Secretaria Administrativa**

As atividades inerentes à Secretaria do Curso vêm sendo asseguradas pela técnica-administrativa da UFRGS, Danielle Finamor e por bolsistas contratados pela Coordenação do Curso. A secretaria do PLAGEDER está localizada no Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE), órgão auxiliar da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

#### **5.5.2.3. Municípios Polos**

O município polo sediará o oferecimento do curso PLAGEDER e para tanto, deverá disponibilizar a infraestrutura física e administrativa básicas, definidas pela UAB/CAPES/MEC, atualmente disponibilizada para as edições anteriores do PLAGEDER.

A estrutura administrativa atual é composta pelos seguintes níveis:

#### **a) Coordenador de Polo**

As Coordenações dos polos foram indicadas pela Prefeitura Municipal responsável pelo polo e escolhidas pelas IES que possuíam cursos naqueles polos, conforme as normas da UAB, nas edições anteriores. No entanto, a partir de 2012 foram definidas novas regras pela UAB/CAPES para substituições das Coordenações dos polos, sendo que a Secretaria de Educação a Distância (SEAD) é o órgão consultado a respeito. Além das exigências da UAB/CAPES, especificamente com relação às expectativas da Coordenação do Curso, com relação à atuação das Coordenações dos polos é esperado que desempenhem as seguintes atribuições: (a) publicar Editais de seleção para os tutores presenciais e após o encerramento das inscrições, encaminhar as inscrições para seleção pela Coordenação do Curso; (b) coordenar os tutores presenciais selecionados; (c) conhecer/ manter e tomar as providências cabíveis para atendimento da legislação relacionada à UAB, à UFRGS e ao PLAGEDER; (d) gerenciamento da infraestrutura do polo (salas de aula, biblioteca, laboratório de informática; equipamentos; etc.); (e) proporcionar apoio às atividades

didático-pedagógicas; (f) possibilitar a convivência entre alunos e tutores e auxiliar a organização de estágios, supervisões e visitas técnicas; (g) intermediar sempre que necessário, a relação do discente com os demais envolvidos na execução do curso, além de outras atividades relacionadas aos interesses acadêmicos dos alunos.

#### **b) Secretaria**

As atividades inerentes à Secretaria do Curso no polo devem ser asseguradas por um técnico administrativo cedido pela Prefeitura Municipal. A secretaria tem como função manter e organizar os registros dos alunos, as correspondências encaminhadas pela Coordenação do Curso, apoiar a coordenação do polo e os tutores presenciais na execução das suas atividades, da mesma forma que, em sendo necessário, prestar todo apoio ao tutor a distância quando ocorrerem as atividades presenciais no polo ou mesmo virtual.

#### **c) Tutoria Presencial**

A seleção dos tutores ocorrerá através de Edital publicado pelo polo. Os *curricula vitae* dos candidatos deverão ser encaminhados pela Coordenação do polo para seleção pela Coordenação do Curso. Os tutores presenciais selecionados para atuarem junto ao PLAGEDER devem possuir, obrigatoriamente, vínculo com o setor público, de acordo com recomendação da UAB/ CAPES (ofícios circulares nº20 e nº21/2011). Os tutores presenciais têm como local de exercício de atividades os polos municipais de apoio presencial. Os tutores presenciais devem ter, preferencialmente, experiência em atividades de educação e, em especial, a distância. Estes tutores se dedicam a orientar o uso da Plataforma Moodle e devem dominar os recursos e instrumentos didáticos a serem utilizados. Têm como função principal o atendimento de questões de aprendizagem e de metodologia e a prestação de orientação para que sejam atingidos os objetivos de formação em cada etapa do trabalho. No entanto, não devem intervir nos conteúdos das disciplinas, devendo auxiliar os alunos na organização de grupos de estudos e na intermediação com os tutores a distância, professores e com a Coordenação do Curso, ao perceberem que os alunos estão demonstrando problemas de aprendizado, sem motivação para continuar os estudos ou outros problemas que possam causar sua evasão. Também deverão acompanhar problemas de saúde dos alunos, enviando os atestados médicos à Coordenação do Curso, nos devidos prazos, conforme instruções encaminhadas aos polos no início das atividades,

para tramitação dos procedimentos administrativos perante à Junta Médica da UFRGS, quando for o caso. Cada turma deverá ser, preferencialmente, acompanhada do mesmo tutor ao longo de toda sua formação. Os tutores presenciais deverão supervisionar, conjuntamente com o professor orientador, o professor responsável pela disciplina e os tutores a distância, as atividades de estágio supervisionado, conforme instruções dadas pela Comissão de estágio no momento oportuno. Este tutor atenderá um único polo, com carga horária semanal de 20 horas. Para a seleção dos tutores presenciais para esta edição, em havendo candidaturas dos tutores presenciais que atuaram nas edições anteriores do PLAGEDER, poderão ser selecionados aqueles que demonstraram maior envolvimento e motivação na função. Com isso, espera-se manter a qualidade do curso com profissionais engajados e conhecedores da proposta didático-metodológica, além dos graus de exigência do Curso, como constatado na grande maioria dos profissionais que vêm atuando nos polos.

#### 5.5.2.4. Capacitação do Corpo Docente e Administrativo

Tendo em vista o PLAGEDER ser oferecido na modalidade a distância, se faz necessário que o corpo docente – professores e tutores, bem como o setor administrativo seja objeto de um processo específico e contínuo de capacitação.

Os professores pesquisadores/conteudistas assim como os tutores a distância serão capacitados através de cursos específicos organizados pela UAB/UFRGS. Estas capacitações serão oferecidas com uma regularidade a ser definida de acordo com as necessidades de qualificação dos professores e tutores que forem sendo incorporados ao corpo docente do curso.

Considerando as edições anteriores do PLAGEDER, mesmo que em outro nível, não haverá necessidade de capacitar os professores e tutores que já tenham atuado. A não ser em novas ferramentas ou atualizações que sejam do interesse da Coordenação do Curso.

Para os envolvidos no PLAGEDER que estejam participando pela primeira vez nesta nova edição, serão programadas pela UAB/UFRGS, capacitações tanto nas funções de docência quanto para uso do ambiente virtual de aprendizagem, bem como formação nas questões relativas a relações humanas e projeto político pedagógico do curso.

Os Coordenadores de Polos e os tutores presenciais já foram capacitados em curso específico, oferecido nas dependências da UFRGS. Este curso visou contribuir para a capacitação dos coordenadores de polo e tutores presenciais, abordando o uso da plataforma Moodle e a inserção

das equipes que atuarão nos polos na realidade da Educação a Distância na UFRGS, dentre outras capacitações como, por exemplo, uso de programa de gestão das bibliotecas locais.

Para eventuais substituições de Coordenadores de Polos e/ou de tutores presenciais, assim como para as Coordenações e tutores presenciais dos polos que receberão a oferta do PLAGEDER pela primeira vez, serão organizadas capacitações específicas, inerentes às funções, podendo ser em grupo ou individuais, dependendo da situação e do número de pessoas a serem capacitadas no mesmo período. Estas capacitações poderão ser oferecidas pela SEAD/UFRGS ou pelo Núcleo de EAD da FCE/UFRGS, a partir das avaliações que deverão fazer em conjunto.

Nos cursos de capacitação é dada especial atenção especial às questões da estrutura e do funcionamento do Curso, visando a melhor atuação possível junto aos estudantes e à comunidade.

Para esta edição do PLAGEDER está sendo planejada pelo Núcleo de EAD da FCE/UFRGS, uma capacitação específica para os novos tutores que serão contratados. Também deverá ser oferecida capacitação especialmente dirigida à atualização do projeto pedagógico do curso a todos os diretamente envolvidos na sua execução, bem como, nas funcionalidades da nova versão do AVA (MOODLE), recentemente implementada pelo CPD/UFRGS..

## **VI. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

### **6.1 Objetivo Geral**

Oferecer uma formação em nível superior com vistas a capacitar profissionais com perfil crítico e inovador para atuarem em questões relativas ao desenvolvimento, planejamento e gestão rural em nível local e regional. Além da capacidade de compreender e analisar a realidade local e regional, busca-se formar profissionais capazes de assessorar as coletividades locais e regionais (públicas e privadas) na busca de soluções compatíveis com as necessidades e particularidades das sociedades nos espaços territoriais, bem como na formulação e assessoramento de políticas públicas. Por fim, busca-se proporcionar uma visão ampla e crítica da questão ambiental e suas articulações com o desenvolvimento e a gestão e o planejamento rural.



## **6.2 Objetivos Específicos**

- ❑ Compreender e interpretar, de maneira crítica e autônoma, o desenvolvimento agrário brasileiro, em geral, e o rio-grandense, em especial, no período contemporâneo;
- ❑ Proporcionar instrumental teórico e aplicado para o diagnóstico e análise de realidades agrárias complexas visando à formulação de ações e políticas públicas em prol do desenvolvimento rural sustentável;
- ❑ Disponibilizar métodos e técnicas para a realização de atividades de análise, planejamento, gestão de projetos e programas de desenvolvimento rural em unidades de produção agrícolas;
- ❑ Proporcionar conhecimentos que permitem compreender e intervir em questões relativas à problemática ambiental, à segurança alimentar e nutricional e à estruturação e promoção do turismo rural;
- ❑ Disponibilizar técnicas e procedimentos para análise, planejamento e gestão de projetos agroindustriais de pequeno e médio porte.

## **6.3. Perfil do Egresso**

O curso de Bacharelado em “Desenvolvimento Rural” tem a sua identidade fortemente centrada na compreensão da sociedade local e suas articulações com o seu entorno. Igualmente, o presente curso busca aprofundar o conhecimento das estruturas organizacionais e dos processos produtivos (tanto do ponto de vista social, como técnico, ambiental e econômico) implementados por esta sociedade. O perfil profissional do curso resguarda uma forte articulação com as diferentes organizações, tanto individuais e privadas (pequenas e médias agroindústrias, unidades de produção agrícolas) como coletivas e públicas (prefeituras, sindicatos, associações, cooperativas).

### **6.3.1 Competências**

Os egressos do Curso de Bacharelado em “Desenvolvimento Rural” terão como competências profissionais atuar:

- ❑ Na análise, gestão e planejamento de unidades de produção agrícola;



- ❑ Na elaboração, planejamento e execução de projetos agroindustriais de pequeno e médio porte;
- ❑ No assessoramento às coletividades públicas e privadas na concepção, acompanhamento e execução de políticas públicas em nível local e regional, tanto relacionadas à produção agrícola e agroindustrial, como relacionadas ao lazer, a segurança alimentar e nutricional, ao meio ambiente e ao desenvolvimento social.

### **6.3.2. Área profissional**

De acordo com as competências profissionais propostas, o Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural terá como **Área Profissional Predominante** “Ciências Agrárias”.

## **6.4. Organização Didático-Pedagógica**

Tanto a compreensão como a concepção do desenvolvimento rural pressupõe considerar a realidade agrária como um objeto complexo e dinâmico. Para contemplar esta concepção, o processo de ensino-aprendizagem foi estruturado de forma integrada na forma de eixos temáticos.

Os eixos temáticos foram concebidos como unidades integradoras do conhecimento e estão fortemente relacionados com os objetivos geral e específicos. Além de estruturar o processo de ensino-aprendizagem para que sejam alcançados os objetivos propostos, foram organizados sequencialmente de modo a permitir um progressivo e contínuo aprofundamento dos conteúdos, de forma a permitir a análise de situações concretas oriundas da realidade local e regional.

Os eixos temáticos são compostos por:

I. Disciplinas obrigatórias e eletivas: Têm como objetivo maior incitar e promover o confronto dos aspectos teóricos com a realidade;

II. Estágios Supervisionados: Serão realizados ao final dos eixos temáticos e serão baseados em estudos de caso concretos e reais. Além de uma estreita relação com os eixos temáticos, os estágios supervisionados são parte indispensável do processo de formação, pois permitem uma maior aproximação com a realidade e com o mundo profissional.

III. Seminário Integrador: Tem como objetivo permitir a síntese e a confrontação dos conteúdos das diferentes disciplinas com a realidade.

IV. Trabalho de Conclusão do Curso (TCC): Tem como objetivo o desenvolvimento de atividade mais aplicada, relacionando os conteúdos das diversas disciplinas.

O acompanhamento e supervisão do desenvolvimento do processo de aprendizagem serão de responsabilidade da Coordenação do curso.

Estabelecidos estes parâmetros gerais orientadores da dinâmica e das relações entre as diversas disciplinas de cada Eixo Temático e entre os próprios eixos, é preciso referir agora, mesmo que brevemente, a aspectos particulares da educação a distância. Dada a característica intrínseca da EAD, de ensinar o aprendizado através de atividades que, em sua maioria, independem da presença do professor, torna-se imprescindível garantir alguns elementos centrais para o sucesso do aprendizado.

Em primeiro lugar, os momentos presenciais deverão ser valorizados como momentos-chave neste processo de educação a distância, pois são oportunidades de interação humanizadora e de estímulo para a motivação e o interesse do aprendiz (sem os quais poderá haver memorização, mas não haverá aprendizado). Estes momentos presenciais, portanto, se realizarão sistematicamente em etapas-chave da formação dos alunos e abrigarão os conteúdos das disciplinas e atividades integradoras, reflexivas, aplicadas e de socialização. Os momentos presenciais podem ocorrer nos polos (acarretando o deslocamento de tutores e/ou professores) ou através de webconferências.

Os momentos presenciais que previstos estão de acordo com a legislação vigente ao que rege o Decreto 5.622/05 - Art. 1º.

Em segundo lugar, será preciso constituir uma rede de aprendizado – virtual principalmente, mas também presencial – através da qual se realizará forte interação objetivando o aprendizado de qualidade. Esta rede integrará os alunos, os tutores, os professores e, em alguma medida, a comunidade associada ao curso, num processo cujo foco é o conjunto de objetivos pretendidos com o curso e as competências profissionais previstas para os egressos.

O caráter predominantemente virtual desta rede, provavelmente, colocar-se-á como desafio para os novos componentes (alunos calouros, professores que passarão a atuar no curso pela primeira vez, novos tutores, novos coordenadores de polos, técnicos, etc.), os quais deverão extrair deste instrumental oferecido pela informática e pela eletrônica todo o seu potencial facilitador do

acesso à informação e à reflexão crítica. No entanto, tem-se um ganho de escala nesta rede de aprendizado, contando com a experiência adquirida nas edições anteriores. Muitos dos desafios que se apresentaram e que demandaram esforços em busca de solução já foram superados. Esta afirmativa se dá pela segurança do amadurecimento em todas as dimensões relativas à oferta do curso. Muitos dos desafios que apareceram numa Instituição centenária que atuava, preponderantemente, em educação presencial, aliada à então inovadora tecnologia na modalidade a distância combinada com a inexperiência dos professores nesta modalidade e, essencialmente, pela resistência de muitos alunos, de se perceberem numa sala de aula, mesmo sendo virtual, foram resolvidos administrativa, pedagógica e metodologicamente, de tal forma, que nesta edição seguramente haverá menos desgaste de todos na busca da solução dos problemas, ampliando o tempo dedicado às questões, efetivamente, ligadas ao ensino-aprendizagem em todas as suas nuances.

Com isso, naturalmente, serão estabelecidas entre si redes de comunicação ordenadas e suficientemente eficientes para extrair todo aquele potencial esperado.

Em terceiro lugar, ocuparão também posição central nesta modalidade de ensinar e aprender os materiais de aprendizagem, os meios utilizados para viabilizar a dinâmica destes materiais e os ambientes pedagógicos específicos, já experienciados.

Todos estes componentes destacados acima são concebidos, desenvolvidos, aplicados e avaliados a partir de uma lógica pedagógica distinta daquela das tradicionais salas de aula onde professor, aluno e materiais de aprendizagem interagem direta e instantaneamente. Na modalidade a distância, os materiais comportam uma autonomia e um poder explicativo diferenciado que permitem também uma maior independência de aprendizado ao aluno. Da mesma forma, os meios e os ambientes pedagógicos têm características coerentes com as exigências e expectativas da educação a distância, garantindo eficiência, agilidade, clareza e possibilidade de diálogo virtual rápido e competente, sempre que previsto e/ou necessário.

Também devido à experiência adquirida pela Coordenação do Curso, quanto à acessibilidade às pessoas com necessidades especiais, em atendimento à legislação vigente e no próprio interesse que se tem em dar condições de igualdade no aprendizado para todos, ficará sob a responsabilidade do Coordenador do curso, a partir da notificação oficial feita pelas Coordenações dos polos, que deverão fornecer dados completos das necessidades especiais de cada aluno logo após terem sido feitas as primeiras matrículas ou no decorrer do curso, nos casos

em que os problemas se apresentem posteriormente, elaborar as adaptações pedagógicas necessárias para assegurar que o processo de ensino-aprendizagem atenda à diversificação de necessidades especiais do corpo discente.

Para atender às diversidades em questão, poderão ser feitas adaptações do currículo regular ora proposto, envolvendo modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos, nas metodologias e na organização didática, na temporalidade e na filosofia e estratégias de avaliação. Pretende-se assim, permitir o atendimento às necessidades educativas de todos, em relação à construção do conhecimento.

Para definir exatamente quais serão as adaptações necessárias, ao corpo docente será dado conhecimento previamente ao início das atividades, das necessidades especiais dos alunos. Além da Coordenação do PLAGEDER, acredita-se que o próprio professor, a partir das suas experiências cotidianas, mesmo nos cursos presenciais, poderá produzir propostas criativas que atendam às necessidades individuais dos alunos.

O corpo docente será instigado a elaborar estratégias e critérios de atuação para o atendimento das necessidades individuais de todos os alunos selecionados. Pode-se assim assegurar que a totalidade de alunos terá preservado o acesso aos conhecimentos ministrados, assim como a possibilidade de completar a sua formação no âmbito deste curso.

Também deve ser salientado que nesta edição está sendo adotado o Programa de Ações Afirmativas, em atendimento às Decisões nº 268 e 429/2012 – CONSUN/UFRGS, que visa, especialmente, promover a diversidade étnico-racial e social no ambiente universitário. No Edital de seleção a ser elaborado pela COPERSE estarão definidos os percentuais de reserva de vagas por polo e os critérios e procedimentos a serem atendidos para o preenchimento das vagas.

## **6.5. Regime Didático**

O Curso funcionará em regime semestral, acompanhando o calendário oficial da UFRGS para os cursos de graduação e os alunos devem seguir a seqüência dos semestres propostos no Projeto Didático-Pedagógico. Os alunos serão matriculados em todas as atividades de cada período

letivo, conforme o calendário acadêmico que será divulgado regularmente no endereço eletrônico do Curso, no MOODLE e por mensagem à Coordenação dos polos.

Tendo em vista as particularidades do curso, serão oferecidas, preferencialmente, duas disciplinas concomitantemente.

Por recomendação pedagógica, o oferecimento de todas as disciplinas simultaneamente exigiria demasiado esforço dos alunos, podendo vir a prejudicar o processo ensino-aprendizagem. Por este motivo, a recomendação é oferecer duas disciplinas de modo concentrado e ao final da oferta destas disciplinas, é iniciada a oferta das outras 2-3 disciplinas das quatro/cinco de cada módulo/semestre.

Quando constam 5 disciplinas por módulo, a disciplina mais longa (maior número de créditos) é iniciada na metade da oferta das duas disciplinas que já iniciaram. Mas, não deve haver coincidência do seu início com calendário de provas e/ou atividades de avaliação das disciplinas em oferecimento. Esta disciplina será concluída junto com as outras duas últimas disciplinas.

A justificativa deste modo de oferecimento é permitir ao aluno certa flexibilidade no atendimento das exigências das disciplinas, objetivando melhor aproveitamento. Como uma disciplina é mais longa e não deve ter atividades nos prazos determinados pelas demais disciplinas, torna-se mais fácil ao aluno levar as 3 disciplinas simultaneamente, principalmente, porque, normalmente, as disciplinas mais longas exigem trabalhos em campo.

No item 6.6.5 está apresentado o Quadro de Concomitância das Disciplinas para melhor ilustrar este procedimento.

A validação de uma disciplina do curso PLAGEDER está condicionada à efetivação e atendimento do conjunto de elementos de avaliação. Os procedimentos de avaliação de cada disciplina serão definidos pelos professores responsáveis e serão descritos minuciosamente nos respectivos Planos de Ensino a serem publicados, no ambiente da disciplina no MOODLE, no primeiro dia de aula, devendo permanecer durante todo o período.

Nesse sentido, ressalta-se a **obrigatoriedade da realização de avaliação presencial**, sendo que a avaliação presencial deverá prevalecer sobre as demais formas de avaliação a distância (Decreto nº 5622 de 19/12/2005). A avaliação presencial poderá ser por prova ou seminário.

**Nos casos em que a avaliação ocorrer por prova:** a Coordenação do curso reproduzirá a prova em número suficiente para cada aluno e uma via para arquivo na secretaria do polo. O envelope

contendo as provas e a ata do evento será lacrado na presença do professor da disciplina e será enviado pelos Correios, na modalidade Sedex, em tempo hábil para o recebimento pela Coordenação do polo e aplicação aos alunos. Somente a Coordenadora do polo e/ou o tutor presencial poderão ser responsabilizados pela aplicação de qualquer prova presencial. O envelope com as provas, ainda lacrado, deverá ser aberto na presença dos alunos em sala de aula, exatamente no horário marcado para a realização da prova. Este procedimento deverá ser obedecido fielmente sob pena de causar prejuízo ao processo, tendo em vista que todos os polos, obrigatoriamente, farão as provas no mesmo dia e horário. Com isso, assegura-se que não haverá comunicação entre os alunos dos diversos polos.

Ao final da prova, os últimos dois (2) alunos deverão permanecer em sala de aula para, junto com a Coordenação ou tutoria responsável pela aplicação da prova, conferir a ata, que após assinada deverá ser juntada às provas, proceder o lacre. As provas deverão ser enviadas no primeiro dia útil subsequente à sua aplicação, via Sedex, dirigidas, exclusivamente, à Secretaria da Comissão de Graduação (ComGrad/PLAGEDER). No devido tempo todas as Coordenações receberão as Circulares com as instruções de como proceder, como já foi feito nas edições anteriores.

**Nos casos em que a avaliação ocorrer por Seminário:** Obrigatoriamente, ficarão sob a responsabilidade do professor e/ou tutores da disciplina, podendo ser presencial no polo, ou em Porto Alegre, ou ainda, virtual por webconferência. A decisão deverá ser tomada pelo professor responsável pela disciplina, ouvidos os tutores e a Comgrad, se for necessário ou relevante para sua melhor execução/condução.

O desempenho do aluno nas disciplinas será traduzido em conceitos, de acordo com as normas regimentais da UFRGS, quais sejam: A (Ótimo), B (Bom), C (Regular), D (Insatisfatório) e FF (Falta de Frequência).

Os conceitos **D** e **FF** representam conceitos de reprovação.

Ao aluno que obtiver conceito **D** (na plataforma Moodle) será oportunizada uma prova de recuperação (**R1**). Para que o aluno possa realizar a prova de recuperação, ficará sem conceito (em branco) no Sistema Acadêmico da Graduação/UFRGS, devido à configuração deste programa de gestão acadêmica. Ao final da realização da prova de recuperação o conceito que poderá ser alterado para C, de aprovação ou para D, de reprovação, será registrado no Sistema Acadêmico de Graduação.

A prova de recuperação (**R1**) deverá ser oferecida a partir de uma (01) semana após a publicação dos resultados obtidos no período de oferta da disciplina. Os alunos receberão assessoramento dos tutores a distância para sanar dúvidas para a realização desta prova de recuperação. Além disso, terão acesso total aos materiais da disciplina em que estão em recuperação.

No período de recuperação, será permitido que o aluno continue vinculado às disciplinas que estão em oferecimento simultâneo àquela(s) que ele esteja em recuperação.

No caso de desempenho insatisfatório na **R1** e na eventualidade de, no mínimo, 20%, dos alunos da disciplina, incluindo todos os polos, serem reprovados, a Comissão de Graduação do PLAGEDER poderá decidir-se pela criação de um PLES (Período Letivo Especial), estabelecendo o período de realização.

O Período Letivo Especial (PLES) corresponde à reoferta da disciplina, de forma concentrada, fora do calendário de oferta regular das disciplinas, podendo ocorrer no período das férias de inverno ou de verão.

Dependerá da Comissão de Graduação do PLAGEDER ouvido o NDE (Núcleo Docente Estruturante) determinar, em função das reprovações ocorridas no semestre, se o PLES ocorrerá no final do semestre ou do ano letivo.

A oferta de PLES é **condicionada à autorização e financiamento** do Projeto de Estudos (Repercurso) pela UAB/CAPES, considerando o teor do Of.nº 028/2012 de 08/10/2012 (em anexo).

Em sendo aprovado o financiamento pela UAB/CAPES, para que o aluno possa participar do PLES, fica estabelecido desde já que:

- a) um mesmo aluno não poderá ter sido reprovado em duas **R1** ou mais no semestre;
- b) nenhuma das reprovações em disciplinas deste aluno foi devido a plágio, cola ou qualquer outra justificativa dada pelo professor e tutor a distância, responsáveis pela oferta da mesma, que esteja relacionada à falta de moral e/ou ética.

O conceito obtido no PLES não substituirá o conceito de reprovação obtido na disciplina oferecida no período regular, devendo ambos serem incluídos no histórico escolar.

A reprovação em uma disciplina oferecida no PLES resultará no imediato desligamento do aluno no curso.



O Regimento da UFRGS também prevê a reprovação por falta de frequência, que impõe o conceito **FF**.

Entretanto, o controle de frequência em cursos a distância distingue-se em essência daquele feito nos presenciais. Assim, os programas de cada disciplina conterão as exigências de contatos e participações dos alunos, os quais serão devidamente computados para efeito de integralização de 75% de frequência mínima exigida regimentalmente pela Universidade.

Ao aluno que for atribuído o conceito **FF** não lhe será dada a possibilidade de realização de recuperação, uma vez que o acompanhamento tutorial revelar-se-ia insuficiente, pois foi considerado que o aluno abandonou o curso.

A obtenção de conceito **FF** (Falta de Frequência) em qualquer disciplina PLAGEDER acarretará o desligamento imediato do aluno, sem direito, inclusive, de candidatar-se ao PLES.

No caso de reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a Comissão de Graduação do PLAGEDER poderá julgar a possibilidade de oferta de PLES especificamente para os alunos que se encontrarem nesta condição, desde que no decorrer da elaboração do TCC, não exista nenhuma manifestação do tutor e/ou do professor orientador, registrada no MOODLE, sobre a prática do plágio pelo aluno ou ainda, pelo absenteísmo no MOODLE, no período de elaboração do TCC, não atendendo os prazos para postagens das etapas do trabalho, definidos previamente no cronograma de orientação, bem como, pelo não atendimento das recomendações de revisões dadas pelo tutor e orientador. Será considerado absenteísta o aluno que não der retorno às mensagens enviadas via MOODLE. pelo tutor a distância, professor orientador, tutor presencial e/ou coordenação do polo e do curso.

Quando a reprovação se der no momento da defesa do TCC, presencial ou por webconferência, e não seja o plágio ou auto-plágio, a justificativa/motivo da reprovação, o aluno poderá candidatar-se ao PLES,

Entretanto, um mesmo aluno não poderá participar de PLES por reprovação em TCC, já tendo participado de outras ofertas de PLES por reprovação em duas disciplinas ao longo do curso.

Ou seja, em caso de reprovação do aluno em duas R2 em disciplinas por semestre ou em quatro R2 por ano letivo ou ainda, que ao aluno não seja dada autorização pela ComGrad/PLAGEDER, de participar do PLES, seja por reprovação em disciplinas ou por reprovação no TCC, pelos motivos referidos acima, o aluno será desligado do Curso e imediatamente será cancelada a sua permanência nas demais disciplinas em curso.



Tal situação se justifica pelo fato desta edição do Curso de Bacharelado PLAGEDER ser ainda por oferta única e especial e o seu oferecimento encontrar-se amparado na Resolução nº37/2006, que regulamenta o oferecimento do Programa Especial de Graduação (PEG) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Além do desligamento nos casos de reprovação anteriormente descritos, o desligamento de alunos poderá ocorrer pelo não cumprimento no prazo máximo para a conclusão do Curso PLAGEDER ou pela reprovação no Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), sem direito a candidatar-se ao PLES.

O retorno de alunos excluídos nesta edição do curso PLAGEDER será possível somente mediante a aprovação em um novo processo de seleção, ou seja, em nova edição do curso, sendo permitido o aproveitamento das disciplinas e atividades de ensino cursadas e aprovadas nesta edição.

Também não será permitido o trancamento de matrícula em uma das disciplinas ou atividades de ensino, pois não há como assegurar que a disciplina poderá vir a ser novamente oferecida em PLES.

Nesta edição foi incluída a exigência dos alunos serem aprovados em seis (6) créditos obtidos em **disciplinas Eletivas** e ainda, serem aproveitados, no mínimo, seis (6) créditos correspondentes a **Atividades Complementares**.

**No que se refere às disciplinas eletivas:** Na grade curricular do PLAGEDER estão sendo indicadas as possibilidades de oferecimento de duas disciplinas eletivas no 3º, 4º 7º e 8º semestres. A ComGrad/PLAGEDER optou por não incluir disciplinas eletivas nos dois primeiros semestres, porque neste primeiro ano, os alunos deverão estar consolidando os conteúdos teórico-prático das disciplinas obrigatórias. No 5º e 6º semestres, também não foram incluídas estas possibilidades, porque os alunos estarão envolvidos com seus Estágios Supervisionados, o que aumentaria em muito a carga horária.

Constam na grade curricular a indicação da disciplina EDU 03071-Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em atendimento às normatizações superiores, a ser oferecida pela Faculdade de Educação (FACED/UFRGS) e a indicação de Tópicos Especiais I a VIII, com seus respectivos códigos e com definição de 3 créditos para cada um, mas sem definição da temática a ser abordada. No que se refere às disciplinas Tópicos Especiais, justifica-se esta decisão, porque existem algumas expectativas relativas às disciplinas eletivas, quais sejam: **(a)** que os próprios

alunos solicitem aprofundamento em algumas temáticas específicas ou ainda, temas que não constam na grade curricular, mas que sejam relacionados à área de formação que estão recebendo; **(b)** que os professores tenham interesse em oferecer uma disciplina que é do seu tema de pesquisa, mas não foi contemplado no PLAGEDER e; **(c)** que a Coordenação do Curso, ou componentes do NDE/PLAGEDER ou da ComGrad/PLAGEDER tenham interesse em oferecer aos alunos, por tratar-se de tema emergente não contemplado na proposta do curso, mas que seja entendido como relevante para complementar a formação que está sendo oferecida.

Do aluno será exigida aprovação em seis créditos, equivalendo ao aproveitamento em duas disciplinas eletivas, mas não há restrição que curse todas as oito possibilidades, caso venham a ser oferecidas em sua totalidade prevista.

**No que se refere às Atividades Complementares:** Na Resolução nº 01/2013 de 19/mar/2013, da ComGrad/PLAGEDER, estão regulamentadas as atividades complementares atendendo a Resolução nº 24/2006-CEPE/UFRGS, alterada pelas Resoluções nº 50/2009 e nº 20/2010-CEPE/UFRGS. Os alunos deverão atender o que segue:

- a) As Atividades Complementares realizadas pelos alunos do PLAGEDER deverão corresponder, conforme tabela de equivalência constante abaixo, a um mínimo de seis (6) créditos;
- b) A solicitação de aproveitamento dos créditos deverá ser feita à ComGrad/PLAGEDER, devendo vir acompanhada de relatório das atividades complementares realizadas e da documentação comprobatória e deve ser efetuada até a matrícula no semestre que antecede à colação de grau;
- c) Serão aproveitadas as atividades complementares realizadas a partir do semestre de ingresso do aluno no PLAGEDER, ou ainda, por atividades realizadas antes da data de ingresso do discente no Curso, desde que realizadas em Instituições de Ensino Superior Públicas ou Privadas, no máximo 2 (dois) anos antes da data do ingresso nesta edição;
- d) As atividades realizadas devem ser diversificadas, sendo exigido o cumprimento de, no mínimo, dois (2) tipos de atividades elencadas na tabela abaixo;
- e) Outras atividades que contribuam para a formação em Desenvolvimento Rural poderão ser propostas pelo discente como atividade complementar e serão avaliadas pela ComGrad /PLAGEDER para fins de aproveitamento.

Quadro 2 – Tipo de Atividades Complementares que poderão ser Validadas

<b>Atividade</b>	<b>Pontuação</b>
<b>a)</b> Participação ativa em projetos de extensão universitária, devidamente registrados nos órgãos competentes da UFRGS, como bolsista remunerado ou voluntário, apresentados no Salão de Extensão ou Salão de Iniciação Científica da UFRGS.	Um crédito a cada 60 horas
<b>b)</b> Participação em comissão coordenadora ou organizadora de evento de extensão isolado, devidamente registrado nos órgãos competentes.	Um crédito a cada 60 horas
<b>c)</b> Participação como agente passivo em cursos, seminários e demais atividades de extensão universitária, excluídas as atividades de prestação de serviços que envolvam remuneração de servidores docentes e/ou técnico administrativos da UFRGS.	Um crédito a cada 60 horas
<b>d)</b> Participação em cursos de extensão com carga horária definida e que inclua avaliação de frequência e desempenho.	Um crédito a cada 15 horas
<b>e)</b> Atividade de Iniciação Científica, apresentada no Salão de Extensão ou Salão de Iniciação Científica da UFRGS.	Um crédito a cada 60 horas
<b>f)</b> Atividade de monitoria, apresentados no Salão de Extensão ou Salão de Iniciação Científica da UFRGS.	Um crédito a cada 60 horas
<b>g)</b> Atividades desenvolvidas como Bolsa PET (Programa de Educação Tutorial), Bolsa EAD (Educação a distância) e demais bolsas acadêmicas.	Um crédito a cada 60 horas
<b>h)</b> Atividades de representação discente junto aos órgãos da UFRGS, mediante comprovação de, no mínimo, 75% de participação efetiva.	Um crédito a cada 15 horas, assegurado um mínimo de um crédito por mandato
<b>i)</b> Disciplinas eletivas, quando excedentes ao número de créditos eletivos exigidos pelo Curso, cursadas com aproveitamento	Um crédito a cada 15 horas
<b>j)</b> Disciplinas obrigatórias alternativas, quando excedentes ao número de créditos obrigatórios alternativos exigidos no Curso, cursadas com aproveitamento.	Um crédito a cada 15 horas
<b>k)</b> Disciplinas adicionais, cursadas com aproveitamento.	Um crédito a cada 15 horas
<b>l)</b> Estágios não obrigatórios desenvolvidos com base em convênios firmados pela UFRGS	Um crédito a cada 60 horas
<b>m)</b> Disciplinas de outros cursos/habilitações ou ênfases de instituições de ensino superior nacionais ou estrangeiras, cursadas com aproveitamento e sem duplicidade.	Um crédito a cada 15 horas
<b>n)</b> Participação efetiva e comprovada em semanas acadêmicas, programas de treinamento, programas de iniciação científicas, jornadas, simpósios, congressos, encontros, conferências, fóruns, atividades artísticas, promovidos pela UFRGS ou por outras instituições de ensino superior, conselhos ou associações de classe, assim como atividades de docência e publicações.	Um crédito a cada 15 horas
<b>o)</b> Atividades desenvolvidas como Bolsa Permanência ou Bolsa Trabalho, no âmbito da UFRGS.	Um crédito a cada 60 horas
<b>p)</b> Atividades de extensão promovidas por outras instituições de ensino superior ou por órgão público.	Um crédito a cada 60 horas
<b>q)</b> Estágios não obrigatórios desenvolvidos pelo discente	Um crédito a cada 60 horas
<b>r)</b> Outras atividades propostas pelo discente, em qualquer campo de conhecimento.	Um crédito a cada 60 horas

É importante destacar que os alunos de cursos EAD, embora parecendo complicado numa primeira impressão, podem completar os créditos em Atividades Complementares facilmente.

Nas edições anteriores, mesmo não sendo obrigados a atender esta normatização referente às Atividades Complementares, mas com a intenção de aproximá-los da vida acadêmica de um universitário e quem sabe, estimulá-los a persistir na formação em níveis avançados, os alunos foram estimulados pela Coordenação do Curso, professores e tutores a participarem dos Salões de Ensino e de Iniciação Científica da UFRGS, bem como em jornadas científicas nos respectivos polos, da mesma forma que lhes foram abertas possibilidades de participarem dos projetos de pesquisa e de extensão do corpo docente.

Nas edições anteriores os alunos participaram de programas de bolsas de extensão vinculados a ações de extensão coordenadas por professores do Curso.

Além disso, nos Salões de Graduação, de Ensino e de Iniciação Científica entre de 2009 e 2012 os alunos do PLAGEDER tiveram participação efetiva com apresentação de trabalho a saber:

- 5º Salão de Graduação em 2009 - 19 trabalhos;
- Salão de Iniciação Científica/Feira 2009 - 7 trabalhos
- 6º Salão de Graduação 2010 - 11 trabalhos;
- 7º Salão de Graduação 2011 - 11 trabalhos;
- 8º Salão de Ensino 2012 - 12 trabalhos

A relação destes trabalhos está disponível no site do PLAGEDER em:

<http://ww6.ufrgs.br/plageder> > Pesquisa e Extensão.

A participação nos eventos de Ensino, Pesquisa e Extensão é estimulada pelos docentes, tutores a distância e pela coordenação do Curso que intensifica a divulgação destes eventos no site do Curso e através de mensagens específicas às equipes dos Polos e alunos. Normalmente a coordenação operacional tenta viabilizar, junto a SEAD, apoio para o deslocamento dos alunos, principalmente de polos mais distantes, para não ser este o empecilho do seu envolvimento nas ações acadêmicas promovidas pela Universidade.

Para a nova edição serão mantidos todos os esforços para o efetivo engajamento dos alunos nas atividades de pesquisa e extensão.

Soma-se a isso, as publicações dos alunos em coautoria com professores e tutores em periódicos internacionais, assim como, em Anais de eventos nacionais e internacionais da área temática, como foram detalhados nos relatórios anualmente enviados à UAB/CAPES. Estas informações continuam disponíveis no site do PLAGEDER, no link Notícias.

Talvez por conta destas iniciativas, diversos pesquisadores e professores da UFRGS e/ou de outras Instituições, que discorrem sobre a prática da EaD têm usado o PLAGEDER como objeto de estudo. Servem como registro deste pensar constante acerca das pesquisas e das metodologias de ensino na modalidade a distância.

Aos alunos deste Curso não será permitida a transferência para outros cursos regulares ou específicos oferecidos pela UFRGS, da mesma forma, que não é permitido que cursem disciplinas em outros cursos de graduação da UFRGS, de acordo com as normas vigentes.

Para obtenção do Diploma, a totalidade das disciplinas e atividades de ensino deverá ser cumprida até o final do último semestre regular ou no prazo estipulado pela Comissão de Graduação, em casos de oferecimento de PLES em período especial.

Os alunos serão vinculados ao polo de ensino presencial declarado quando da realização da inscrição no processo seletivo. A alteração de vinculação ao polo de apoio presencial deverá ser solicitada à coordenação do PLAGEDER, consubstanciada por documento justificando a necessidade da alteração da vinculação assim como por documento com a concordância das coordenações dos polos de apoio presencial envolvidos. A solicitação de alteração de vinculação será analisada e avaliada pela ComGrad/ PLAGEDER, que deverá manifestar sua posição em relação a esta solicitação.

## **6.6. Estrutura Curricular**

O currículo do Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural está organizado em oito semestres consecutivos e é composto por 28 disciplinas obrigatórias e por 09 eletivas. Das eletivas, o aluno deverá cursar, no mínimo, 06 créditos, que correspondem a 02 disciplinas eletivas distintas, estruturadas em cinco eixos temáticos e uma atividade de ensino (Trabalho de Diplomação em Desenvolvimento Rural - TCC).

Estas 28 disciplinas obrigatórias, as duas disciplinas eletivas exigidas, as atividades complementares exigidas, juntamente com a atividade de ensino obrigatória, correspondem a 3.130 horas/aula mínimas para a formação. Deste total, as disciplinas de cunho teórico-práticos em formato EAD correspondem a 2.680 horas/ aula.

Além dos Estágios Supervisionados, a abordagem teórico-prática é reforçada pelas atividades mais aplicadas em diversas disciplinas, com tarefas que envolvem a aproximação com a realidade local em cada região que os polos abrangem. Os TCC também têm este perfil.

Acrescenta-se que os Estágios Supervisionados (**DERAD303** e **DERAD403**) materializam a ênfase na abordagem teórico-prática sugerida.

Acrescenta-se que diversos alunos fazem estágios curriculares não obrigatórios em suas localidades, por iniciativa própria. Porém, os alunos só poderão estagiar em locais que estejam dentro da área de ensino do seu curso, pois as atividades a serem desenvolvidas, têm que complementar o que é estudado. Segue a definição de Estágio, conforme a lei nº 11.788, de 25/09/2008 que regulamenta as atividades de estágio, tanto curricular obrigatório quanto não obrigatório:

## CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

Por fim, o Eixo Temático PROFISSIONAL, por meio das disciplinas DERAD500, DERAD501 e DERAD502, também cumpre o papel da ênfase na formação profissional e na abordagem teórico-prática, considerando, justamente, a possibilidade de o aluno conhecer as possibilidades de inserção que poderá efetivar no mercado do trabalho.

### 6.5.1 Especificidades

#### a) Estágios Supervisionados

Os estágios supervisionados (DERAD303 - Estágio Supervisionado IA e DERAD403 – Estágio Supervisionado IIA) correspondem a um total de 30 créditos, equivalentes a 450 horas/ aula. Os estágios supervisionados são atividades obrigatórias, definidas no projeto do curso e cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. As atividades de estágio estão em conformidade a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. Assim, ressalta-se o caráter pedagógico dos estágios com acompanhamento sistemático pela instituição de ensino.

A Comissão de Graduação do PLAGEDER é responsável por registrar, gerenciar e manter todos os documentos legais necessários para a realização dos estágios curriculares, além de prover a contratação a favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais.

A Comgrad PLAGEDER deverá designar professores responsáveis para a o acompanhamento e supervisão das disciplinas de Estágio Supervisionado. Os professores responsáveis definirão o Plano de Ensino, assim como o calendário das diferentes etapas e os procedimentos avaliativos. Para a realização dos estágios supervisionados, o aluno deve estar devidamente matriculado e frequentando regularmente o Curso.

A Divisão de Estágios e Monitoria Acadêmica (DEMA) vinculada ao Departamento de Controle e Registro Discente (DECORDI)/UFRGS é responsável pelo gerenciamento dos estágios obrigatórios e por celebrar o Termo de Compromisso entre a Universidade, o aluno e a parte concedente do estágio. O Termo de Compromisso prevê as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação do estudante e ao horário e calendário escolar. A principal finalidade do Termo de Compromisso é comprovar perante as autoridades competentes a inexistência de vínculo empregatício entre o estagiário e a organização que acolherá o estudante.

O estagiário deverá elaborar um Plano de Atividades, que deverá ser validado pelo orientador de campo e ser anexado ao Termo de Compromisso para registro na DEMA/ UFRGS. A jornada de



atividade em estágio deverá ser de até 40 horas semanais de estágio, incluindo os finais de semana (sábados e/ou domingos).

Para o acompanhamento efetivo da atividade de estágio, a Comgrad PLAGEDER deverá designar um professor orientador da instituição de ensino e um supervisor da parte concedente (denominado “Orientador de Campo”).

O local do estágio poderá ser selecionado a partir do cadastro da Comgrad/ PLAGEDER ou por indicação das coordenações dos polos de apoio presencial (“agentes de integração”) ou ainda, por indicação do aluno, desde que avaliado como pertinente pelo orientador e/ou pela ComGrad/PLAGEDER.

Ao longo da realização das atividades de estágio, os alunos deverão, obrigatoriamente, realizar a postagem na plataforma MOODLE de um “registro semanal de atividades” com a descrição e relato das atividades realizadas. No Plano de Ensino constarão as instruções e recomendações de como proceder.

Ao final do estágio, como requisito para conclusão da disciplina e obtenção de conceito para aprovação, será exigida a elaboração de um Relatório contendo a descrição da experiência vivenciada e uma avaliação crítica da mesma.

#### **b) Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)**

As atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) compreendem uma disciplina (DERAD 503 – Projeto de Monografia, com 06 créditos e correspondendo a 90 horas/ aula), uma atividade de ensino (Atividade de ensino de TCC sem atribuição de créditos e com carga horária de 100 horas/ aula, quando o aluno desenvolverá a elaboração do TCC) e o Trabalho de Conclusão do Curso propriamente dito, incluindo a exigência da sua defesa perante uma Banca Examinadora.

Materializado na forma de uma Monografia, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um produto inédito, de autoria do discente e deve refletir a consolidação do aprendizado e crescimento dos alunos como pessoa e como profissional, refletindo, portanto, a consolidação do aprendizado adquirido ao longo do Curso.



Para a realização das atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), a coordenação do PLAGEDER designará um professor orientador. O professor orientador deverá ser um professor do PLAGEDER ou um profissional com formação superior de reconhecida atuação na temática do desenvolvimento rural e portador, no mínimo, do título de mestre, vinculado a uma Instituição de Ensino Superior Público ou Privado, com a devida autorização para atuar junto ao PLAGEDER, como Colaborador.

A avaliação da Monografia de TCC poderá ser realizada utilizando recursos de webconferência com a presença da banca e/ ou do aluno na sede da UFRGS ou da banca na UFRGS e o aluno no polo de apoio presencial, em sessão pública, em local e data definidos com a devida antecedência, condicionada à concordância da coordenação do PLAGEDER, com ampla e prévia divulgação do *link* de transmissão via internet. O resultado desta avaliação deverá ser registrado em ata

As defesas que forem realizadas por webconferências poderão ser gravadas, a juízo da Banca Examinadora e, por serem públicas, obrigatoriamente, terão o *link* aberto para acesso a comunidade em geral, especialmente, para os polos, professores, tutores, integrantes da equipe técnica do PLAGEDER, Reitoria da UFRGS e à UAB/CAPES. Não será permitido, no entanto, a comunicação da assistência com o aluno e com os membros da Banca Examinadora.

O período para a formação das bancas e avaliação dos TCCs terá uma duração a ser definida pela coordenação do PLAGEDER. A data e a modalidade de defesa (por webconferência e/ou em local pré-estabelecido) do TCC serão definidos em comum acordo pelo professor orientador e pela coordenação do PLAGEDER, sendo facultada a possibilidade de transferência da data de avaliação do TCC, por solicitação do professor orientador ou pelo aluno, desde que devidamente justificado na solicitação a ser encaminhada à ComGrad/PLAGEDER.

A coordenação do Curso designará as bancas examinadoras para a avaliação dos TCCs, devendo ser compostas por, no mínimo, três membros, incluindo o orientador como presidente, e constituídas por professores do PLAGEDER, tutores a distância (portadores, no mínimo, do título de mestre) e/ou profissionais com formação superior de reconhecida atuação na temática do desenvolvimento rural e portadores, no mínimo, do título de mestre.

Os alunos deverão postar na plataforma MOODLE a versão final de suas respectivas monografias em local previamente designado pela coordenação do curso PLAGEDER, com uma antecedência mínima de sete (7) dias da data de apresentação do TCC.

O não cumprimento deste prazo, se não devidamente justificado e aceito pela ComGrad/PLAGEDER, acarretará na reprovação automática do aluno no Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), o que acarretará no seu desligamento do Curso.

Os procedimentos de avaliação dos TCC consistirão de uma apresentação oral por parte do aluno do trabalho monográfico, seguido pela arguição oral e avaliação por parte dos membros da banca examinadora. A duração do procedimento de avaliação do TCC será definida pela banca examinadora.

A avaliação do TCC será realizada pela banca examinadora, devidamente registrado em ata de defesa e obedecerá a um critério qualitativo, com a seguinte classificação:

- Aprovado;
- Aprovado com condicionantes;
- Reprovado.

No caso da **Aprovação**, a banca examinadora atribuirá ao final do procedimento de avaliação o conceito final (A, B, ou C).

Além da ata de defesa, nos casos de **Aprovação com condicionantes**, a banca examinadora deverá proceder à elaboração de parecer consubstanciado, devidamente assinado pelos integrantes da banca examinadora. O parecer deverá ser disponibilizado na plataforma Moodle para acesso do aluno.

Ainda neste caso, será acordado o prazo de 30 dias, no máximo, para que o aluno proceda a adequação e inclusão das considerações e exigências formuladas pela banca examinadora e postar na Plataforma MOODLE o TCC considerado corrigido para julgamento pelo professor orientador, que o acompanhará neste período e atribuirá o conceito final B ou C, de aprovação ou D, de reprovação.

Por fim, no caso de **Reprovação no TCC**, os pedidos de reconsideração deverão ser encaminhados pelo aluno, por e-mail à coordenação do PLAGEDER em, no máximo, 48 horas após a divulgação dos resultados.

Os pedidos de reconsideração deverão consistir de um documento explicitando os fatos e justificativas assim como documentos comprobatórios relacionados à reprovação no TCC. Os pedidos de reconsideração serão encaminhados pela Coordenação do Curso, em dossiê

documentado, para serem avaliados pela ComGrad/PLAGEDER, que poderá consultar o NDE/PLAGEDER.

O Colegiado de professores do curso PLAGEDER será a segunda, e última instância de avaliação de pedidos de reconsideração.

Em sendo reconsiderada a reprovação no TCC, dependendo do julgamento da ComGrad/PLAGEDER ou da instância que analisou o pedido, poderá ser definido um PLES, no caso da reprovação não ter sido por plágio ou porque, no mínimo, 20% dos alunos desta etapa foram reprovados e, desde que a UAB/CAPES financie este percurso.

Também poderá ser simplesmente fixado o prazo de até 30 dias para a postagem na plataforma Moodle de uma **nova versão de TCC** em local previamente designado pela coordenação do curso PLAGEDER.

O professor orientador para o período de realização da nova versão do TCC será designado pela coordenação do PLAGEDER, em substituição ao anterior, visando manter assegurada a impessoalidade nesta etapa da formação.

A data de realização de uma nova avaliação do TCC, assim como a designação da banca examinadora, será definida pela Coordenação do PLAGEDER. A nova avaliação do TCC por parte da banca examinadora utilizará somente o critério de Aprovado (com atribuição de conceito C) ou Reprovado (com atribuição de conceito D).

### 6.5.2 Calendário

O calendário de oferecimento das disciplinas e atividades de ensino do curso PLAGEDER será definido pela coordenação do PLAGEDER/UFRGS e previamente disponibilizado ao corpo docente e discente na página do curso na web, em <http://www6.ufrgs.br/plageder>, bem como na Plataforma MOODLE, além de ser encaminhado aos polos para divulgação eletrônica e nos murais.

No entanto, em decorrência das particularidades e especificidades relacionadas ao projeto didático-pedagógico, dos procedimentos administrativos, de alterações no calendário da UFRGS por alguma eventualidade de força maior, este calendário poderá sofrer adequações ou

modificações. Eventuais adequações e modificações no calendário de oferecimento deverá ser comunicada ao corpo docente e discente com a devida antecedência.

### 6.5.3 Eixos Temáticos e Disciplinas

Os cinco eixos temáticos e seus objetivos, assim como as respectivas disciplinas obrigatórias e eletivas, são:

**1. Eixo Temático “Básico”** – tem como objetivo fornecer elementos teóricos para a compreensão e interpretação do desenvolvimento agrário, tanto em nível local como regional e nacional, assim como aprofundar o conhecimento em áreas temáticas relacionadas à estrutura e funcionamento do mundo rural.

Disciplinas Obrigatórias:

- ✚ DERAD 100 - Instrumentalização para a educação a distância A;
- ✚ DEARD 101 - Teorias do desenvolvimento A;
- ✚ DERAD 102 - Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários A;
- ✚ DERAD 103 – Introdução à gestão de organizações;
- ✚ DERAD 104 - Territórios e paisagens: do local ao regional;
- ✚ DERAD 105 - Agricultura e sustentabilidade A;
- ✚ DERAD 106 - Etnodesenvolvimento e mediações político- culturais do mundo rural A;
- ✚ DERAD 107 - Organização social e movimentos sociais rurais A;
- ✚ DERAD 108 – Fundamentos em gestão ambiental;
- ✚ DERAD 109 - Métodos de pesquisa científica.

**2. Eixo Temático “Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural”** – tem como objetivo fornecer elementos teórico-práticos acerca da concepção, da estrutura e da implementação de políticas públicas relacionadas ao processo de desenvolvimento rural.

Disciplinas Obrigatórias:

- ✚ DERAD 200 - Planejamento e gestão de projetos;
- ✚ DERAD 201 - Estado, políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil;
- ✚ DERAD 202 - Questão ambiental e legislação;
- ✚ DERAD 203 - Seminário integrador: Planejamento e gestão para o desenvolvimento rural.

**3. Eixo Temático “Organizações de Produção Agrícola”** – tem como objetivo fornecer elementos teórico-práticos para a avaliação, planejamento e gestão de unidades de produção agrícola.

Disciplinas Obrigatórias:

- ✚ DERAD 300 - Comercialização e mercados;
- ✚ DERAD 301 - Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola A;
- ✚ DERAD 302 - Elaboração e avaliação de projetos para unidades de produção agrícola;
- ✚ DERAD 303 - Estágio supervisionado I A.

**4. Eixo Temático “Organizações Agroindustriais”** – tem como objetivo fornecer elementos teórico-práticos para a gestão e o planejamento de organizações agroindustriais.

Disciplinas Obrigatórias:

- ✚ DERAD 400 - Organização agroindustrial e cadeias produtivas;
- ✚ DERAD 401 - Gestão e planejamento de organizações agroindustriais A;
- ✚ DERAD 402 - Elaboração e avaliação de projetos agroindustriais A;
- ✚ DERAD 403 - Estágio supervisionado II A.

**5. Eixo Temático “Profissional”** – tem como objetivo realizar as etapas conclusivas do curso e proporcionar uma aproximação com o mundo profissional.

Disciplinas Obrigatórias:

- ✚ DERAD 500 - Impactos ambientais e etnoecologia;
- ✚ DERAD 501 - Segurança alimentar e nutricional;
- ✚ DERAD 502 - Cooperativismo e economia solidária;
- ✚ DERAD 503 - Projeto de monografia;
- ✚ DERAD 504 - Turismo rural;
- ✚ DERAD 505 - Extensão, comunicação e mediação social;
- ✚ Trabalho de diplomação em desenvolvimento rural.

**Disciplinas Eletivas** – Têm como objetivo oferecer ao corpo discente a possibilidade de discutir, de forma multidisciplinar, temáticas específicas dentro do grande tema do desenvolvimento rural.

Disciplinas:

- + EDU 03071-Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- + DERAD600 - Tópicos Especiais I;
- + DERAD601 - Tópicos Especiais II;
- + DERAD602 - Tópicos Especiais III;
- + DERAD603 - Tópicos Especiais IV;
- + DERAD604 - Tópicos Especiais V;
- + DERAD605 - Tópicos Especiais VI;
- + DERAD606 - Tópicos Especiais VII;
- + DERAD607 - Tópicos Especiais VIII.

#### **6.5.4 Matriz Curricular**

A Matriz Curricular com as respectivas disciplinas, obrigatórias, eletivas, atividades de ensino e atividades complementares, com os créditos e cargas horárias são apresentadas no Quadro 2 a seguir.

Todas as atividades realizadas demandam tempo e dedicação, com correspondências em número de créditos de cada disciplina. Seguindo as normas da universidade, cada crédito corresponde a 15 horas/aula.

Quadro 3 – Matriz Curricular

<b>ESTRUTURA CURRICULAR PLAGEDER - BACHARELADO</b>					
SEMESTRE	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CARÁTER	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
1	DERAD100	Instrumentalização para o Educação a distância (EAD)	Obrigatório	10	150
	DERAD101	Teorias do Desenvolvimento	Obrigatório	6	90
	TOTAL DO 1º SEMESTRE				16
2	DERAD102	Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários	Obrigatório	6	90
	DERAD103	Introdução à Gestão de Organizações	Obrigatório	6	90
	DERAD104	Território e Paisagens: do local ao regional	Obrigatório	6	90
	DERAD105	Agricultura e Sustentabilidade	Obrigatório	6	90
	TOTAL DO 2º SEMESTRE				24
3	DERAD106	Etnodesenvolvimento e Mediações Político-Culturais do Mundo Rural	Obrigatório	6	90
	DERAD200	Planejamento e Gestão de Projetos	Obrigatório	6	90
	DERAD300	Comercialização e Mercados	Obrigatório	6	90
	DERAD201	Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil	Obrigatório	6	90
	DERAD0600	Tópicos Especiais I	Eletivo	3	45
	DERAD0601	Tópicos Especiais II	Eletivo	3	45
	TOTAL DO 3º SEMESTRE SEM ELETIVAS				24
4	DERAD107	Organização Social e Movimentos Sociais Rurais	Obrigatório	6	90
	DERAD301	Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola	Obrigatório	6	90
	DERAD302	Elaboração e Avaliação de Projetos para Unidades de Produção Agrícola	Obrigatório	6	90
	DERAD500	Impactos Ambientais e Etnoecologia	Obrigatório	6	90
	DERAD0602	Tópicos Especiais III	Eletivo	3	45
	DERAD0603	Tópicos Especiais IV	Eletivo	3	45
TOTAL DO 4º SEMESTRE SEM ELETIVAS				24	360
5	DERAD400	Organização Agroindustrial e Cadeias Produtivas	Obrigatório	6	90
	DERAD401	Gestão e Planejamento de Organizações Agroindustriais	Obrigatório	6	90
	DERAD402	Elaboração e Avaliação de Projetos Agroindustriais	Obrigatório	6	90
	DERAD108	Fundamentos em Gestão Ambiental	Obrigatório	6	90
	DERAD303	Estágio Supervisionado I	Obrigatório	15	225
	TOTAL DO 5º SEMESTRE COM ESTÁGIO				39
TOTAL DO 5º SEMESTRE SEM ESTÁGIO				24	360
6	DERAD501	Segurança Alimentar e Nutricional	Obrigatório	6	90
	DERAD202	Questão Ambiental e Legislação	Obrigatório	6	90
	DERAD502	Cooperativismo e Economia Solidária	Obrigatório	6	90
	DERAD109	Métodos de Pesquisa Científica	Obrigatório	6	90
	DERAD403	Estágio Supervisionado II	Obrigatório	15	225
	TOTAL DO 6º SEMESTRE COM ESTÁGIO				39
TOTAL DO 6º SEMESTRE SEM ESTÁGIO				24	360
7	DERAD203	Seminário Integrador: Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural	Obrigatório	10	150
	DERAD504	Turismo Rural	Obrigatório	6	90
	DERAD505	Extensão, Comunicação e Intervenção Social	Obrigatório	6	90
	DERAD0604	Tópicos Especiais V	Eletivo	3	45
	DERAD0605	Tópicos Especiais VI	Eletivo	3	45
	DERAD503	Projeto de Monografia	Obrigatório	6	90
	TOTAL DO 7º SEMESTRE SEM ELETIVAS				28
8	EDU 03071	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	Eletivo	2	30
		Trabalho de Diplomação em DR (Atividade de Ensino de TCC com 100 horas/aula)	Obrigatório	0	100
		Defesa do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)	Obrigatório		
	DERAD0606	Tópicos Especiais VII	Eletivo	3	45
	DERAD0607	Tópicos Especiais VIII	Eletivo	3	45
TOTAL DO 8º SEMESTRE COM TCC, COM LIBRAS E SEM ELETIVAS				2	130
TOTAL DO 8º SEMESTRE SEM TCC, COM LIBRAS E SEM ELETIVAS				2	30
TOTAL DO CURSO: CRÉDITOS OBRIGATÓRIOS, INCLUINDO ESTÁGIOS E ATIVIDADE DE ENSINO				196	3040
TOTAL DO CURSO: CRÉDITOS OBRIGATÓRIOS E ELETIVAS, INCLUINDO ESTÁGIOS E ATIVIDADE DE ENSINO				202	3130
ATIVIDADES COMPLEMENTARES				6	0
TOTAL DO CURSO: CRÉDITOS OBRIGATÓRIOS E ELETIVAS, INCLUINDO ESTÁGIOS, ATIVIDADE DE ENSINO E COMPLEMENTARES				208	3130
TOTAL DO CURSO: CRÉDITOS OBRIGATÓRIOS, ELETIVAS, COMPLEMENTARES E ATIVIDADE DE ENSINO, EXCLUINDO ESTÁGIOS				178	2680

### 6.5.5 Quadro de Concomitância das Disciplinas

No Quadro 4 está sendo ilustrado o oferecimento das disciplinas que deverão ocorrer simultaneamente, destacadas de duas em duas, em cores distintas por semestre. Em cada semestre estão previstas quatro ou cinco disciplinas obrigatórias.

Nos períodos em que ocorrerão os Estágios Supervisionados (destacados em azul), estes ocorrerão sobrepostos às demais disciplinas. No entanto, os professores serão instruídos a programar as atividades das disciplinas sob suas responsabilidades, de forma combinada com os demais professores responsáveis pelas disciplinas concomitantes, considerando que a dedicação dos alunos deverá ser correspondente ao número de créditos da disciplina. Ou seja, cada crédito equivale a 15 horas/aula.

Com relação às disciplinas eletivas, não foram definidos calendários porque poderão não ser oferecidas, por falta de alunos demandantes, ou poderá ser oferecida somente uma das disciplinas, de tal modo, que no momento oportuno, a ComGrad/PLAGEDER deverá tomar as providências e precauções para organização do calendário do semestre, assegurando as prerrogativas de um curso com a qualidade do PLAGEDER.



Quadro 4 – Concomitância no Oferecimento das Disciplinas

ESTRUTURA CURRICULAR PLAGEDER - BACHARELADO - TURMA DE 2013				
SEMESTRE	PERÍODO*	CRÉDITOS	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR
1	AGO A OUT/2013	10	DERAD100	Instrumentalização para o Educação a distância (EAD)
	OUT A DEZ/2013	6	DERAD101	Teorias do Desenvolvimento
	<b>240 h/aula</b>	<b>16</b>		<b>TOTAL DO 1º SEMESTRE</b>
2	MAR A MAIO/2014	6	DERAD102	Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários
		6	DERAD103	Introdução à Gestão de Organizações
	MAIO A JUL/2014	6	DERAD104	Território e Paisagens: do local ao regional
		6	DERAD105	Agricultura e Sustentabilidade
	<b>360 h/aula</b>	<b>24</b>		<b>TOTAL DO 2º SEMESTRE</b>
3	AGO A OUT/2014	6	DERAD106	Etnodesenvolvimento e Mediações Político-Culturais do Mundo Rural
		6	DERAD200	Planejamento e Gestão de Projetos
	OUT A DEZ/2014	6	DERAD300	Comercialização e Mercados
		6	DERAD201	Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil
	A DEFINIR	3	DERAD0600	Tópicos Especiais I
	A DEFINIR	3	DERAD0601	Tópicos Especiais II
<b>360 h/aula</b>	<b>24</b>		<b>TOTAL DO 3º SEMESTRE SEM ELETIVAS</b>	
4	MAR A MAIO/2015	6	DERAD107	Organização Social e Movimentos Sociais Rurais
		6	DERAD301	Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola
	MAIO A JUL/2015	6	DERAD302	Elaboração e Avaliação de Projetos para Unidades de Produção Agrícola
		6	DERAD500	Impactos Ambientais e Etnoecologia
	A DEFINIR	3	DERAD0602	Tópicos Especiais III
	A DEFINIR	3	DERAD0603	Tópicos Especiais IV
<b>360 h/aula</b>	<b>24</b>		<b>TOTAL DO 4º SEMESTRE SEM ELETIVAS</b>	
5	AGO A OUT/2015	6	DERAD400	Organização Agroindustrial e Cadeias Produtivas
		6	DERAD401	Gestão e Planejamento de Organizações Agroindustriais
	OUT A DEZ/2015	6	DERAD402	Elaboração e Avaliação de Projetos Agroindustriais
		6	DERAD108	Fundamentos em Gestão Ambiental
	SET A DEZ/2015	15	DERAD303	Estágio Supervisionado I
	<b>510 h/aula</b>	<b>39</b>		<b>TOTAL DO 5º SEMESTRE COM ESTÁGIO</b>
<b>360 h/aula</b>	<b>24</b>		<b>TOTAL DO 5º SEMESTRE SEM ESTÁGIO</b>	
6	MAR A MAIO/2016	6	DERAD501	Segurança Alimentar e Nutricional
		6	DERAD202	Questão Ambiental e Legislação
	MAIO A JUL/2016	6	DERAD502	Cooperativismo e Economia Solidária
		6	DERAD109	Métodos de Pesquisa Científica
	ABR A JUL/2016	15	DERAD403	Estágio Supervisionado II
	<b>510 h/aula</b>	<b>39</b>		<b>TOTAL DO 6º SEMESTRE COM ESTÁGIO</b>
<b>360 h/aula</b>	<b>24</b>		<b>TOTAL DO 6º SEMESTRE SEM ESTÁGIO</b>	
7	AGO A OUT/2016	10	DERAD203	Seminário Integrador: Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural
		6	DERAD504	Turismo Rural
		6	DERAD505	Extensão, Comunicação e Intervenção Social
	A DEFINIR	3	DERAD0604	Tópicos Especiais V
	A DEFINIR	3	DERAD0605	Tópicos Especiais VI
	OUT A DEZ/2016	6	DERAD503	Projeto de Monografia
	<b>22</b>		<b>TOTAL DO 7º SEMESTRE SEM ELETIVAS</b>	
8	A DEFINIR	2	EDU 03071	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)
	A DEFINIR	3	DERAD0606	Tópicos Especiais VII
	A DEFINIR	3	DERAD0607	Tópicos Especiais VIII
	JAN A JUN/2017			Trabalho de Diplomação em DR (Atividade de Ensino de TCC com 90 horas/aula)
	JUN A JUL/2017			Defesa do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)
<b>130</b>	<b>2</b>		<b>TOTAL DO 8º SEMESTRE COM TCC, COM LIBRAS E SEM ELETIVAS</b>	
<b>30</b>	<b>2</b>		<b>TOTAL DO 8º SEMESTRE SEM TCC, COM LIBRAS E SEM ELETIVAS</b>	
	<b>3040</b>	<b>196</b>	<b>TOTAL DO CURSO: CRÉDITOS OBRIGATÓRIOS, INCLUINDO ESTÁGIOS E ATIVIDADE DE ENSINO</b>	
	<b>3130</b>	<b>202</b>	<b>TOTAL DO CURSO: CRÉDITOS OBRIGATÓRIOS E ELETIVAS, INCLUINDO ESTÁGIOS E ATIVIDADE DE ENSINO</b>	
	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>ATIVIDADES COMPLEMENTARES</b>	
	<b>3130</b>	<b>208</b>	<b>TOTAL DO CURSO: CRÉDITOS OBRIGATÓRIOS E ELETIVAS, INCLUINDO ESTÁGIOS, ATIVIDADE DE ENSINO E COMPLEMENTARES</b>	
	<b>2680</b>	<b>178</b>	<b>TOTAL DO CURSO: CRÉDITOS OBRIGATÓRIOS, ELETIVAS, COMPLEMENTARES E ATIVIDADE DE ENSINO, EXCLUINDO ESTÁGIOS</b>	

\*Estudo para ilustração, devendo ser ra/retificado na autorização oficial de oferta do PLAGEDER.

### 6.5.6. Conteúdo das Disciplinas

Os conteúdos curriculares de cada Eixo Temático, assim como as ementas e objetivos, são apresentados a seguir:

#### 1. Eixo Temático BÁSICO

##### DERAD100 – Instrumentalização para a Educação a distância A (10 créditos – 150 horas/aula)

**Ementa:** Elementos de informática básica. Educação a distância e o modelo do PLAGEDER. Ambiente virtual de aprendizagem e seus recursos. Papel do aluno em cursos a distância (organização do estudo, disciplina, autonomia, etc.). Ética e produção do conhecimento.

**Objetivos:** Propiciar aos alunos o conhecimento básico em informática para a realização de atividades de ensino na modalidade a distância. Permitir aos alunos a apropriação do uso dos recursos disponíveis no ambiente virtual adotado para o curso, orientando sobre o papel do aluno em um curso a distância via Internet. Capacitar o aluno em preparar e estruturar a apresentação de seminários e trabalhos científicos.

##### **Bibliografia:**

- BELLONI, M.L. Educação a distância. Campinas, Editora Autores Associados, 2001.  
SILVA, Marco. (org). Educação Online. São Paulo, Loyola, 2003.  
MEYER, M. Nosso futuro e o computador. Porto Alegre: Bookman, 2000  
PALOFF, R. e PRATT, K. Aluno Virtual: Um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004.  
RAMALHO, J. Introdução à informática: teoria e prática. São Paulo: Berkeley Brasil, 2000.  
VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos. 6 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, 2003.

##### DERAD101 – Teorias do Desenvolvimento A (06 créditos – 90 horas/aula)

**Ementa:** Definições de Desenvolvimento: aspectos conceituais, normativos e operacionais. O desenvolvimentismo no Brasil: o papel do Estado e as mudanças estruturais. O Desenvolvimento em suas diversas escalas, dimensões e impactos socioeconômicos. A emergência de novos temas associados ao Desenvolvimento: das questões ambientais aos processos demográficos no Brasil e no Rio Grande do Sul.

**Objetivos:** Capacitar o estudante a compreender o Desenvolvimento, através de seus desdobramentos histórico-institucionais e de suas variantes socioeconômicas, levando em consideração, principalmente o caso brasileiro. Igualmente é objetivo desta disciplina disponibilizar ao aluno um conjunto de conceitos e metodologias estimulando o acadêmico a utilizá-los como ferramenta para identificação, análise e planejamento de experiências em prol do desenvolvimento. Espera-se que o enfoque multidisciplinar adotado na disciplina permita ao aluno, em sua trajetória acadêmico-profissional, aplicar tal compreensão no planejamento e na gestão de ações e empreendimentos voltados ao mundo rural.

### **Bibliografia:**

- COLISTETE, Renato P. (2001) O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil, *Estudos Avançados*, vol. 15, nº 04, pp. 21-34. (<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a04.pdf>).
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra (2005) *Gênese e percussores do desenvolvimentismo no Brasil*, *Revista Pesquisa & Debate*, vol.15, nº 02 (26), pp. 225-254 . ([http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens\\_do\\_Developimentis\\_mo.pdf](http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens_do_Developimentis_mo.pdf))
- MENEGETTI, Gilmar A (s/d) Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar. (<http://www.emater.tche.br/docs/agricultura/art18.htm>)
- MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2001) Marcos do Planejamento público no Brasil 1947-2000 ([http://www.planejamento.gov.br/arquivos\\_down/spi/publicacoes/evolucao\\_1.pdf](http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/publicacoes/evolucao_1.pdf)).
- NAVARRO, Zander (2001a) Manejo de recursos naturais e desenvolvimento rural (manuscrito não publicado), 26 p.
- NAVARRO, Zander (2001b) “Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro”. *Estudos Avançados USP*, vol. 15, nº 26, pp.
- PATARRA, Neide L. (2003) “Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços”, *Textos para Discussão*, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, nº 07. ([http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos\\_para\\_discussao/textos/texto\\_7.pdf](http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_7.pdf))
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (1996) “Raízes históricas do campesinato brasileiro”. XX Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro, 18 p. (<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf>)
- WONG, Laura L. Rodriguez & CARVALHO, J. A (2006) “O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas”, *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 23, nº 01, pp. 05-26. ([http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol23\\_n1\\_2006/vol23\\_n1\\_2006\\_3artigo](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol23_n1_2006/vol23_n1_2006_3artigo))

### **DERAD102 – Dinâmica e Diferenciação dos Sistemas Agrários A (06 créditos – 90 horas/aula)**

**Ementa:** Conceitos e aplicação da teoria sistêmica para o estudo de realidades agrárias complexas. O estudo de sistemas agrários e suas abordagens. Origem, evolução e diferenciação dos sistemas agrários. Caracterização, evolução e diferenciação dos sistemas agrários no estado do RS.

**Objetivos:** Fornecer o instrumental teórico e metodológico para o estudo de realidades agrárias complexas. Reconstruir as grandes etapas da evolução da história da agricultura desde suas origens até o período atual. Reconstruir a origem e a evolução de sistemas agrários em nível local e regional, em especial do RS.

### **Bibliografia:**

- MAZOYER, M. e ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa, Instituto Piaget, 2001. 520 p.
- PONTING, C. *Uma história verde do mundo*. Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira, 1991. 646p.

SILVA NETO, B. e BASSO, David (Org.). Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. Análise e Recomendações de Políticas. 1ª ed. Ijuí, Editora UNIJUI, 2005.

### DERAD103 – Introdução a Gestão de Organizações (06 créditos – 90 horas/aula)

**Ementa:** Fundamentos teóricos relacionados à administração de empresas. Conceitos básicos, funções e problemas fundamentais relacionados ao planejamento e gestão de organizações agrícolas e agroindustriais. Abordagens e temáticas contemporâneas da gestão de organizações. Estudos de caso sobre gestão de organizações agrícolas e agroindustriais inseridas nas regiões de abrangência do Plageder.

**Objetivos:** Proporcionar aos alunos, sob uma perspectiva histórica e contemporânea, a reflexão crítica sobre as contribuições das correntes teóricas da administração de empresas para o planejamento e gestão de organizações agrícolas e agroindustriais no contexto do desenvolvimento rural. Aplicar as abordagens teóricas estudadas na análise dos processos de tomada de decisões nas organizações agrícolas e agroindustriais.

#### **Bibliografia:**

- CARAVANTES, G. R. Teoria Geral da Administração: pensando & fazendo. Porto Alegre: AGE, 1998.
- CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.) *Handbook* de estudos organizacionais – modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998.
- ETZIONI, A. Organizações modernas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967
- LAS CASAS, A. L. (Coord.) Novos rumos da administração. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, S. L. Sociologia das organizações – uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo. São Paulo: Pioneira, 2000.
- QUINELLO, R. A teoria institucional aplicada à administração – entenda como o mundo invisível impacta na gestão dos negócios. São Paulo: Novatec, 2007
- PLANTULLO, V. L. Teoria geral da administração – de Taylor às redes neurais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- SIMON, H. A. Comportamento administrativo: estudo dos processos de decisões nas organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1965.

### DERAD104 – Territórios e Paisagens: do local ao regional (06 créditos – 90 horas/aula)

**Ementa:** A problemática do desenvolvimento rural em nível local e regional. Caracterização da realidade agrária. Identificação dos fatores limitantes e potencialidades locais e regionais.

**Objetivos:** Iniciar a problematização das questões relacionadas ao desenvolvimento rural e a realidade agrária local e regional. Realizar uma primeira aproximação com temas relevantes da realidade local/regional. Oferecer ao corpo discente a possibilidade de aprofundar a compreensão de abordagens teórico-metodológicas de interesse compartilhado.

#### **Bibliografia:**

- ABRAMOVAY, Ricardo O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CORREA, Roberto L. & ROSENDHAL, Zeny (Orgs.) paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. 123 p.

SANTOS, Milton Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: HUCITEC. 1988.

VERDUM, Roberto; BASSO, Luis A. & SUERTEGARAY, Dirce M. A. (Orgs.) Rio Grande do Sul – Paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004. 319 p.

### DERAD105 – Agricultura e Sustentabilidade A (06 créditos – 90 horas /aula)

**Ementa:** Os problemas ambientais, sociais e tecnológicos resultantes do modelo de modernização acelerada no Brasil e no Mundo. A perspectiva do desenvolvimento sustentável e a sua relação com os agroecossistemas. O debate mundial e brasileiro sobre a sustentabilidade dos agroecossistemas: histórico, exemplos e perspectivas. Alternativas para a agricultura considerando a sustentabilidade dos agroecossistemas. A participação e a sustentabilidade dos agroecossistemas. Métodos participativos na geração de tecnologias apropriadas para a agricultura. A sustentabilidade local e o redesenho de agroecossistemas.

**Objetivos:** Apresentar um panorama geral das principais problemáticas relacionadas à agricultura na perspectiva da sustentabilidade. Fornecer material bibliográfico, a base conceitual e ferramentas para o reconhecimento e avaliação de experiências que contribuam para o desenvolvimento local em consonância com a perspectiva da sustentabilidade. Constituir uma leitura do desenvolvimento a luz da perspectiva da sustentabilidade.

#### **Bibliografia:**

ALTIERI, M. Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA. 2002.

ALTIERI, M. Biotecnologia Agrícola: mitos, riscos ambientais e alternativas. Petrópolis: Vozes, 2004.

BENSUSAN, N. Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 176p.

CANUTO, J.C.; COSTABEBER, J.A. (Org.) Agroecologia: conquistando a soberania alimentar. Porto Alegre: EMATER/ASCAR, 2004.

CUNHA, M.C. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. Estudos Avançados, v. 13, n. 36, p. 147-163. May/Aug. 1999.

DIEGUES, A.C. (org.) Etnoconservação. São Paulo: Hucitec/Nupaub. 2000.

DIEGUES, A.C., ARRUDA, R.S.V. Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Brasília: MMA/USP, 2001.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

ILEA. LEISA – Magazine on Low External Input and Sustainable Agriculture. Vários volumes.

MING, L.C. CARVALHO, I., VASCONCELLOS, R. DOMSKI, M.I., COSTA, M. A.G. (eds) Direitos de recursos tradicionais: formas de proteção e repartição de benefícios. Botucatu: UNESP, 2005, 157p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural. Brasília: MMA/SBF, 2006.

ODUM, E.P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

PLOEG, J.D. van der; RENTING, H. Behind the “Redux”: a rejoinder to David Goodman. Sociologia Ruralis v. 44, p. 233-242.



- POSEY, D.A. Manejo das florestas secundárias, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: Ribeiro, Berta. Suma Etnobiológica brasileira. Petrópolis: Vozes, 1987.
- REICHMANN, J. (org.). Ética Ecológica: propuestas para una reorientación. Montevideu: Ed. Nordan-Comunidad, 2004.
- REIJ, C.; WALTERS-BAYER, A. Farmer Innovation in Africa: a source of inspiration for agriculture development. Londres: Earthscan, 2001.
- SANTILLI, J. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Petrópolis, 2005.
- SHIVA, V. Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.
- SILVA, J. G. Tecnologia e Agricultura familiar. Porto Alegre: Ed da UFRG, 1999.
- THIOLLENT, M. & SILVA, G.O. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde, v. 1, n. 1, p. 93-100, 2007.
- THOMPSON, W. I. Gaia: uma teoria do conhecimento. São Paulo: Gaia, 2001.
- TOLEDO, V. What is Ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline. In: Etnoecológica, v. 1, n. 1, p. 5-21, 1992.
- TOWNSED, C.R., BEGON, M., HARPER, J.L. Fundamentos em ecologia. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- TRIGUEIRO, M. G. S. O Clone de Prometeu. Brasília: Ed UNB, 2002.
- WILSON, E.O. Biodiversidade. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997. 657p.
- ZANONI, M. (Org.). Biossegurança Transgênicos Terapia Genética Células Tronco: questões para a ciência e para a sociedade. Brasília: NEAD/IICA, 2004.

**DERAD106 – Etnodesenvolvimento e Mediações Político-Culturais do Mundo Rural A  
(06 créditos – 90 horas/aula)**

**Ementa:** Etnicidade e pobreza rural. Efeitos da desigualdade de raça e etnia na geografia da pobreza rural. Simetria e assimetria nas relações de mediação. Abordagem hermenêutica das diferenças culturais no quadro de discussões sobre políticas públicas de combate à pobreza em situação de fricção multi-étnica no mundo rural. Dimensão hermenêutica da elaboração de projetos de desenvolvimento local.

**Objetivos:** Apresentar, a partir das ciências sociais, as relações entre a subjetivação, identidades étnicas e processos de dominação nas mediações para a implementação de políticas públicas de combate à pobreza rural. Levar o aluno a analisar o campo do etnodesenvolvimento como espaço de lutas políticas e culturais.

**Bibliografia:**

- ANJOS, J. C. G. Remanescentes de Quilombos: Reflexões Epistemológicas. In: LEITE, I. B. (Org.) Laudos Periciais Antropológicos em debate. Florianópolis: Co-edição NUER / ABA. p. 89 – 112, 2005.
- ANJOS, J.C.G. Identidade étnica e territorialidade. In. ANJOS, J. C. G. & SILVA, S. B. São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- LEITÃO, Leonardo R.S. Abrindo a “caixa-preta” do território: um estudo sociológico sobre a produção de relatórios técnicos de identificação e delimitação de territórios quilombolas no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFRGS. Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Ação indigenista, etnicidade e o diálogo interétnico. Estud. av. [online]. 2000, vol. 14.

SILVA, S.B. Etnicidade e territorialidade: o quadro teórico. In: ANJOS, J. C. G. & SILVA, S. B. São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

**DERAD107 – Organização Social e Movimentos Sociais Rurais A (06 créditos – 90 horas/aula)**

**Ementa:** Conceitos, teorias e métodos de análise das dinâmicas sociais na perspectiva da estratificação e mobilidade sociais, com vista a explicar as desigualdades e diferenças sociais dos atores sociais, com foco no rural. Estudo das principais formas de associativismo rural e introdução à análise dos principais movimentos sociais rurais, presentes no Rio Grande do Sul.

**Objetivos:** Apresentar os conceitos de estratificação social; mobilidade social; atores sociais; organizações sociais; associativismo e movimentos sociais. Aplicar os conceitos teóricos na identificação dos estratos sociais e processos de mobilidade social; atores sociais, organizações sociais e movimentos sociais para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento rural.

**Bibliografia:**

COSTA, Cristina . Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade. 3a. ed. São Paulo: Moderna, 2005. v. 1. 350 p. FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder; Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1958 (edição revisada 1973).

FAVARETTO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Out.2006, vol.21, no.62, p.27-44. ISSN 0102 – Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a02v2162.pdf> (Acesso em 28 Jul 2008).

GEHLEN, I. . Estrutura, dinamica social e concepção sobre a terra no Meio Rural do Sul . Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 6, n. 6, p. 154-176, 1994

GEHLEN, I. . Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. . In: Zarth, P. A. e outros. (Org.). Os caminhos da exclusão social.. Ijuí: UNIJUÍ, 1998, v. , p. 121-141.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

IANNI, Octávio. A idéia de Brasil moderno. São Paulo, Brasiliense, 1992.

IANNI, Octavio. Origens agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

MELUCCI, Antônio. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Vozes, 2001.

RIBEIRO, José Carlos, O Sindicalismo de Trabalhadores Rurais no Brasil. Recanto das Letras em 23/01/2008 <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/829642>

RICCI, Rudá. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. In: Revista Espaço Acadêmico nº 54. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm> (Acesso em: 09/06/2008).

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes e movimentos sociais*. 3 ed. São Paulo, Loyola, 2005.

WEISHEIMER . Nilson. Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=313> (Acesso em 15/08/2008).

**DERAD108 – Fundamentos em Gestão Ambiental (06 créditos – 90 horas/aula)**

**Ementa:** Instrumentos de gestão ambiental. Modelos e princípios básicos de minimização dos impactos ambientais nas organizações. Definição e metodologia de produção mais limpa. Implantação de sistemas de gestão ambiental em unidades de produção agrícola e organizações agroindustriais. Gestão ambiental e responsabilidade social empresarial.

**Objetivos:** Instrumentalizar os alunos para a utilização de métodos de gestão de recursos ambientais e para implantação de sistemas de gestão ambiental em unidades de produção agrícola e organizações agroindustriais. Compreender as contribuições dos instrumentos teórico-conceituais oriundos da gestão ambiental para os processos de desenvolvimento rural.

**Bibliografia:**

- ALTIERI, M. Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.
- ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I. Gestão socioambiental - responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.
- DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.
- GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- KRIEGER, M. G. **Glossário de gestão ambiental**. São Paulo: DISAL EDITORA, 2006.
- MAY, Peter H. **Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro, 2ª edição, 2010.
- NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. da C.; MELLO, M. C. A. de. Gestão socioambiental estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- ODUM, E.P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.
- PHILIPPI JR, A., ROMÉRO, M.A., BRUNA, G. C. **Curso de gestão ambiental: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.
- REICHMANN, J. (org.). Ética Ecológica: propuestas para una reorientación. Montevideu: Ed. Nordan-Comunidad , 2004.
- REIS, L. B, FADIGAS, E. A. F. A. L , CARVALHO, C. E. **Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável**. Barueri, São Paulo: Manole, 2012. 2ª edição.
- SOUZA, R. de S. **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. 461p.
- VIEIRA, P. F. BERKES, F. SEIXAS, C. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.
- WILSON, E.O. (Org.). Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- ZANONI, M. (Org.). Biossegurança Transgênicos Terapia Genética Células Tronco: questões para a ciência e para a sociedade. Brasília: NEAD/IICA, 2004



### DERAD109 – Métodos de Pesquisa Científica (06 créditos – 90 horas/aula)

**Ementa:** Princípios fundamentais da pesquisa científica, do tema ao problema da pesquisa, a revisão da literatura, classificação das pesquisas e planejamento de pesquisa. Enfoques específicos de pesquisas quantitativa e qualitativa. Referências teóricas e suas implicações para a realização da pesquisa. Formas de procedimento de estudos quantitativos e qualitativos. Instrumentos e técnicas de pesquisa: características, possibilidades e limites. Escolha, adaptação, desenvolvimento e aplicação dos instrumentos e técnicas. Análise qualitativa e quantitativa dos dados.

**Objetivos:** Instrumentalizar os alunos para a pesquisa científica. Fornecer técnicas de pesquisa em geral. Conhecer métodos e processos aplicáveis à pesquisa científica em suas diversas etapas.

#### **Bibliografia:**

- DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.  
GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed .São Paulo: Atlas,2007.  
GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.  
LAKATOS, Eva Maria de Andrade; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia científica. São Paulo: Atlas. 2003.

## 2. Eixo Temático POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

### DERAD200 – Planejamento e Gestão de Projetos (06 créditos – 90 horas/aula)

**Ementa:** Os projetos de desenvolvimento e as particularidades do meio rural. Planejamento e o processo de tomada de decisão. Diagnóstico de realidades sociais, produtivas e econômicas do meio rural. Elaboração de projetos de desenvolvimento rural: estrutura e etapas de operacionalização. Gestão, acompanhamento e monitoramento de projetos de desenvolvimento rural. Análise e avaliação crítica de projetos e programas de desenvolvimento rural.

**Objetivos:** Proporcionar ferramentas conceituais e operacionais que permitam pensar, propor e analisar projetos de desenvolvimento rural. Espera-se que ao término da disciplina o aluno incorpore os principais conceitos e procedimentos metodológicos para a construção criativa e a análise de projetos de Desenvolvimento Rural.

#### **Bibliografia:**

- ARMANI, D. Como elaborar projetos?. Tomo Editorial, Porto Alegre, 2000.  
BRACAGIOLI, Alberto. *Monitoramento e Avaliação*-Reflexões a partir da experiência do CAE- Ipê. Porto Alegre. Disponível em CD-Rom. BROSE, Markus. Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.  
CERNEA, Michael (Org.). Primeiro la gente- variables sociológicas en el desarrollo rural. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

- COHEN, E. & FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, Vozes, 1994. EARL, Sarah. Mapeo de alcances: incorporando aprendizaje y reflexión em programas de desarrollo. Cartago:LUR, 2002. Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola. Guía para el SyE de Proyectos. Gestión Orientada en el desarrollo rural. FIDA, 2002. Disponível em: <http://www.fidamerica.cl/> .
- GEILFUS, Frans. 80 Herramientas para el desarrollo participativo. Diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San Salvador- El Salvador: Prochamate- IICA, Janeiro de 1997.208 p.
- GHIGLIONE, R.; MATALON, B. Les enquêtes sociologiques, théories et pratique. Paris, Armand Colin, 1978.
- GUIJT, Irene. Monitoramento participativo: conceitos e ferramentas práticas para a agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999.
- INCRA/ FAO. Guia Metodológico – Diagnóstico de Sistemas Agrários. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/ FAO, Brasília, 1999. Disponível em [WWW.ufrgs.br/pgdr/textos](http://WWW.ufrgs.br/pgdr/textos) para discussão.
- NORONHA, J.F. Projetos agropecuários: administração financeira, orçamento e viabilidade econômica. São Paulo, Editora ATLAS, 1987.
- PERALTA, Evelyn Silva & PRIETO, Leonardo Espinoza. Nuestro Congreso- Manual de Diagnóstico Rural Participativo para la Extensión Campesina. Santiago de Puriscal/Costa Rica: GTZ-PRODAF, 1993.
- POMERANZ, Lenina. Elaboração e Análise de Projetos. São Paulo, HUCITEC, 1988.
- ROBINSON, Mark. *Avaliação participativa de impacto*. - Reflexões provenientes do trabalho de campo. Textos para debate 54. Rio de Janeiro: AS-PTA, outubro de 1994.
- SCHUBERT, Klaus & NOGUEIRA Heloisa (Org.). Caixa de ferramentas: desenho e facilitação de processos de discussão grupais. São Paulo: H+K, 2001.
- STEPHANOU, L.; MÜLLER, L. H. & CARVALHO, I. C. M. Guia para a elaboração de projetos sociais. Editora Sinodal / Fundação Luterana de Diaconia, São Leopoldo, 2003.
- TEIXEIRA, E.C. & GOMES, S. T. Elaboração e análise de projetos agropecuários. Imprensa Universitária, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1994.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.
- WORTHEN, Blaine R. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004.

## **DERAD201 – Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil (06 créditos – 90 horas/aula)**

**Ementa:** Visões de Estado. Macroeconomia e políticas públicas. A expansão do desenvolvimento capitalista no meio rural e seus impactos socioeconômicos. A questão agrária brasileira. Os padrões de desenvolvimento e análise da agricultura, desde a década de 1950 até os nossos dias. A intervenção estatal como forma de adequação e direcionamento do meio rural aos objetivos gerais de desenvolvimento. Análise das mudanças nas estruturas fundiária e produtiva. Definições e avaliação do setor público. Despesas. Receitas. Sistemas tributários e federalismo fiscal. Crédito e dívida pública. Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Objetivo:** Capacitar o aluno a compreender a lógica da ação do setor público brasileiro nos últimos 50 anos em relação ao setor agrícola. Explicitar os mecanismos de coordenação dos instrumentos de política pública e seu impacto com a evolução e desempenho da agricultura e meio rural brasileiros. Capacitar o aluno a compreender os instrumentos de política pública na inter-relação entre as várias instâncias de governo, visando ao desenvolvimento local e regional.

## Bibliografia:

- ABRAMOVAY, Ricardo. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. Revista de Economia e Sociologia Rural. v.40, n°2, abr-jun 2002.
- DELGADO, Guilherme, C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003 disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap\\_2.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_2.pdf) acessado em 15 abril 2009.
- DELGADO, Nelson G. Política econômica, ajuste externo e agricultura, in: LEITE, Sérgio. Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre, Editora da Universidade / UFRGS, 2001.
- FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FURTADO, Celso. Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Editora SAGA, 1968.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.
- GIAMBIAGI, F. & ALÉM, A. C. **Finanças Públicas**: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- GIAMBIAGI, Fábio *et alii*. (org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005. 425p.
- GONÇALVES NETO, W. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GOODMAN; SORJ; WILKINSON. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.\*
- GREMAUD, Amaury; VANCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo, Atlas. 2002, 4ed.
- GUIMARÃES, A. P. A crise agrária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IANNI, O. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- KAGEYAMA, A. et alii. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In : DELGADO, G. da C. et alii (org.). Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1990. p. 157-72.
- LACERDA, Antônio Corrêa de, *et alii*. **Economia Brasileira**. São Paulo, Saraiva, 2005. 2ed.
- LEITE, Sérgio. Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre, Editora da Universidade / UFRGS, 2001.\*
- MAFFEZOLI, Lineu Carlos. Políticas públicas locais: os municípios e a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Cadernos da FACECA**. Campinas, v.14. n.2, p.99-11. jul./dez. 2005. Disponível em [http://www.puc-campinas.edu.br/centros/cea/sites/revista/conteudo/pdf/vol14\\_n2\\_politica.pdf](http://www.puc-campinas.edu.br/centros/cea/sites/revista/conteudo/pdf/vol14_n2_politica.pdf). Acesso em 29/10/2009.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 16, Nº 44, p. 83-100, 2001. 24 -
- MASSUQUETTI, Angélica; MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto. O novo padrão de financiamento da agricultura brasileira. Anais da SOBER, 2000. \*
- PAIM, G. Industrialização e economia natural. Rio de Janeiro: ISEB/IMEC, ( textos brasileiros de economia, n.1). 1957
- PELLINI, A. M. **Os sistemas de planejamento, execução e controle da gestão pública**: uma nova proposta para o Rio Grande do Sul. Dissertação mestrado, Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003.
- PETERSEN, Áurea et alii. Ciência Política: textos introdutórios. Porto Alegre, Mundo Jovem, 1988.
- PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de (org.). **Manual de Economia**. São Paulo. Saraiva, 2003, 4ed.

- PRADO JÚNIOR, C. A questão agrária no Brasil, Editora brasiliense, São Paulo, 1979. 16 -
- RANGEL, I. A questão agrária brasileira. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.
- PRADO JÚNIOR, C. História e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- REZENDE, Gervásio Castro de. Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil. Coleção Estudos Rurais. Porto Alegre, Editora da UFRGS/IPEA, 2003.
- RIANI, F. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. São Paulo:Atlas, 1986.
- SALLES FILHO, S.; SILVEIRA, J. M. F.J. Relações agricultura/indústria complexos agroindustriais e dinâmica concorrencial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 29, Campinas, 1991. Anais. Brasília: SOBER, 1991. v.1, p. 90-119.
- SILVA, J. G. da. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. 2 ed. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Instituto de Economia, 1998. \*
- SILVA, J. G. da. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SILVA, J. G. da. Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil - Ignácio Rangel. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2003 \*
- SILVA, J. G. da. Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias dos anos 80. In: SILVA, J. G. da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: IE/UNICAMP, 1996. P. 107-53 .
- STÉDILE, J. P.(coord). A Questão Agrária Hoje. Editora da Universidade. Porto Alegre.UFRGS. Porto Alegre, 1994. \*
- STIGLITZ, J. E. Economics of the public sector. New York, W.W. Norton. 2000.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel. Fundamentos de Economia. São Paulo, Saraiva, 1998.

## DERAD202 – Questão Ambiental e Legislação (06 créditos – 90 horas/aula)

**Ementa:** Histórico da temática ambiental, contextualizando-se os principais eventos e conceitos relativos a esta temática, relacionado-a com os modelos de desenvolvimento agrário. Noção de impactos ambientais nas atividades agropecuárias. Exposição das resoluções legais e dos instrumentos que normatizam os estudos ambientais. Métodos e técnicas de avaliação dos processos produtivos e das alterações ambientais.

**Objetivo:** Percepções acerca da modernização da agricultura e as transformações ambientais. Conhecer as manifestações e mobilizações frente à defesa do ambiente e a necessidade de criação de instrumentos de normatização das atividades agrícolas. Conhecer a legislação ambiental brasileira: origens e fundamentos.

### **Bibliografia:**

- ABBOT, J. & GUIJT, I. Novas visões sobre mudança ambiental: abordagens participativas de monitoramento. Rio de Janeiro: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; Londres: IIED – International Institut for Environment and Development. 1999.
- CORAZZA, G. & MARTINELLI Jr., O. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. Passo Fundo. Revista Teoria e Evidência Econômica, v.10, nº 19, nov. 2002. Disponível em [www.upf.br/cepeac/download/rev\\_n19\\_2002\\_art1.pdf](http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n19_2002_art1.pdf). Acesso em 04/12/2008.
- GUERRA, A.J.T. & CUNHA S.B. Geomorfologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GUIMARÃES, A. P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1979.
- GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1968.

- LIMA, A.L.B.R.; TEIXEIRA, H.R.; SANCHEZ, L.E. (orgs.) A efetividade do processo de avaliação de impacto ambiental no Estado de São Paulo: uma análise à partir de estudos de caso. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente – Coordenadoria de Planejamento Ambiental, 1995.
- LOPES, J.V. (org.) Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1996.
- MACHADO, P.A.L. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.
- MAURO, C.A. (coord.) Laudos periciais em depredações ambientais. Rio Claro: UNESP, 1997.
- MÜLLER-PLANTENBERG, C. & AB'SABER, A.N. (orgs.) Previsão de impactos. São Paulo: EDUSP, 1998.
- RODRIGUES, G.S. Avaliação de impactos ambientais e projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico agropecuário: fundamentos, princípios e introdução à metodologia. Jaguariuna: EMBRAPA – CNPMA. 1998.
- SILVA, R. O. & WASSERMAN, C. A questão agrária brasileira (1850/1960), a análise histórica de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior. Disponível em [www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=102](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=102). Acesso em 04/12/2008. TAUK-TORNISIELO, S. et alii. Análise ambiental: estratégias e ações. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1995.
- VERDUM, R. & MEDEIROS, R.M.V. (org.) Relatório de impacto ambiental: legislação, elaboração e resultados. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2006.
- VERDUM, R. (Org.); BASSO, L. A. (Org.); SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). Rio Grande do Sul - paisagens e territórios em transformação. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 319 p.

### **DERAD203 – Seminário Integrador: Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (10 créditos – 150 horas/aula)**

**Ementa:** A problemática do desenvolvimento rural e as transformações sociais, econômicas, ambientais, culturais e espaciais em nível local/regional. A modernização da agricultura: contexto, ideário e consequências. Caracterização de realidades agrícolas e agrárias. Identificação dos fatores limitantes e potencialidades locais e regionais do desenvolvimento. Diagnósticos e análise crítica de contextos e problemáticas agrícolas e rurais locais e regionais. Impactos de políticas públicas de desenvolvimento rural em nível local e regional.

**Objetivos:** A partir dos conteúdos teórico-práticos disponibilizados no decorrer da formação do curso PLAGEDER, objetiva-se:

- integrar os conteúdos tratados nas diferentes disciplinas buscando articular as diferentes temáticas em torno dos temas integradores “Desenvolvimento rural”, “Modernização da agricultura” e “Competitividade das cadeias produtivas agroindustriais”;
- produzir uma reflexão original e crítica sobre as diferentes abordagens do Desenvolvimento Rural aplicando-as a realidades locais e regionais;
- revisar e aprofundar a compreensão dos instrumentos teóricos e práticos para a realização de diagnósticos, de planejamento e de projetos para o desenvolvimento rural, contemplando a realidade das organizações agrícolas e agroindustriais locais e suas relações com o meio em que se inserem;
- analisar o potencial produtivo de determinado território e as dificuldades para transformar as competências locais em capacidades de organização da produção;
- discutir e propor políticas públicas e privadas que contribuam para a melhoria da produção agrícola e agroindustrial local;



- proporcionar, através do debate entre docentes e discentes, um espaço para a discussão de problemáticas agrárias locais e regionais;
- incentivar o intercâmbio científico e a troca de experiências entre alunos e professores, oferecendo ao corpo discente a possibilidade de aprofundar a compreensão de abordagens teórico-metodológicas de interesse compartilhado entre as disciplinas.

### **Bibliografia:**

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, Edufrgs, 1997.
- BANCO MUNDIAL. **Alcanzando a los pobres rurales: nueva estrategia de desarrollo rural**. Washington DC: Banco Mundial, 2001. 33 p.
- DUFUMIER, M. Importancia de la tipología de unidades de producción agrícolas en el análisis de diagnóstico de realidades agrarias. In: Escobar, G. & Berdegué, J. **Tipificación de sistemas de producción agrícola**. Santiago de Chile: RIMISP, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: Graziano da Silva, J.; Von Der Weid, Jean Marc; Bianchini, ?? **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001.
- IAPAR. **Enfoque Sistêmico em P&D: a experiência metodológica do IAPAR**. Londrina: IAPAR, Circular Técnica n.º 97, 1997.
- LONG, N. **Introdução à sociologia do desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SANTOS, Z. A. P. de S.; SOUZA, M. C. M.; CARRIERI, A. P. Pesquisa em sistema de produção: uma revisão. São Paulo: **Agricultura em São Paulo**, 41(2): 127-139, 1994.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.
- VÁSQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Edufrgs/FEE, 2002.
- VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora HUCITEC/ Editora da USP, 1991.

## **3. Eixo Temático ORGANIZAÇÕES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

### **DERAD300 – Comercialização e Mercados (06 créditos – 90 horas/aula)**

**Ementa:** Conceito e dimensões do mercado. Oferta, demanda, formação de preços e a noção de equilíbrio. Introdução ao estudo dos mercados e da comercialização de produtos agrícolas. Os canais de comercialização e as especificidades dos mercados de produtos agrícolas. Tipos e as funções dos canais de comercialização dos produtos agrícolas. Instrumentos públicos de apoio à comercialização agrícola. Mercado de derivativos agropecuários (contrato futuro e de opções) e gestão dos riscos de preços dos produtos agrícolas. Estratégias de segmentação e de diferenciação dos produtos agrícolas. Estudos de caso.

**Objetivo:** Compreender os fundamentos teóricos e práticos sobre comercialização e mercados de produtos agrícolas e aplicar esses conceitos e princípios na análise das diferentes realidades locais e regionais em que os agricultores estão inseridos. Capacitar o aluno a compreender o

funcionamento dos mercados de produtos agrícolas e proceder a análise da dinâmica operacional da formação de estoques de produtos, do financiamento para a comercialização e dos mercados futuros e de opções.

### **Bibliografia:**

- ARAÚJO, J. M. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2003. (Capítulos 1, 2, 3, 4 e 5)
- BATALHA, M. O. (Coord). Gestão Agroindustrial. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007. (Capítulos 1, 2, 5 e 12)
- BATALHA, M. O. (Org.). Gestão Agroindustrial. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007. (Capítulo 2)
- FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F., SAES, M. S. Competitividade: mercado, Estado e organizações. São Paulo: Singular, 1997.
- KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial: fundamentos teóricos e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- NEVES; M. F.; CHADDAD, F. R.; LAZZARINI, S. Gestão de Negócios em Alimentos. 2002. (Capítulo 2)
- NEVES; M. F.; CHADDAD, F. R.; LAZZARINI, S. Gestão de Negócios em Alimentos. 2002. (Capítulos 6, 7, 9, 10 e 11)
- RAMOS, P. (Org.). Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. (Capítulo 1)
- RAMOS, P. (Org.). Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. (Capítulos 2 e 4)
- ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.) Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000. (Capítulos 3 e 4)
- ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.) Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000. (Capítulos 1, 8, 11)
- ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.) Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000. (Capítulos 7)

### **DERAD301 – Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola A (06 créditos – 90 horas/aula)**

**Ementa:** A abordagem global da unidade de produção. Caracterização e avaliação de sistemas de produção. Análise socioeconômica e produtiva das unidades de produção agrícola. Organização e funcionamento da unidade de produção agrícola. O processo de tomada de decisões, planejamento e gerenciamento. Informações e registros agrícolas. Avaliação técnico-econômica de unidades de produção agrícola.

**Objetivo:** Capacitar o aluno a descrever, analisar e avaliar, do ponto de vista socioeconômico e produtivo, as unidades de produção agrícola. Demonstrar a contribuição e a importância do planejamento e da gestão para as unidades de produção agrícola.

### **Bibliografia:**

- LIMA, A.P.; BASSO, N.; NEUMANN, P. E.; SANTOS, A.C. & MÜLLER, A.G. Administração da unidade de produção familiar – Modalidade de trabalho com agricultores. Editora UNIJUI, Ijuí, 1995.

SCHNEIDER, P.; GIASSON, E. ; KLAMT, E . Classificação da Aptidão Agrícola das Terras:um sistema alternativo. 1ª ed. Guaíba, RS: Agrolivros, 2007.

SOUZA FILHO, Hildo M. & BATALHA, Mário Otávio. Gestão Integrada da agricultura familiar. Editora da Universidade Federal de São Carlos (EDUFSCAR), São Carlos, 2005.

STRECK, Edemar Valdir; KÄMPF, Nestor; DALMOLIN, Ricardo; KLAMT, E.; NASCIMENTO, Paulo César; SCHNEIDER, P.; GIASSON, E. Solos do Rio Grande do Sul. Editora da UFRGS. 2ª ed.

### **DERAD302 – Elaboração e Avaliação de Projetos para Unidades de Produção Agrícola (06 créditos – 90 horas/aula)**

**Ementa:** Características e princípios para a elaboração, análise, avaliação e execução de projetos para unidades de produção agrícola. Metodologias para a elaboração de projetos. Avaliação e análise técnica, econômica, financeira de projetos para unidades de produção agrícola. Principais indicadores econômicos e financeiros. Noções de riscos e incerteza.

**Objetivos:** Capacitar o aluno a desenvolver e avaliar projetos para unidades de produção agrícola. Realizar estudos de viabilidade de projetos levando em consideração suas dimensões econômicas, ambientais e socioculturais. Habilitar o aluno a analisar criticamente projetos já existentes e propor alternativas.

#### **Bibliografia:**

ARMANI, D. Como elaborar projetos? Tomo Editorial - Como elaborar projetos? - Editora Tomo Editorial.

NORONHA, J.F. - Projetos Agropecuários - Editora Editora Atlas.

REZENDE, J. L. P. - Análise Econômica e Social de Projetos Florestais - Editora Editora da Universidade Federal de Viçosa. S

SILVA, C. A. B. - Avaliação financeira de projetos com o auxílio de planilhas eletrônicas - Editora Editora da Universidade Federal de Viçosa.

TEIXEIRA, E.C. - Elaboração e análise de projetos agropecuários - Editora Editora da Universidade Federal de Viçosa.

TEPHANOU, L.; MÜLLER, L. H. - Guia para a elaboração de projetos sociais - Editora Editora Sinodal / Fundação Luterana de Diaconia.

WOILER, S. - Projetos? Planejamento, Elaboração e Análise - Editora Editora Atlas. Ander-Egg, E. - Como elaborar um projecto - Editora Editora LUMEN (ISBN: 9507244166).

ZOT, W. D. - Matemática Financeira - Editora Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### **DERAD303 – Estágio Supervisionado I A (15 créditos – 225 horas/aula)**

**Ementa:** Vivência junto à unidades de produção agrícola (UPA). Identificação e análise das características gerais e específicas da UPA, relacionando-as com as perspectivas de Desenvolvimento Rural, a partir dos conteúdos das demais disciplinas do curso. Registros da vivência, formas de comunicação, construção do Relatório, Seminário e avaliação final.



**Objetivos:** Oportunizar aos estudantes a vivência junto a agricultores de sua região, permitindo que possam relacionar essa experiência aos conteúdos das disciplinas do curso, bem como auxiliar na problematização da realidade regional da agricultura na perspectiva do Desenvolvimento Rural, permitindo o reconhecimento da estrutura, da organização e das especificidades das unidades de produção agrícola escolhidas como local de estágio.

**Bibliografia:**

CARDOSO, Suzana; BECK, F.L.; MELLO, F. B.; SOGLIO, F. K. D.; Estágio Supervisionado em Unidades de Produção Agrícola - Editora UFGS, 2011 - 1ª edição. Porto Alegre/RS

#### 4. Eixo Temático ORGANIZAÇÕES AGROINDUSTRIAIS

##### DERAD400 – Organização Agroindustrial e Cadeias Produtivas (06 créditos – 90 horas/aula)

**Ementa:** Empresas, indústria e mercados. Estruturas de mercado. Organização industrial e a estrutura, conduta e desempenho no agronegócio. Estratégias empresariais no agronegócio. Instituições e defesa da concorrência. Definições e correntes metodológicas no estudo do agronegócio. Coordenação da produção e das relações com o mercado. Caracterização de cadeias produtivas ou sistemas agroindustriais. Organizações do agronegócio e ambiente institucional. Importância do agronegócio no mundo e no Brasil, tendências e cenários futuros. Estudos de caso.

**Objetivos:** Capacitar os alunos na utilização das abordagens econômicas que permitem compreender as características sistêmicas do agronegócio brasileiro e mundial, dos mercados e da organização dos setores agroindustriais e na aplicação dos conceitos e princípios sobre organização industrial e sistemas agroindustriais na análise das diferentes tendências e realidades locais e regionais em que as cadeias produtivas estão inseridas.

**Bibliografia:**

- ARAÚJO, J. M. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2003. (Capítulos 1, 2, 3, 4 e 5)
- BATALHA, M. O. (Coord). Gestão Agroindustrial. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007. (Capítulos 1, 2, 5 e 12)
- BATALHA, M. O. (Org.). Gestão Agroindustrial. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007. (Capítulo 2)
- FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F., SAES, M. S. Competitividade: mercado, Estado e organizações. São Paulo: Singular, 1997.
- KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial: fundamentos teóricos e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- NEVES; M. F.; CHADDAD, F. R.; LAZZARINI, S. Gestão de Negócios em Alimentos. 2002. (Capítulo 2)
- NEVES; M. F.; CHADDAD, F. R.; LAZZARINI, S. Gestão de Negócios em Alimentos. 2002. (Capítulos 6, 7, 9, 10 e 11)
- RAMOS, P. (Org.). Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. (Capítulo 1)
- RAMOS, P. (Org.). Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. (Capítulos 2 e 4)

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.) Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000. (Capítulos 3 e 4)  
ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.) Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000. (Capítulos 1, 8, 11)  
ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.) Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000. (Capítulos 7)

#### **DERAD401 – Gestão e Planejamento de Organizações Agroindustriais A (06 créditos – 90 horas/aula)**

**Ementa:** Situação e tendências do setor agroindustrial brasileiro. Planejamento e gestão da agroindústria. Introdução à administração financeira. Gestão e controle da qualidade. Cadeia de fornecedores. Estratégia e Planejamento Estratégico. Canais de distribuição e comercialização. Estratégias competitivas em agronegócios. Cadeias produtivas. Logística: conceito, histórico e aplicações. Administração de RH. Contabilidade na agroindústria. Estrutura dos processos produtivos no ambiente da unidade produtiva. Legislação e normatização da agroindústria.

**Objetivos:** Apresentar um panorama do setor agroindustrial assim como elementos para a gestão e planejamento de organizações agroindustriais.

#### **Bibliografia:**

ALVARENGA, A. C. ; NOVAES, A. G. A Logística Aplicada – Suprimento e Distribuição Física. 2a ed. São Paulo: Pioneira, 1997.  
BATALHA, M. O . (Coord). Gestão Agroindustrial. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007. (Capítulos 1, 2, 5 e 12)  
CERTO, S. C. ; PETER, J. P. Administração Estratégica: Planejamento e Implementação da Estratégia. São Paulo: Makron Books, 1993.  
CHRISTOPHER, M. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Estratégias para Redução de Custos e Melhoria dos Serviços. São Paulo: Pioneira, 1999.  
CREPALDI, S. A. Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisória. São Paulo: Atlas, 1993.  
GALESNE, A. ; FENSTERSEIFER, J. E. ; LAMB, R. Decisões de Investimento da Empresa. São Paulo: Atlas, 1999.  
GRAZIANO DA SILVA, J. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Unicamp, Campinas, SP. 1996.  
LUDÍCIBUS, S. Contabilidade Introdutória. 9a ed. São Paulo: Atlas, 1998.  
MAZZALI, L. O Processo Recente de Reorganização Agroindustrial. Do Complexo à Organização em Rede. São Paulo: Editora UNESP, 2000.  
WILKINSON, J. O Futuro do Sistema Alimentar. São Paulo, Hucitec, 1989.  
ZYLBERSZTAJN, D. ; NEVES, M. F. (Orgs.) Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000. (Capítulos 1, 3, 4, 7, 8 e 11)

#### **DERAD402 – Elaboração e Avaliação de Projetos Agroindustriais A (06 créditos – 90 horas/aula)**

**Ementa:** Processo de concepção de projetos agroindustriais. Estrutura de organização de projetos de agroindústria. Aspectos legais de agroindústrias: legislação sanitária, ambiental e

tributária-fiscal. Infraestrutura básica, instalações, equipamentos, descrição de processos de produção, documentação e registros. Métodos de conservação de alimentos. Ferramentas de gestão da qualidade e da segurança dos alimentos. Estudo de viabilidade econômica de agroindústrias. Linhas de crédito para agroindústrias. Elaboração de projetos de agroindústrias.

**Objetivos:** Disponibilizar instrumental teórico-conceitual para a concepção, elaboração, análise e avaliação de projetos agroindustriais. Apresentar noções básicas acerca dos aspectos estruturais, tecnológicos, legais e de gestão de agroindústrias.

### **Bibliografia:**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Manual de Orientações para Concepção de Projetos Agroindustriais da Agricultura Familiar. 2005. <http://smap.mda.gov.br/documentos/Documento.aspx?IDDoc=5>. Acesso em: 10 de março de 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Recomendações Básicas para a Aplicação das Boas Práticas Agropecuárias e de Fabricação na Agricultura Familiar. 2006. [http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroindustria/contents/photoflow-view/content-view?object\\_id=912317](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroindustria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=912317) Acesso em: 10 de março de 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR. Manual de Procedimentos: Implantação de estabelecimento industrial de pescado. 2007.

<http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/manual%20de%20procedimentos.pdf>. Acesso em: 29 abril de 2010.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: Limites e potencialidades à sua reprodução social. ed. Frederico Westphalen: URI, 2008. 195 p.

SULZBACHER, Aline Weber. Agroindústria familiar rural: caminhos para estimar impactos sociais. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-25. 2009.

[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Sulzbacher\\_AW.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Sulzbacher_AW.pdf). Acesso em: 29 de abril de 2010.

SILVA, Carlos Arthur Barbosa da; FERNANDES, Aline Regina. Projetos de Empreendimentos Agroindustriais. Produtos de Origem Vegetal. Vol. 2. ed. Viçosa: UFV. 2003. 459 p. BASTOS, Maria do Socorro Rocha (org). **Ferramentas da Ciência e Tecnologia para a Segurança dos Alimentos**. Fortaleza: Embrapa Agroindustrial Tropical. 2008. 438 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Portaria nº 540, de 27 de outubro de 1997. **Regulamento Técnico: Aditivos Alimentares - definições, classificação e emprego**.

<http://www.anvisa.gov.br/ALIMENTOS/legis/especifica/aditivos.htm>. Acesso em abril de 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução nº 105, de 19 de maio de 1999.

**Regulamentos Técnicos: Disposições Gerais para Embalagens e Equipamentos Plásticos em contato com Alimentos.**

[http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/105\\_99.htm](http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/105_99.htm). Acesso em abril de 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada, RDC Nº 91, de 11 de maio de 2001. **Regulamento Técnico - Critérios Gerais e Classificação de Materiais para Embalagens e Equipamentos em Contato com Alimentos.**

<http://www.anvisa.gov.br/alimentos/legis/especifica/embalagens.htm>. Acesso em abril de 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada, RDC Nº 259, de 20 de setembro de 2002. **Regulamento Técnico para Rotulagem de Alimentos Embalados.**

[http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2002/259\\_02rdc.htm](http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2002/259_02rdc.htm). Acessado em 30 de abril de 2010.

BRASIL a. Lei n. 10.674, de 16/05/2003. **Advertência "Contém Glúten" ou "Não Contém Glúten", Conforme o caso.** <http://www.acebra.org.br/2004/leis.php>. Acessado em 30 de abril de 2010.

BRASIL b. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003. **Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados.** Diário Oficial da União. 26 dez. 2003; (251):33; Seção 1.

BRASIL Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa Nº 22, de 24 de novembro de 2005. **Regulamento Técnico para Rotulagem de Produto de Origem Animal Embalado.** 2005.

### DERAD403 – Estágio Supervisionado II A (15 créditos – 225 horas/aula)

**Ementa:** Vivência junto a organizações agroindustriais (OAI). Identificação e análise das características gerais e específicas das OAI, relacionando-as com a perspectivas de Desenvolvimento Rural, a partir dos conteúdos das demais disciplinas do curso. Registros da vivência, formas de comunicação, construção do Relatório, Seminário e avaliação final.

**Objetivos:** Oportunizar aos estudantes a vivência junto a uma instituição pública, privada, fundacional ou organização não-governamental de sua região, cuja atividade se caracterize como agroindustrial, permitindo que possam relacionar essa experiência aos conteúdos das disciplinas do curso, bem como auxiliar na problematização da realidade regional da agricultura na perspectiva do Desenvolvimento Rural, através do reconhecimento da estrutura, da organização e das especificidades das instituições escolhidas como local de estágio.

#### **Bibliografia:**

CARDOSO, Suzana; BECK, F.L.; MELLO, F. B.; ALMEIDA, J. P de.; Estágio Supervisionado em Unidades Agroindustriais - Editora UFGS, 2012 - 1ª edição. Porto Alegre/RS

## 5. Eixo Temático PROFISSIONAL

### DERAD500 – Impactos Ambientais e Etnoecologia (06 créditos – 90 horas/aula)

**Ementa:** Diferentes abordagens relacionadas aos conceitos de natureza, ambiente e impacto. Cronologia dos principais eventos relacionados à questão ambiental no mundo e no Brasil e a construção de uma agenda direcionada a conservação ambiental. Populações locais e tradicionais e sua interação com o ambiente. Noção de risco, vulnerabilidade social e conflitos ambientais. Instrumentos que normatizam os estudos ambientais e antropológicos em situação de conflitos.

**Objetivos:** Refletir e elaborar os conceitos de natureza, ambiente, impacto, risco, populações tradicionais/locais e conflito ambiental. Contextualizar os principais eventos relacionados à questão ambiental e a sua normatização. Expor algumas das normas de regulação relacionadas ao ambiente e às comunidades tradicionais/locais. Vivenciar situações de conflito socioambiental. Instrumentalizar o aluno para identificação e caracterização dos impactos e conflitos nas áreas onde vivem as comunidades tradicionais.

#### **Bibliografia:**

- ABBOT, J. & GUIJT, I. *Novas visões sobre mudança ambiental: abordagens participativas de monitoramento*. Rio de Janeiro: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; Londres: IIED – International Institut for Environment and Development. 1999. ISBN 8587116037
- BENSUSAN, N. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. ISBN: 8522505497
- GARAY, I., BECKER, B.K. *Dimensões Humanas da Biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes (ISBN: 8532632858)
- LEITE, I. B. (Org.). *Laudos antropológicos em debate*. Florianópolis: Nuer/UFSC e ABA, 2005. ISBN 8576820455
- LIBERATO, A. P. *Direito socioambiental em debate*. Curitiba: Juruá, 2006. ISBN: 8536214104
- MACHADO, P.A.L. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989. (ISBN da edição mais recente – 2009 - 9788574209258)
- MILARÉ, E. *Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência e glossário*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 4ª edição. 2005. ISBN 9788520334669
- RICARDO, B. RICARDO, F. *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: Editora Instituto Socioambiental, 2006. ISBN 85-85994401
- SÁNCHEZ, L. E. *Avaliação de Impacto Ambiental - Conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos. 2006. ISBN: 8586238791
- SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis/ISA, 2005. ISBN 8575960407.
- STEINBERGER, M. (org) *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora. 2006. ISBN 9788572382496
- VIEIRA, P.F., BERKES, F., SEIXAS, C. *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: Conceitos, métodos e experiências*. São Paulo: Cortez. 2005.

### DERAD501 – Segurança Alimentar e Nutricional (06 créditos – 90 horas/aula)

**Ementa:** Contextualização e fundamentação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Legislação e Programas de SAN no Brasil. Soberania Alimentar e Direito Humano à Alimentação Adequada, SAN e modelos de produção e consumo de alimentos. Elaboração de projetos sobre SAN baseados na realidade local e regional.

**Objetivos:** Propiciar elementos de fundamentação da Segurança Alimentar e Nutricional como um objetivo de políticas públicas baseado nos princípios da Soberania Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

#### **Bibliografia:**

- CARDOSO, Irene Maria; FERRARI, Eugênio Alvarenga. *Construindo conhecimento agroecológico*. Agriculturas, v. 3, nº 4. Dez. 2006. Documento em PDF.
- CONTI, Irio Luiz. *Segurança Alimentar e Nutricional*. In: *Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas*. Passo Fundo: IFIBE, 2009. (p. 14 a 17). Documento em PDF.
- MALUF, Renato; MENESES, Francisco. *Segurança Alimentar e Fome no Brasil - 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação*. 2006. (Páginas 6 a 14). Documento PDF
- MENASCHE, Renata; ZANETTI, Cândida; CHARÃO, Flávia. *Agricultura para autoconsumo*. 2008. Documento em PDF.
- MONTEIRO, Carlos A. 1995 A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 9, nº 24, 1995. Documento em PDF.



SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009. Documento PDF.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; RAMOS, Mariana O., KALIL, Gladys R.B.; SOUZA, Danielle F.R.; PAIM, Marcelo P.; CONTI, Irio Segurança Alimentar e Nutricional e o Desenvolvimento Rural: a contribuição do PLAGEDER. In: Transformações no espaço rural. COELHO-DE-SOUZA, Gabriela (Org). Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

CRUZ, F.T.; MENASCHE, R. *Das redes de sociabilidade às relações de mercado: agricultores, intensificação da comercialização da produção e modos de vida em mudança*. In: IV Congresso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural, Mar del Plata (Argentina), 2009.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, (UFRRJ), v. 15, p. 89-122, 2007. Disponível em: < r1.ufrj.br/esa/art/200704-089-122.pdf >

MENASCHE, Renata; KRONE, Evander E. Queijo Serrano: identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra. In: VII Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: < [www.ufrgs.br/pgdr/docentes\\_descricao.php?menu=2...2...](http://www.ufrgs.br/pgdr/docentes_descricao.php?menu=2...2...) >.

COSTA, Christiane; PASCUAL, Mariana. *Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil*. Disponível em: < <http://direitoacidade.org.br/utilitarios/editor2.0/UserFiles/File/Participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20na%20SAN%20no%20Brasil.pdf> >. Acesso em: 11 jun. 2012.

D’Ávila, Cláudia Romeiro; ROVERSI, Mariana M. Santarelli. Programa de Aquisição de Alimentos. In: CONTI, Irio Luiz (Org.). *Programa de Aquisição de Alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional*. Passo Fundo: IFIBE, 2010.

MÜLLER, Ana Luiza; FIALHO, Marco Antônio; SCHNEIDER, Sergio. *A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul*. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/399.pdf> >. Acesso em: 10 jun. 2012.

SCHMIDT, Cláudia Job; GUIMARÃES, Leonardo Alonso. *O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica*. Disponível em: < <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/equidade-e-soberania-nos-mercados/o-mercado-institucional-como-instrumento-para-o> >. Acesso em: 10 jun. 2012.

### Legislações em Segurança Alimentar e Nutricional

BRASIL. *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Institui a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm) >. Acesso em: 10 jun. 2012

BRASIL. *Decreto 7272 de 25 de agosto de 2010*. Disponível em: < <http://www.ivegetal.com.br/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Referenciada/Decreto%20N%C2%BA%207.272%20de%2025%20de%20agosto%20de%202010.htm> >. Acesso em: 10 jun. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 12.861, de 18 de dezembro de 2007*. Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul – SISANS-RS. Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/conselhos-estaduais/documentos-conseas-estaduais/losan-rio-grande-do-sul.pdf> >. Acesso em: 10 jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comentário Geral 12. Disponível em: < <http://www.abrandh.org.br/download/20100702204835.pdf> >. Acesso em: 10 jun. 2012.

DEVES, O.D.; FILIPPI, E.E. A segurança alimentar e as experiências das políticas agroalimentares locais para o fortalecimento da agricultura familiar. In: ALFATER 2008 - *Alimentación, Agricultura Familiar y Territorio* - IV Congreso Internacional de la Red SIAL, 2008, Mar del Plata (Argentina), 2008.

CECANE Paraná. *A Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE*. Disponível em: [http://www.rebrae.com.br/banco\\_arquivos/arquivos/cecanes/cartilha\\_agricultura\\_pr.pdf](http://www.rebrae.com.br/banco_arquivos/arquivos/cecanes/cartilha_agricultura_pr.pdf). Acesso em: 10 jun. 2012.A

SEBRAE. *A Lei 11.947/2009 e as novas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Disponível em: [http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/diretrizes\\_do\\_programa\\_nacional\\_de\\_alimentacao\\_escolar.pdf](http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/diretrizes_do_programa_nacional_de_alimentacao_escolar.pdf).

TRICHES, Rozane M; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104...](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104...)> .

### Legislações e instrumentos de gestão

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/publicacoes/livros/plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-2012-2015/plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-2012-2015> . Acesso em: 10. jun. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Plano Brasil sem Miséria*. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/conheca-o-plano/>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. *Plano Estadual de Abastecimento e Segurança Alimentar e Apoio à Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar*.

Tarefas: Leitura textos didáticos; participação em Fórum. Elaboração do Plano de Gestão em SAN para o município ou região. Apresentação de seminário (23 de agosto). Postagem Plano de Gestão em SAN (25 de agosto).

## DERAD502 – Cooperativismo e Economia Solidária (06 créditos – 90 horas/aula)

**Ementa:** O cooperativismo no Brasil e no mundo: história, situação atual e perspectivas. Aspectos doutrinários, operacionais, organizacionais e legislativos da organização cooperativa. A Economia solidária: fundamentos e perspectivas. Experiências em Economia solidária e cooperativismo.

**Objetivos:** Proporcionar uma visão geral acerca do cooperativismo e da economia solidária e sua contribuição econômica e social para a ampliação da competitividade do setor agrícola e para o desenvolvimento rural.

### Bibliografia:

BENETTI, M. D. Endividamento e Crise no Cooperativismo Empresarial do Rio Grande do Sul: Análise do caso FECOTRIGO/CENTRALSUL - 1975-83 In: BENETTI, M. D.(Coordenadora). **Desenvolvimento e Crise do Cooperativismo Empresarial do RS 1957-1984**. 2 ed. Porto Alegre: FEE. 1988, p 263-295.

- BIALOSKORSKI, S. N. Gestão do Agribusiness Cooperativo. In: Batalha, M.O. (org). **Gestão Agroindustrial**. v.1. São Paulo: Atlas, 1997.
- BIALOSKORSKI, S. Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico. In: Braga, Marcelo José; Reis, Brício dos Santos (org). Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias. Viçosa, 2002.
- BIALOSKORSKI, S. N. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 45(1). 2007, p 119-138.
- BRDE. **As cooperativas Agropecuárias e o BRDE: histórico, situação e perspectivas**. Porto Alegre, 2003.
- CHADDAD, F. Cooperativas no agronegócio do leite: mudanças organizacionais e estratégias em resposta à globalização. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 9, 2007, p. 69-78.
- EW, R. A. **Reestruturação do Cooperativismo Agropecuário no Rio Grande do Sul: os casos da COSUEL e COAPEL – ANOS 90**. 2001. 212 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.
- JARDIM JÚNIOR, J. F. Cooperativismo e Agronegócio: Quatro Décadas de Cooperativismo: O caso COCAMAR In. **Agronegócio Cooperativo: Reestruturação e Estratégias**. Viçosa, Minas Gerais: Suprema, 2002. P. 1-54.
- LAGO, A. **Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário**. 2010. 178 f. Tese (Doutorado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- LOPES, M. R. et al. Gestão Estratégica e Reformas nas Cooperativas Agropecuárias Brasileiras. In: Braga, M. J. ; Reis, B. S. (Editores). **Agronegócio Cooperativo: Reestruturação e Estratégias**. Viçosa, Minas Gerais: Suprema, 2002. P. 1-54.
- MARASCHIN, A. **As relações entre os produtores de leite e as cooperativas: um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa – RS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.
- ZYLBERSZTAJN, D. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. In: Braga, Marcelo José; Reis, Brício dos Santos (org). Agronegócio cooperativo – reestruturação e estratégias. Viçosa, 2002.

### **DERAD503 – Projeto de Monografia (06 créditos – 90 horas/aula)**

**Ementa:** Elementos básicos de um trabalho monográfico: problemática, objetivos, desenvolvimento, conclusões, avaliação e recomendações. Definição de tema e estruturação da proposta de projeto monografia.

**Objetivos:** O objetivo da disciplina é propiciar aos alunos as bases teóricas e metodológicas para a elaboração do projeto de monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC), partindo dos elementos básicos do trabalho monográfico e culminando na definição do tema e dos objetivos, além da formulação do problema e de sua justificativa.

#### **Bibliografia:**

- D'ANCONA, M. A. C. - Metodología cuantitativa - Estrategias y técnicas de investigación social - Editora Síntesis (ISBN: 8477384207).
- D'ONOFRIO, S. - Metodologia do Trabalho Intelectual - Editora Atlas (ISBN: 8522425256).



LIMA, M. C. - Monografia - Engenharia da produção acadêmica - Editora Saraiva (ISBN: 9788502063266).

RUIZ, J. A. - Metodologia Científica: guia para a eficiência nos estudos - Editora Atlas.

VALLES, M. S. - Técnicas cualitativas de investigación social - Editora Síntesis (ISBN: 8477384495).

VIEGAS, W. - Fundamentos lógicos da metodologia científica - Editora UNB (ISBN: 9788523009311).

Yin, R. K. - Estudo de caso: Planejamento e métodos - Editora Bookman (ISBN: 8573078529)

### **DERAD504 – Turismo Rural (06 créditos – 90 horas/aula)**

**Ementa:** Rural, ruralidade, pluriatividade e desenvolvimento rural multifuncional. Turismo rural: segmentação e motivação; abordagens conceituais e tipologias. Políticas públicas para o turismo rural. Planejamento e processos socioeconômicos e ambientais da atividade turística em espaços rurais. Turismo rural e desenvolvimento local.

**Objetivos:** Proporcionar elementos para a compreensão das características, peculiaridades e potenciais da atividade turística em espaços rurais e sua relação com o desenvolvimento rural e as políticas públicas no contexto brasileiro.

#### **Bibliografia:**

ABRAMOVAY, R. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4121&Itemid=2](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4121&Itemid=2) Acesso em : 27 de maio de 2010.

ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. de (Orgs.). **Turismo Rural: Patrimônio, Cultura e Legislação**. Santa Maria: FACOS - UFSM, 2006.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasília, 2004. Disponível em:

[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Diretrizes\\_Development\\_Turismo\\_Rural.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Development_Turismo_Rural.pdf) Acesso em: 05 de outubro de 2010.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Rural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em:

<http://www.idestur.org.br/download/20080817081545.pdf> Acesso em: 05 de outubro de 2010.

BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth. **A Ruralidade no Brasil Moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. In: GIARRACCA, N. Una nueva ruralidad en América Latina?. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf> Acesso em: 07 de outubro de 2010.

CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**. Natal, agosto, 1997.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. A. B. (org.) **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. Editora HUCITEC. São Paulo, 1996.

ELESBÃO, I. **Turismo e Agricultura Familiar: o Papel das Iniciativas Locais na Valorização do Mundo Rural**. 2010.

- FROEHLICH, J. M. Turismo Rural e Agricultura Familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local. In: ALMEIDA, J. e RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.
- KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS. 2008.
- KASTENHOLZ, E. A Segmentação do Mercado como Ferramenta Estratégica no Contexto do Turismo Rural. In: ALMEIDA, J. A. & SOUZA, M. **Turismo Rural: patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2006.
- PEDRON, F. A., ALMEIDA, J. A. e SOUZA, M. Avaliação do Planejamento do Turismo Rural no Roteiro Nostra Colônia, Jaguari – RS. In: **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, v.10, nº 02. p. 263 – 285, mai/ago. 2008. Disponível em: [www.univali.br/revistaturismo](http://www.univali.br/revistaturismo). Acesso em: 05 de outubro de 2010.
- RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo Rural: Práticas e Perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, E. de O. & SOUZA, M. de. **Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural**. Barueri, SP: Manole. 2010.
- SOUZA, M. e LINDNER, M. O turismo na revalorização da agroindústria rural na rota gastronômica de Silveira Martins, RS – Brasil. In: **Revista Lider** Vol. 16 Año 12 2010 pp. 125-140
- SARACENO, E. **O Conceito de Ruralidade: problemas e definições em escala européia**. (Unine: CRES) Trad. Ângela Kageyama.1996.
- SCHNEIDER, S. **Turismo em Comunidades Rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas**. In: Brasil, Ministério do Turismo. (Org.). **Turismo Social: Diálogos do Turismo: Uma Viagem de Inclusão**. Rio de Janeiro: IBAM, 2006, v. 1, p. 1-20. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/398.pdf> . Acesso em 19 de maio 2010.
- SILVA, J. G. e DEL GROSSI, M. E. **O Novo Rural Brasileiro**. Disponível em: [http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/novo\\_rural\\_br.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf) Acesso em: 27 de maio de 2010.
- SILVA, M. F. **Turismo Rural, Agricultura Familiar e Comunidade**. Santa Maria. Facos/UFSM, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural; n.3). **Rural**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do Turismo).
- TULIK, O. Turismo no Espaço Rural: segmentação e tipologia. In: ALMEIDA, J. A. & SOUZA, M. **Turismo Rural: patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2006.
- VIEIRA, E. M. Legislação para o Turismo Rural. In: ALMEIDA, J. A. & SOUZA, M. **Turismo Rural: patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2006.
- ZIMMERMANN, A. **Turismo Rural: um Modelo Brasileiro**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996. Disponível em: [http://www.zimmermann.com.br/turismo\\_rural\\_um\\_modelo\\_brasileiro.pdf](http://www.zimmermann.com.br/turismo_rural_um_modelo_brasileiro.pdf) Acesso em: 19 de maio de 2010.
- WANDERLEY, M. N. **Pesquisadora fala dos desafios do mundo rural brasileiro**. Rural Centro. Brasília: IICA, 2008. Disponível em: <http://www.ruralcentro.com.br/Sistema/Noticias.aspx?ID=5895> Acesso em 23 de maio de 2010.
- WANDSCHEER, E. A. R; LINDNER, M.; SOUZA, M. de. Festividades, Alimentação e Identidade Cultural em Silveira Martins/RS. **Para Onde!?**. jan./jun. 2008, n. 2, pp. 8-26.  
Disponível em:  
[http://www6.ufrgs.br/seerparaonde/ojs/artigos/Edicoes\\_anteriores/Revista\\_n02.pdf](http://www6.ufrgs.br/seerparaonde/ojs/artigos/Edicoes_anteriores/Revista_n02.pdf) Acesso em: 19 de maio 2010.

**DERAD505 – Extensão, Comunicação e Mediação Social (06 créditos – 90 horas/aula)**

**Ementa:** A informação/comunicação e seu papel na sociedade rural contemporânea. Os processos de adoção e difusão tecnológicos. Educação e extensão rural. Os métodos participativos nos processos de difusão, comunicação e organização rural. O papel da assistência técnica e da extensão rural (ATER) frente ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural. A idéia de participação social nas decisões na esfera local de poder na América Latina. Os espaços de participação e o desenvolvimento rural.

**Objetivos:** Propiciar aos alunos conhecimentos básicos sobre a origem, evolução, pressupostos, desafios e tendências do processo de educação, comunicação e informação e seu papel na sociedade rural contemporânea. Conhecer referências de pedagogia e educação, suas abordagens metodológicas bem como suas influências no processo de comunicação/informação. Analisar o papel da comunicação e informação utilizadas na Extensão Rural. Compreender os modelos clássicos de difusão e adoção de inovação tecnológica, fazendo uma reflexão crítica, sobre as questões de comunicação; metodologia e planejamento do processo de comunicação/informação no meio rural brasileiro. Instrumentalizar o aluno em metodologias participativas fundamentais no trabalho agentes de Desenvolvimento Rural. Conhecer os métodos individuais e grupais de comunicação e difusão de inovações usadas pela extensão rural.

**Bibliografia:**

- ALMEIDA, J. A. NAVARRO, Z. (org) - Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento - Editora UFRGS.
- ALMEIDA, J.A. - Pesquisa em Extensão Rural. - Editora ABEAS
- BIASI, C. A. F; GARBOSSA NETO; SILVESTRE F.S.; ANZUATEGUI, I. A. - Métodos e meios de comunicação para a Extensão Rural. FONSECA, M. T. L. - A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital - Editora Loyola
- BORBA, M.F.S., GOMES, J.C.C. (orgs.) - Localizando o Desenvolvimento: o local e a tradição na busca da sustentabilidade - Editora Embrapa Clima Temperado. BORDENAVE, J. D. - Além dos meios e mensagens: Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. - Editora Vozes. BORDENAVE, J. D. - O que é comunicação rural - Editora Brasiliense
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. - Agroecologia e Desenvolvimento rural sustentável: perspectiva para uma nova extensão rural - Editora EMATER/RS. FREIRE, P. - Extensão ou Comunicação? - Editora Paz e Terra. FURTADO FILHO, D. - Gotas de suor: Uma trajetória de 40 anos. - Editora Epagri. GHIRALDELLI JUNIOR, P. - O que é filosofia da educação? - Editora DP
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. - Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. - Editora MDA/SAF/DATER-IICA (ISBN: 631.588.9(816.5)).
- FRIEDRICH, O. A. - Comunicação rural: Proposição crítica de uma nova concepção - Editora EMBRATER
- GHIRALDELLI JUNIOR, P. - O que é pedagogia - Editora Brasiliense. GUIJT, I. - Monitoramento Participativo: conceitos e ferramentas práticas para a agricultura sustentável. - Editora AS-PTA. MELO, J. M. - Comunicação social: Teoria e pesquisa - Editora Vozes. OLINGER, G. - Extensão Rural: Verdades e Novidades - Editora Epagri. PILETTI, C. - Filosofia e história da educação - Editora Ática,. PORTO, L.S. - Filosofia da educação - Editora

Jorge Zahar. VERDEJO, M. E. - Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático - Editora MDA

PETERSEN, P. ROMANO, J. - Abordagens participativas para o desenvolvimento local. - Editora AS-PTA

SIMON, A. A. A. - Extensão Rural e o Novo Paradigma - Editora Epagri.

### Trabalho de Diplomação em Desenvolvimento Rural (sem atribuição de créditos – 90 horas/aula) – Atividade de Ensino

**Ementa:** Orientação e supervisão na elaboração no trabalho de monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC). Defesa da monografia.

**Objetivos:** Capacitar os alunos à elaboração de um trabalho monográfico original, de caráter teórico e/ ou aplicado, relacionado com a temática do Desenvolvimento Rural. É desejável que o texto produzido pelo discente resgate os referenciais teórico-metodológicos e as técnicas de pesquisa desenvolvidas no decorrer do Curso, além de experiências profissionais, ou apresente aprofundamentos relacionados com o desenvolvimento rural. O trabalho de conclusão origina-se de atividade acadêmica realizada pelos alunos, contando para sua elaboração com a orientação e a supervisão dos professores orientadores e de tutores a distância, visando a auxiliá-los na redação do projeto de monografia e da própria monografia de conclusão.

### Disciplinas Eletivas (03 créditos – 45 horas/aula)

**Ementa:** Oferecimento de conteúdos não contemplados na grade curricular por interesse dos professores do PLAGEDER. Oferecimento de temas solicitados pelos alunos, visando aprofundar assuntos dos seus interesses. Sugestões da Coordenação do Curso, para temas emergentes, relevantes para complementar a formação pretendida. Proporcionar aos alunos, obter capacitação em LIBRAS.

**Objetivos:** Têm como objetivo oferecer ao corpo discente a possibilidade de discutir, de forma multidisciplinar, temáticas específicas dentro do grande tema do desenvolvimento rural.

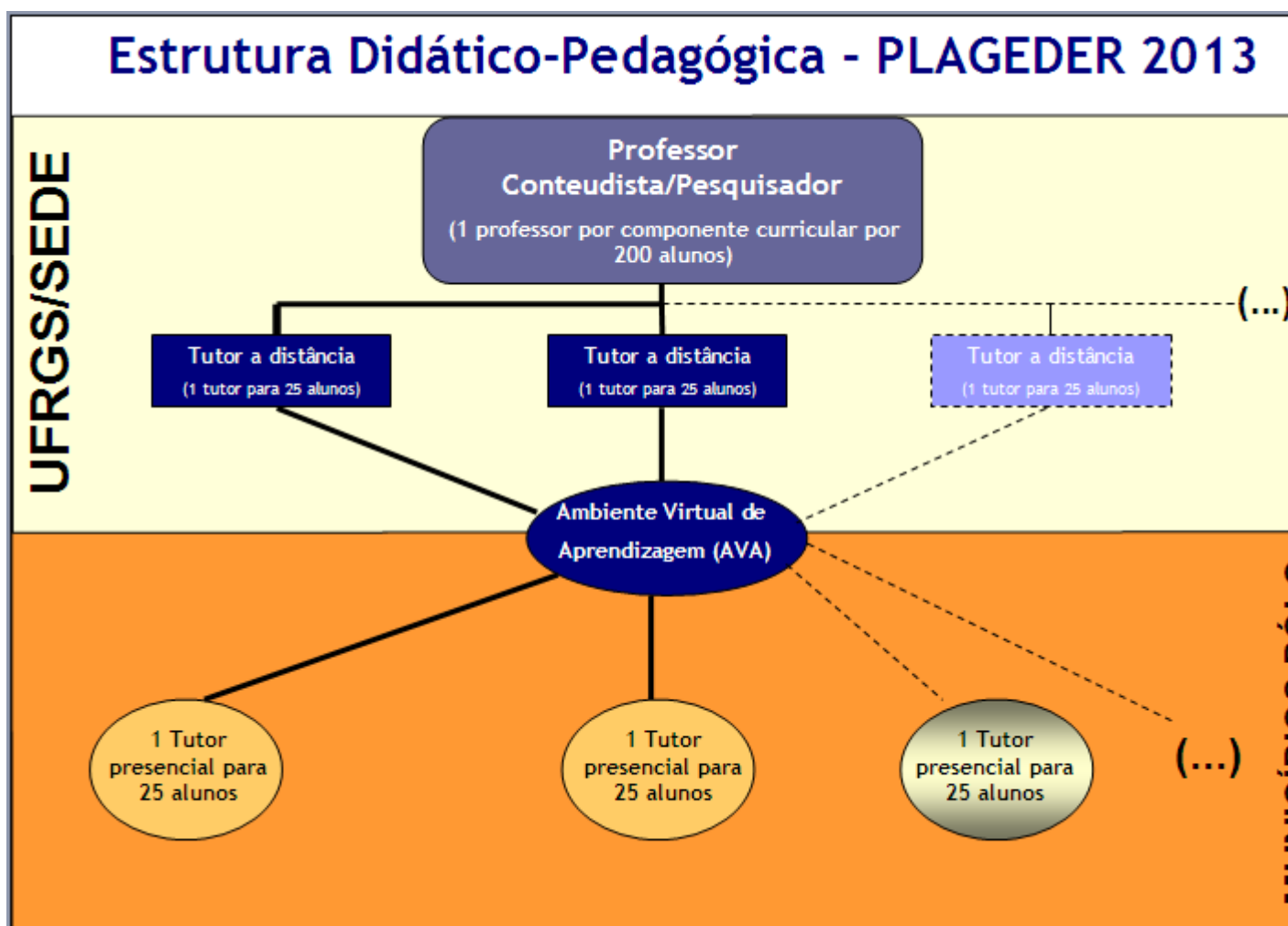
Disciplinas:

- ✚ EDU 03071-Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- ✚ DERAD600 - Tópicos Especiais I;
- ✚ DERAD601 - Tópicos Especiais II;
- ✚ DERAD602 - Tópicos Especiais III;
- ✚ DERAD603 - Tópicos Especiais IV;
- ✚ DERAD604 - Tópicos Especiais V;
- ✚ DERAD605 - Tópicos Especiais VI;
- ✚ DERAD606 - Tópicos Especiais VII;
- ✚ DERAD607 - Tópicos Especiais VIII.

## VII. PROPOSTA METODOLÓGICA

Esta edição do Curso de Bacharelado em “Desenvolvimento Rural – PLAGEDER” utilizará a mesma proposta metodológica implementada nas edições anteriores do Curso, como tecnológico.

Para tanto, o curso PLAGEDER apóia-se em uma estrutura metodológica composta por diversos níveis de ação. A estrutura metodológica do PLAGEDER encontra-se representada na figura abaixo:



A parte superior da estrutura metodológica do curso PLAGEDER consiste nas instâncias relacionadas à UFRGS, basicamente composta dos professores pesquisadores conteudistas e

professores pesquisadores. Cabe salientar que diretamente relacionados aos professores pesquisadores encontram-se vinculados os tutores a distância, elo fundamental no processo de aprendizagem em EAD, por serem mediadores do processo de aprendizagem.

O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) é peça imprescindível e incontornável permitindo que o processo de aprendizagem se efetive. Na parte inferior da estrutura metodológica proposta encontram-se os polos de apoio presencial, aos quais os alunos estão vinculados.

## 7.1 Material Didático

O material didático será fornecido pelo PLAGEDER, tanto no formato digital como impresso. Pretende-se utilizar o material didático elaborado para as edições anteriores do PLAGEDER, devidamente atualizado e em novas impressões, além de novos materiais didáticos para as disciplinas que sofrerem modificações substanciais. A elaboração e atualização dos materiais para cada disciplina na forma impressa e/ou digital será de responsabilidade dos professores responsáveis pelas disciplinas, sob a supervisão da coordenação do PLAGEDER/ UFRGS.

Assim como já foi tomada decisão nas edições anteriores e dado o excelente resultado alcançado, os novos materiais didáticos deverão passar pelo processo de revisão, preferencialmente, pelos mesmos especialistas em Letras, para ser mantido o perfil da Série EAD da UFRGS, idealizada pelo PLAGEDER e assegurada pela SEAD/UFRGS.

O material didático a ser disponibilizado aos alunos, de acordo com as necessidades de cada disciplina, será:

- a.** textos e materiais didáticos (impressos e/ou digitais) a serem preparados/atualizados no âmbito deste curso ou já existentes, contendo texto base, figuras, textos complementares;
- b.** programas (*softwares*) de interesse didático (tanto programas educativos como paradidáticos e outros utilitários que possam ser explorados pelo professor), simulações, animações, bancos de dados, bancos de imagem, lista de exercícios, material bibliográfico complementar, simulações e outros produtos que permitam interação e que justifiquem sua distribuição em meio digital.

Salienta-se que os materiais didáticos contêm os conteúdos a serem desenvolvidos. A apresentação do conteúdo busca referenciar outras fontes de informação e em especial, a um livro texto para o aprofundamento dos estudos.



O desenvolvimento do material didático aborda a parte textual propriamente dita, desenvolvendo os conteúdos e os principais conceitos das unidades didáticas, com as referências mais importantes (a bibliografia, páginas da internet, materiais audiovisuais, entre outros);

Paralelamente, poderão ser sugeridos outros materiais didáticos impressos e/ou digitais, *sites*, vídeos, DVD's, bibliografia complementares entre outras informações a fim de esclarecer possíveis dúvidas e aprofundar os conhecimentos obtidos.

Os materiais de apoio à tutoria serão distribuídos com a antecedência necessária para que estejam preparados para trabalhar as disciplinas. A Coordenação estimula a participação dos tutores a distância na preparação dos materiais didáticos para que, além do conhecimento completo dos objetivos da disciplina, sejam capacitados também em como preparar materiais didáticos, que será importante para o seu próprio futuro profissional.

A Coordenação do PLAGEDER (havendo financiamento pela UAB/CAPES) deverá disponibilizar 1 mídia impressa (manual ou livro texto) e 1 mídia em CD por disciplina e por aluno regularmente cursando o curso.

O material didático impresso elaborado pelos professores conteudistas ficará sob a responsabilidade da Coordenação do PLAGEDER para o encaminhamento aos polos, o qual ficará responsável pela distribuição para os alunos e pelo registro na biblioteca do polo..

Por fim, assim como foi feito nas edições do curso ainda em nível tecnológico, pretende-se incitar fortemente a divulgação e socialização dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos na pagina Web do PLAGEDER e do polo, se houver. Essa experiência de troca continuada e regular deve contribuir para que o processo de formação ultrapasse os limites tanto temporais como espaciais e de público do curso.

Os polos contam com uma biblioteca, onde estão disponíveis obras de referência para cada disciplina do curso, adquiridos pelas Prefeituras Municipais e com recursos do MEC, assim como o material didático do PLAGEDER.

Além do acervo bibliográfico disponibilizado via Web e nas bibliotecas existentes nos polos, os alunos poderão contar com o acervo existente nas 33 bibliotecas da UFRGS, utilizando seus direitos e prerrogativas, por serem alunos da UFRGS.

## 7.2 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem consiste em um processo sistemático, continuado e cumulativo que contempla:

- O diagnóstico, o acompanhamento, a reorientação e o reconhecimento de saberes, competências, habilidades e atitudes;
- As diferentes atividades, ações e iniciativas didático-pedagógicas compreendidas em cada disciplina;
- A análise, a comunicação e orientação periódica do desempenho do aluno em cada atividade, fase ou conjunto de ações.

O processo de avaliação das disciplinas será efetuado por meio de um conjunto de trabalhos a serem realizados pelos alunos (estudos dirigidos, avaliações presenciais e a distância, relatórios, exercícios, resenhas,...). A avaliação deste conjunto de trabalhos ficará sob a responsabilidade do professor responsável pela disciplina, com a colaboração dos tutores a distância.

Destacam-se algumas características de cada modalidade de avaliação:

a) **Exercícios:** São exercícios pertinentes às disciplinas desenvolvidas no módulo. Pretende-se que o aluno disponha de instrumentos de fixação do conteúdo que possam servir, ao mesmo tempo, como modelos de avaliação. Para a realização dos exercícios estimula-se a interatividade dos alunos, visando implementar processos de ensino-aprendizagem satisfatórios. Nos polos, será incentivado também, que os alunos trabalhem em grupo de estudos, utilizando a infraestrutura disponível.

b) **Avaliações a distância:** As avaliações a distância se darão através de trabalhos propostos pelos professores, com prazo para retorno das soluções elaboradas pelos alunos.

c) **Avaliações presenciais:** As avaliações presenciais ocorrerão ao final das disciplinas, com a presença do tutor presencial e/ou da Coordenação do polo. As avaliações presenciais poderão ser na forma de provas ou seminários. Quando o professor optar pela aplicação de provas, estas serão enviadas por correio a cada um dos polos, como já descrito detalhadamente no item 6.5 . Quando a opção for por Seminário, estarão presentes nos polos, professores e/ou tutores a distância, ou ainda, poderão ocorrer por webconferência.



d) **Outros instrumentos de avaliação:** Segundo as necessidades e particularidades das disciplinas, também podem ser utilizados como instrumento de avaliação: resenhas de textos selecionados pelos professores pesquisadores; relatórios; exercícios, estudos dirigidos etc.

Os alunos que atenderem as exigências deste conjunto de instrumentos de avaliação, serão considerados aprovados na disciplina.

Nesse sentido, a avaliação será entendida como um processo:

- **Permanente:** todo o trabalho realizado ao longo do processo de ensino-aprendizagem é igualmente importante, oportunizando ao aluno demonstrar suas habilidades, capacidades e aptidões em todos os momentos;
- **Continuada:** perpassa todo o processo da aprendizagem, pois toda a ação também é passível de avaliação;
- **Abrangente:** o professor pesquisador deve levar em conta os mais diversos aspectos que compõe a formação do aluno e explicitá-los em seus instrumentos de avaliação, para que o aluno saiba, de antemão, os aspectos que estarão sendo levados em conta, em seu desempenho acadêmico. A avaliação abrangente pode ser complexa, porém não pode ser subjetiva;
- **Dinâmica:** o aluno deve ser visto em seu contexto de vida social e particular, escolar e intelectual. A avaliação não se reduz a momentos específicos, mas considera os conhecimentos e habilidades desenvolvidas ao longo de todo ao período do curso, de forma continuada.
- **Pedagógica:** o objetivo do processo de avaliação formativa é servir de instrumento para o próprio aluno melhorar o seu desempenho.

Segundo o Decreto 5.622 de 19/12/2005 da Presidência da República que Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu Artigo 4º, a avaliação do desempenho do estudante regularmente matriculado para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante cumprimento das atividades programadas e realização de exames presenciais.

Os exames presenciais serão elaborados pelo professor pesquisador e devem seguir procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso.

De acordo com esta mesma legislação, os resultados das avaliações presenciais deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância programadas no decorrer das atividades previstas no curso.

### **7.3 Execução das Aulas (Estratégias de Apoio Pedagógico para o Desenvolvimento da Aprendizagem)**

Reitera-se que o Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural, na modalidade a distância (EAD) fundamenta-se na dinâmica das tecnologias de ensino-aprendizagem, em ambiente virtual. Todavia, amparados na experiência adquirida como gestores das duas edições anteriores e na constatação observada nos relatórios de avaliação da função entregue pelos tutores a distância e presenciais, bem como, na avaliação que os professores fizeram sobre o oferecimento da disciplina, considera-se de extrema relevância os momentos presenciais que devem ocorrer durante o oferecimento das disciplinas.

Estas oportunidades favorecem a integração dos sujeitos sociais, além de permitir a integração entre as disciplinas, a produção da pesquisa, dos instrumentais tecnológicos, entre outros, tornando-se espaço-tempo de troca de saberes, experiências, vivências que se efetivam no contato entre as pessoas.

Os momentos presenciais envolvendo os professores pesquisadores e/ou tutores a distância serão realizados através do deslocamento aos polos de apoio presencial, para aulas nos moldes mais tradicionais ou seminários, ou então através de webconferências, em que os professores pesquisadores e/ou tutores a distância estarão no estúdio em Porto Alegre e os alunos participarão nos seus respectivos polos.

Estes momentos presenciais devem ocorrer ao menos duas vezes durante cada disciplina, estando previstos para:

- a) o início de cada disciplina ou entre uma/duas semanas após o início das aulas. Na avaliação dos discentes das turmas anteriores, dependendo do perfil da disciplina – mais teórica ou mais prática, convém retardar a aula presencial para que eles tenham feito todas as leituras adequadas para aproveitar melhor a presença dos professores e/ou tutores. Portanto, pode haver uma combinação dos professores com os alunos;
- b) o decorrer da oferta da disciplina visando preparar os alunos para o encerramento de parte dos conteúdos e início dos conteúdos finais da disciplina. Também pode ser ajustado com os alunos para que este momento seja prévio às avaliações presenciais para preparação seja para prova teórica ou para seminário de avaliação;
- c) encontros de caráter excepcional (não previstos na programação), mas que sejam apontados pelos tutores ou identificados pelos professores como relevantes para o bom desenvolvimento da disciplina.

Os tutores a distância bem como os tutores presenciais, recebem cursos de capacitação em EAD, estando, portanto, qualificados para auxiliar o desenvolvimento das disciplinas definidos no Projeto.

Cada disciplina terá à disposição um ou mais professores pesquisadores, preferencialmente, atendendo a proposta metodológica do curso e um tutor para grupos de 25 alunos. Os tutores (tanto presenciais quanto a distância) deverão disponibilizar 20 horas semanais para o atendimento do curso.

O tutor a distância deverá acompanhar diariamente o desenvolvimento das atividades, verificando a participação e identificando os avanços e dificuldades no sentido de fornecer o máximo de subsídios aos alunos. Caberá também ao tutor a distância, manter o professor pesquisador a par do desenvolvimento do aluno e ser facilitador da interação dos sujeitos envolvidos por meio de recursos como: agenda, portfólio, fórum, chat, e-mail e biblioteca, entre outros.

Os tutores presenciais deverão acompanhar o desempenho das atividades dos alunos junto ao polo, no que diz respeito ao uso da biblioteca e no uso do ambiente de aprendizagem Moodle, além de serem colaboradores na relação com os tutores a distância e professores pesquisadores do curso.

Os tutores presenciais também auxiliarão os alunos a:

- a) Utilizar recursos tecnológicos e metodologias que sejam facilitadoras da aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, atendendo as orientações dos tutores a distância;
- b) Promover a vivência de experiências que transcendam conhecimentos específicos de cada área que compõe o currículo;
- c) Auxiliar os alunos nos trâmites necessários à realização dos Estágios Supervisionados I e II, assim como, supervisionar a realização dos mesmos.

Inclui-se entre as estratégias de ensino-aprendizagem a realização de Seminário Integrador, Estágios Supervisionados, a elaboração da Monografia de final de Curso (TCC) assim como as Atividades Complementares, regulamentadas pela Resolução nº 01/2013-ComGrad/PLAGEDER.

O **Seminário Integrador** têm como objetivo principal incitar o corpo discente a produzir uma reflexão original e progressiva acerca do desenvolvimento rural e a realidade agrária local e regional. Para tanto, esta atividade de ensino deve proporcionar o aprofundamento e a compreensão de abordagens teórico-metodológicas de interesse compartilhado. Igualmente, por

permitir o debate e a discussão entre os docentes e discentes, o Seminário Integrador se configura como um espaço para a discussão da problemática agrária local/regional. Para alcançar estes objetivos, estarão fundamentados em atividades **assíncronas** (fóruns) assim como **síncronas** (chat, webconferências, seminários presenciais no início e/ou no final das atividades) envolvendo o corpo docente (professores e/ou tutores a distância) e os discentes.

Os **Estágios Supervisionados** são importantes estratégias de aproximação e interação do curso com a realidade vivenciada pelos alunos em suas comunidades. Tendo em vista a forte inserção local do curso, em grande parte decorrente do apoio proporcionado pelo poder público municipal, em especial no município polo, a seleção dos locais de estágio será sugerida pela coordenação do Polo e pelos tutores presenciais, ficando, no entanto, sua aceitação definitiva a cargo dos professores e tutores a distância. A regulamentação do estágio obedece as regras gerais da UFRGS e da legislação em vigor (em especial a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008) e deverá ser revisada e adaptada regularmente pelos professores responsáveis pelas disciplinas de estágio. Além da Coordenação do polo e dos tutores presenciais, os alunos em Estágio Supervisionado terão o apoio científico, o acompanhamento e a supervisão do professor pesquisador e de tutores a distância. Os alunos deverão produzir, ao final de cada Estágio Supervisionado, um relatório restituindo a situação vivenciada, as perspectivas futuras assim como propostas e proposições passíveis de implementação.

A elaboração do **Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)** ocorrerá ao longo do oitavo semestre. Seu objetivo é executar um projeto de pesquisa na temática do desenvolvimento rural apresentando os resultados em forma de monografia. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá consistir de uma pesquisa, prática ou teórica, que permita ampliar a reflexão acerca do desenvolvimento rural.

No decorrer da disciplina DERAD 503 - “Projeto de Monografia”, o aluno deverá indicar um dos professores pesquisadores do PLAGEDER para efetivar a orientação da pesquisa, segundo o tema de interesse, nos moldes que foram propostos aos alunos nas edições anteriores. Os professores desta disciplina devem instruí-los corretamente como proceder para que não percam os prazos e não sejam prejudicados.

A metodologia para esta fase, foi construída a partir das experiências com as duas edições, tendo sido melhorado o processo na segunda edição e ampliando para esta nova.

Os professores responsáveis por esta disciplina, iniciam as consultas a todos os professores do PLAGEDER e doutorandos do PGDR, sobre o interesse/possibilidade de orientação dos TCC e o(s) Tema(s) de preferência.

Algumas vezes, são procurados pelos professores de outras Unidades da UFRGS e/ou doutorandos de outros Programas da UFRGS, colocando-se à disposição para orientar, indicando os temas preferenciais.

Feito o levantamento completo dos professores e tutores a distância que estão dispostos a orientar, esta listagem é submetida à apreciação da Coordenação do Curso que havendo algum fator novo, consulta a Comissão de Graduação para definição da lista de orientadores de TCC.

De posse da lista aprovada de professores orientadores, a Coordenação faz contato com cada um para verificar se há uma recomendação/sugestão de pós-graduando para acompanhá-los no trabalho de orientação de TCC. Em havendo concordância da Coordenação do Curso com o indicado, é feito contato para verificar se há interesse/possibilidade na tutoria de orientação de TCC. Havendo, passa-se à fase da Coordenação Operacional gerenciar as questões administrativas. Resolvidas as questões de bolsa/vínculos/autorização do orientador da pós-graduação, o professor orientador de TCC é notificado a fazer os contatos necessários com o tutor para preparação desta etapa.

A Coordenação do curso, junto com os professores da disciplina DERAD 503 fazem reunião com o Núcleo EAD, para preparação das normas/condicionantes para estruturação do espaço de orientação no MOODLE, a começar para disponibilização dos Temas e professores vinculados a eles. Os alunos são instruídos a como proceder pelos tutores da disciplina DERAD 503.

É preparado então, o espaço com os Temas propostos, que equivalem a Linhas de Pesquisa, indicando os professores que estão disponíveis a orientar em cada um deles. A partir da indicação do Tema de interesse pelo aluno, os pré-projetos deverão ser postados. Findo o prazo para postagens dos trabalhos, os professores de cada Tema avaliam todos os trabalhos que são mais diretamente relacionados com suas pesquisas, podendo em alguns casos, retornar ao aluno para redefinição do Tema, caso não tenha sido feita a indicação no Tema que trata da sua proposta de pesquisa. Estando tudo correto, fazem o primeiro contato com os alunos, informando que serão seus orientadores e quem os acompanhará como tutor de orientação de TCC.

Os alunos passam a relacionar-se diretamente com seus orientadores para elaboração do TCC.

Tão logo fiquem definidos quantos alunos cada professor e cada tutor estão orientando, é feito o cálculo de bolsas para cada uma das funções e os beneficiários são informados pela Coordenação do Curso.

## 7.4 Ambiente Virtual de Aprendizagem

As atividades do curso serão realizadas através do ambiente virtual de aprendizagem Moodle. O Moodle é um sistema de gerenciamento de aprendizagem (LMS – Learning Management System) ou ambiente virtual de aprendizagem de código aberto, livre e gratuito. A UFRGS desenvolveu uma configuração específica para seus usuários, sendo o Centro de Processamento de Dados (CPD/UFRGS) responsável pela sua manutenção, suporte e atualização. Para a nova edição está sendo utilizada a versão 2.0 do MOODLE, diferente em alguns aspectos da versão que foram utilizadas nas duas edições anteriores, o que está levantando a possibilidade de ser feita uma atualização de capacitação para os usuários.

As mais importantes funcionalidades selecionadas do Moodle e que deverão ser oportunizadas aos alunos do PLAGEDER, são:

- ✦ **Materiais:** Materiais podem ser arquivos preparados e arquivados via *upload* no curso, páginas editadas no próprio Moodle ou páginas web externas feitas para serem exibidas como parte do curso. Links para arquivos guardados no site (Moodle automaticamente atribui o ícone correspondente ao tipo de arquivo).
- ✦ **Fórum:** É nos fóruns que acontecem as maiores interações do curso. Eles podem ser estruturados de formas diferentes, e podem incluir avaliações das postagens efetuadas. Podem também exibir imagens e arquivos anexados. Os participantes podem também solicitar assinatura dos fóruns, recebendo notificações por e-mail.
- ✦ **Tarefa:** As tarefas permitem aos professores dar notas eletronicamente a materiais enviados pelos alunos ou realizadas/entregues pessoalmente em encontros presenciais (tais como trabalhos, apresentações, etc).
- ✦ **Questionário:** Este módulo consiste em um instrumento de composição de questões e de configuração de questionários. As questões (verdadeiro-falso, múltipla escolha, associação, etc.) são arquivadas por categorias em uma base de dados e podem ser reutilizadas em outros

questionários e em outros cursos. Os *feedbacks* para cada tipo de resposta fornecida podem ser configurados pelo professor.

- ✦ **Bate Papo (Chat):** O Chat permite aos participantes uma interação síncrona (bate-papo, discussão, tira-dúvida) via web. É uma maneira útil para promover a troca de idéias e discussões sobre os assuntos apresentados no curso.
- ✦ **Lição:** Uma lição exibe conteúdo de uma maneira flexível e interessante, baseada em ramificações e rotas de acesso. Consiste num número de páginas que contêm, ao final, uma questão, redirecionando o aluno pelo conteúdo disponível. Pode ser um módulo bastante complexo.
- ✦ **Glossário:** Nos glossários, os participantes podem criar e manter uma lista de definições, como um dicionário. As entradas podem se auto-linkar com outros conteúdos do Moodle. Elas podem ser exibidas de várias formas. Um professor também pode editar um glossário próprio de um tema ou para determinado curso, categorizando os termos e bloqueando edições.
- ✦ **Pesquisa de Opinião:** O professor propõe uma pergunta, tipo enquete, e disponibiliza múltiplas respostas. Pode ser útil em votações, coleta de opiniões sobre determinado tema, etc.
- ✦ **Wiki:** Um wiki é uma página web que pode ser editada colaborativamente, ou seja, qualquer participante pode inserir, editar, apagar textos. Oferece suporte a processos de aprendizagem colaborativa. As versões antigas são arquivadas e podem ser recuperadas a qualquer momento.
- ✦ **HOTPOT:** Este módulo permite aos professores disponibilizar palavras-cruzadas, questionários "múltipla-escolha", frases truncadas, associações e outras atividades criadas por meio do software Hot Potatoes. Este software é livre e gratuito sob determinadas condições.
- ✦ **Pesquisa de Avaliação:** O módulo de avaliações sobre o curso disponibiliza um número de instrumentos de pesquisa já verificados e considerados úteis para estimular o processo de aprendizagem em ambientes educacionais a distância.



## 7.5 Laboratório e demais espaços necessários

Em relação aos polos de apoio presencial, a implementação da nova edição do Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER contará com a infraestrutura de apoio já disponível nos polos.

### a) Laboratório de Informática

- Computadores (conexão com Internet alta velocidade/banda larga; porta USB; CD-rom; placa de som; alto-falantes e microfone);
- Impressora jato de tinta colorida;
- Scanner (digitalizador de imagens);
- Quadro branco;
- Bancadas e cadeiras para acomodar a totalidade dos alunos.

### b) Biblioteca

O acervo bibliográfico disponível nas bibliotecas dos polos e deverá contar com um(a) bibliotecário(a) para organizar, armazenar e divulgar o acervo, visando otimizar o uso do material bibliográfico e especial, proporcionar serviços bibliográficos e de informação. A UFRGS já ofereceu capacitação aos bibliotecários no software de gestão de bibliotecas e havendo necessidade, poderá voltar a oferecer esta capacitação.

- Mesas e cadeiras para atender os alunos, em formato “trabalho em grupo”;
- Computador (preferencialmente conectado à Internet com alta velocidade/banda larga; porta USB; CD-Rom; leitor e gravador de DVD e CD; placa de som; placa de captura de vídeo);

### c) Sala de Aula

- Cadeiras para atender a totalidade dos alunos;
- Computador (conexão com Internet alta velocidade/banda larga; porta USB; CD-rom; leitor e gravador de DVD e CD; placa de fax modem; placa de som; placa de captura de vídeo; alto-falantes e microfone);
- Projetor multimídia;
- Videocassete;
- TV;
- Quadro branco.

### d) Sala Secretaria Acadêmica

- Mesas e cadeiras para atender até 2 pessoas;

- Computador (conexão com Internet alta velocidade/banda larga; porta USB; CD-rom; leitor e gravador de DVD e CD; placa de fax modem; placa de som; placa de captura de vídeo; alto-falantes e microfone);
- Impressora laser;
- Scanner;
- Webcam
- Telefone/fax;
- Mural.

e) Sala Coordenação do Polo

- Mesas e cadeiras para atender até 2 pessoas;
- Computador (conexão com Internet alta velocidade/banda larga; porta USB; CD-Rom; leitor e gravador de DVD e CD; placa de fax modem; placa de som; placa de captura de vídeo; alto-falantes e microfone);
- Telefone/fax.

### 7.5.1 Responsabilidade de Manutenção

a) Software: Instalação, orientações de uso e *downloads*: tutores presenciais e/ou técnicos em informática que atuam nos polos;

b) Hardware: Consertos e atualizações: a cargo do polo.

Junto à UFRGS, esta edição do PLAGEDER deverá se apoiar na mesma estrutura já utilizada nas edições anteriores do PLAGEDER. Sendo assim, continuará sendo de uso exclusivo dos tutores a distância, um laboratório de informática atualmente com oito (8) computadores conectados à fibra ótica, equipados com gravador de DVD/CD, câmeras e microfones, cadeiras confortáveis, armário com chave para guardar materiais/suprimentos e ar condicionado split. Também podem contar com note e netbooks, para as aulas de campo ou outras atividades inerentes à função de tutoria.

Os professores pesquisadores dispõem de computadores em seus gabinetes de trabalho, com a mesma configuração acima.

As aulas virtuais são produzidas com apoio da TV UFRGS, principalmente quando se trata de gravações externas e/ou pelo estúdio (sala de edição e webconferência) fisicamente instalado no Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, que permite a edição e produção de vídeos e de

outros materiais didáticos em formato digital, além de podermos contar também com apoio do CINTED/UFRGS.

Além disso, a coordenação do PLAGEDER conta com apoio técnico do Centro de Processamento de Dados da UFRGS para, além da alimentação dos dados dos alunos no sistema de gerenciamento da graduação nesta Instituição, dar suporte para que todas as atividades programadas pela internet ocorram com qualidade e com as condições necessárias.

Por fim, a Coordenação do curso também conta com apoio do Núcleo de Educação a Distância da Faculdade de Ciências Econômicas – FCE/UFRGS e no que se refere à parte de infraestrutura física, o PLAGEDER tem sido beneficiado ao longo dos últimos anos com a reorganização do espaço físico do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas – IEPE/UFRGS, órgão auxiliar da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/ UFRGS), de tal modo que tem sido possível instalar adequadamente toda a equipe envolvida na execução do Curso.

## **VIII. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO**

Considerando o Artigo 5º da Resolução nº10/2006 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *“Toda ação de educação a distância deve ser cadastrada na Secretaria de Educação a distância da UFRGS (SEAD) pelo órgão responsável, devendo ter sido previamente aprovada nas instâncias competentes, respeitada a legislação específica”*, por se tratar de um curso sem o caráter de oferta permanente da UFRGS, o mesmo está submetido às normatizações do CEPE/UFRGS (Programa Especial de Graduação – PEG). Sendo assim, o projeto pedagógico já foi aprovado pela Comissão de Graduação do PLAGEDER vinculado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI/FCE), pelo Conselho da Unidade (FCE/UFRGS) e aguarda aprovação nas instâncias superiores da UFRGS e em sendo aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e, se for o caso, pelo Conselho Universitário (CONSUN) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural – nova edição tem como previsão de início o segundo semestre de 2013.

## **IX. CALENDÁRIO**

O calendário previsto para esta edição do PLAGEDER será definido somente após a aprovação nas instâncias superiores da UFRGS e pela UAB/CAPES. Deverá seguir a matriz curricular apresentada no item 6.6.4. deste projeto.

## **X. RECURSOS FINANCEIROS**

A oferta desta edição do Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, será assegurada com recursos financeiros da UAB/CAPES/MEC, tendo em vista a aprovação da proposta técnica no âmbito da Chamada de Articulação para cursos novos para 2013..

Anualmente, assim como realizado para a execução das edições anteriores do PLAGEDER, dentro dos parâmetros determinados pela UAB/CAPES, são encaminhadas propostas orçamentárias elaboradas pela UAB/UFRGS à UAB/CAPES/MEC, ouvida a Coordenação do Curso. Nas propostas orçamentárias são previstos recursos de custeio e bolsas para os professores pesquisadores conteudistas, professores pesquisadores, tutores a distância, tutores presenciais, revisores dos materiais didáticos e equipe multidisciplinar. As bolsas são concedidas diretamente aos beneficiados e os recursos de custeio são creditados na UFRGS, para serem executados como determinam as regras de gestão dos recursos públicos.

## **XI. GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO**

A gestão administrativo-financeira e a acadêmica serão realizadas pela UFRGS, respeitando a legislação vigente, como vem sendo nas primeiras edições do PLAGEDER.

## **ANEXOS**

## ANEXO I – Quadro Síntese do Projeto Pedagógico do PLAGEDER

<b>QUADRO SÍNTESE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO PLAGEDER</b>			
<b>Perfil do Egresso</b>	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Competências/Atitudes e Valores</b>	<b>Área Profissional</b>
<p>Perfil crítico e inovador para atuar em questões relativas ao desenvolvimento, planejamento e gestão rural em nível local e regional;</p> <p>Capacidade de compreensão e análise da realidade local e regional;</p> <p>Assessoramento às coletividades locais e regionais (públicas e privadas) na busca de soluções compatíveis com as necessidades e particularidades das sociedades nos espaços territoriais;</p> <p>Formulação e assessoria para políticas públicas;</p> <p>Visão ampla e crítica da questão ambiental e suas articulações com o desenvolvimento e a gestão e o planejamento rural.</p>	<p>Compreender e interpretar, de maneira crítica e autônoma, o desenvolvimento agrário brasileiro, em geral, e o rio-grandense, em especial, no período contemporâneo;</p>	<p>Na avaliação, gestão e planejamento de unidades de produção agrícola;</p> <p>Na elaboração, planejamento e execução de projetos agroindustriais de pequeno e médio porte;</p> <p>No assessoramento às coletividades públicas e privadas na concepção, acompanhamento e execução de políticas públicas em nível local e regional, tanto relacionadas a produção agrícola e agroindustrial, como relacionadas ao lazer, ao meio ambiente e ao desenvolvimento social.</p>	<p>“Ciências Agrárias” “Gestão” “Desenvolvimento Social”</p>
	<p>Proporcionar instrumental teórico e aplicado para o diagnóstico e análise de realidades agrárias complexas visando à formulação de ações e políticas públicas em prol do desenvolvimento rural sustentável;</p>	<p>No assessoramento às coletividades públicas e privadas na concepção, acompanhamento e execução de políticas públicas em nível local e regional, tanto relacionadas a produção agrícola e agroindustrial, como relacionadas ao lazer, ao meio ambiente e ao desenvolvimento social.</p>	<p>“Recursos Naturais” “Ciências Agrárias” “Agropecuária” “Desenvolvimento Social”</p>
	<p>Disponibilizar métodos e técnicas para a realização de atividades de avaliação, planejamento, gestão de projetos e programas de desenvolvimento rural em unidades de produção agrícolas;</p>	<p>Na avaliação, gestão e planejamento de unidades de produção agrícola.</p>	<p>“Recursos Naturais” “Gestão” “Ciências Agrárias” “Agropecuária”</p>
	<p>Proporcionar conhecimentos que permitem compreender e intervir em questões relativas a problemática ambiental e a estruturação e promoção do turismo rural;</p>	<p>No assessoramento às coletividades públicas e privadas na concepção, acompanhamento e execução de políticas públicas em nível local e regional, tanto relacionadas a produção agrícola e agroindustrial, como relacionadas ao lazer, ao meio ambiente e ao desenvolvimento social.</p>	<p>“Recursos Naturais” “Meio Ambiente” “Lazer” “Desenvolvimento Social” “Ciências Agrárias”</p>
	<p>Disponibilizar técnicas e procedimentos para a avaliação, planejamento e gestão de projetos agroindustriais de pequeno e médio porte.</p>	<p>Na elaboração, planejamento e execução de projetos agroindustriais de pequeno e médio porte.</p>	<p>“Recursos Naturais” “Gestão” “Agropecuária”</p>

## ANEXO II – Edital de Seleção Publicado no Diário Oficial para a Primeira Edição



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL**

### EDITAL 09 DE JULHO DE 2007

#### **PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA INGRESSO EM CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB**

##### **1- ABERTURA**

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de acordo com a legislação vigente, torna pública a abertura de inscrições ao Processo Seletivo Específico para ingresso, no segundo semestre de 2007, em seu Curso de Graduação Tecnológica de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural oferecido na modalidade a distância, conforme o Acordo de Parceria entre a UFRGS, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (CEFET/BG) e o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (CEFET/SVS), aprovado em 06 de abril de 2006 no âmbito da UAB – Universidade Aberta do Brasil, e o disposto nas Resoluções N°. 10/2007, N°. 37/2006 e N°. 19 de 30/05/2007 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFRGS, a todos os interessados que concluíram ou estão em vias de concluir o Ensino Médio (2ª Grau ou equivalente) até a data prevista para a entrega de documentos.

##### **2 - INSCRIÇÃO**

Para o Processo Seletivo Específico para Ingresso no Curso de Graduação Tecnológica de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural na modalidade a distância de 2007, as inscrições deverão ser realizadas presencialmente em um dos municípios sede dos polos, nos locais e horários definidos no item 3 deste Edital. No ato da inscrição o candidato deverá optar obrigatoriamente por um polo de ensino, conforme item 3 deste Edital, no qual serão realizadas, durante a vigência do Curso, atividades presenciais de caráter obrigatório.

Para a inscrição o candidato ou seu representante deverá comparecer munido dos seguintes dados referentes ao candidato: documento de identificação conforme item 2.5, CPF e endereço completo.

###### **2.1 - Período e Regulamento**

As inscrições serão recebidas nos endereços e horários estabelecidos na tabela encontrada no item 3 deste Edital, do dia 24/07 até o dia 09/08/2007. Em hipótese alguma, será registrada inscrição com data posterior ao dia 09/08/2007. O candidato receberá um comprovante provisório de inscrição e um documento para pagamento do respectivo valor de inscrição, que poderá ser efetuado em qualquer banco, impreterivelmente até o dia 10/08/2007, independentemente de feriados. O pagamento no dia 10/08/2007 deverá ser efetuado exclusivamente em horário bancário. A Universidade, em hipótese alguma, processará qualquer registro de pagamento com data posterior ao último dia estabelecido para o pagamento da taxa de inscrição. O candidato terá sua inscrição provisória homologada somente após o recebimento da confirmação do pagamento da sua inscrição.

###### **2.2 - Candidato Portador de Deficiência**

O candidato portador de deficiência que necessite de atendimento diferenciado para realização das provas deverá formalizar sua solicitação à Coperse, no ato da inscrição, preenchendo o formulário específico e anexando a documentação comprobatória. O formulário estará disponível para impressão no site [www.ufrgs.br/coperse/ead/rural](http://www.ufrgs.br/coperse/ead/rural). Conforme o disposto no Art. 27 do Decreto n°. 3298/99, serão providenciadas adaptações de provas, condições adequadas e os apoios necessários para realização do Concurso, conforme as características da deficiência, levando em consideração critérios de viabilidade e razoabilidade.

###### **2.3 - Manual do Candidato**

O Manual do Candidato estará à disposição dos interessados a partir de 09/07/2007, na Internet, no site [www.ufrgs.br/coperse/ead/rural](http://www.ufrgs.br/coperse/ead/rural).

###### **2.4 – Valor da Inscrição**

R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais).



#### 2.5 - Documentação

Para prestar as provas o candidato terá de apresentar o documento de identidade original usado para fins de inscrição no Processo Seletivo Específico. Não serão aceitos documentos onde se lê não-alfabetizado, bem como os com fotografia desatualizada do candidato. São considerados, para fins de identificação, os seguintes documentos: Carteira ou Cédula de Identidade expedida por Secretaria de Segurança Pública dos Estados, Forças Armadas ou Polícias Militares, Carteira Nacional de Habilitação (desde que com fotografia e assinatura), Passaporte, Carteira expedida por Ordens ou Conselhos criados por lei federal e controladores do exercício profissional, desde que contenha fotografia e número do documento de identificação que lhe deu origem. Não será aceito protocolo de encaminhamento de quaisquer dos documentos acima especificados.

#### 2.6 - Confirmação da Inscrição

A Coperse disponibilizará na Internet no site [www.ufrgs.br/coperse/ead/rural](http://www.ufrgs.br/coperse/ead/rural) a informação do registro de pagamento da inscrição e a indicação do local de realização das provas.

A informação do registro de pagamento estará disponível, na Internet, 48h após a efetivação do mesmo. Caso o pagamento, tenha sido efetuado e não conste a informação pela Internet do respectivo registro, o candidato deverá dirigir-se ao posto onde efetuou sua inscrição munido dos documentos comprobatórios ou deverá enviar à Coperse, via fax ou outro meio eletrônico, cópias dos documentos que comprovem sua inscrição, até as 17h do dia 15/08/2007, sob pena de ser considerado não inscrito.

#### 2.7 - Correção nos Dados Cadastrais

A correção de dados cadastrais deverá ser solicitada em caso de aprovação, no momento da matrícula.

#### 2.8 - Indicação do Local de Provas

A informação individualizada sobre o local de realização das provas estará disponível, na Internet, até o dia 24/08/2007.

#### 2.9 - Critérios Específicos

2.9.1 - É expressamente proibido ao candidato efetuar mais de uma inscrição no Processo Seletivo Específico. Caso isso ocorra, a Coperse confirmará a última inscrição registrada na Internet e confirmada.

2.9.2 - O candidato que deixar de preencher sua opção de Polo não terá sua inscrição homologada.

2.9.3 - O candidato terá sua inscrição confirmada somente após a comprovação do pagamento da respectiva inscrição, que poderá ser efetuado em qualquer banco.

2.9.4 - Não será permitida a troca de opção de Polo em relação àquela originalmente indicada no Requerimento de Inscrição do candidato. Casos excepcionais serão analisados pela Coordenação do Curso.

**3 – POLOS, VAGAS, ATOS DE CRIAÇÃO, ENDEREÇOS E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS POSTOS DE INSCRIÇÃO.**

Polo	Vagas	Convênio UFRGS/ Prefeitura	Endereço dos postos de inscrição	Horário de funcionamento (de segunda a sexta-feira)
Arroio dos Ratos	50	UFRGS/A. dos Ratos 23078.014550/07-11, de 05/07/07.	Biblioteca Municipal Rui Barbosa, Largo do Mineiro, 272 - Arroio dos Ratos/RS	08h00 às 12h00
			Sede do Polo: Avenida João Pereira da Silva, 1250 Arroio dos Ratos/RS	13h00 às 20h00
Balneário Pinhal	50	UFRGS/Bal. Pinhal 23078.014552/07-47, de 05/07/07.	E.M.E.F.Luiz de Oliveira Rua São Jerônimo s/nº - Distrito de Magistério – Bal. Pinhal/RS	08h00 às 12h00 13h30 às 17h30
			Secretaria de Educação (SMEC), Rua João Guimarães Chiden., 303 Balneário Pinhal/RS	08h00 às 12h00 13h30 às 17h30
Camargo	50	UFRGS/Camargo 23078.014553/07-18, de 05/07/07.	Secretaria de Educação (SMEC) Rua Padre Stripulli, 1150 - Centro Camargo/RS	07h30 às 11h30 13h30 às 17h30
Constantina	50	UFRGS/Constantina 23078.014554/07-72, de 05/07/07	E.M.E.F. Santa Terezinha Av. Amandio Araújo, 1125 Centro - Constantina /RS	08h30 às 11h30 13h30 às 17h00 19h00 às 21h00
Hulha Negra	30	UFRGS/Hulha Negra 23078.014555/07-35, de 05/07/07.	SMEC - C. Administrativo - Av. Getulio Vargas, 1562 - Hulha Negra/RS	08h00 às 12h00 13h30 às 17h30
Itaqui	35	UFRGS/Itaqui 23078.014556/07-06, de 05/07/07.	Secretaria de Educação (SMEC), Rua João Sisanando Dubal Goulart, s/n - Sala dos Conselhos - Itaqui/RS	08h30 às 12h00 13h30 às 17h00
Picada Café	60	UFRGS/P. Café 23078.014551/07-84, de 05/07/07.	Prefeitura Municipal, Rua Fridolino Ritter, 860 - Centro Picada Café/RS	13h00 às 19h00
Quaraí	50	UFRGS/Quaraí 23078.014544/07-19, de 05/07/07.	C.Cultural Dyonélio Machado Rua General Canabarro, s/n Pç. Gal Osório – Quaraí /RS	13h00 às 19h00
Santo Antônio da Patrulha	60	UFRGS/Sto A. da Patrulha 23078.014545/07-81, de 05/07/07.	Sede do Polo, R Barão do Cahy, 125, C. Alta Sto. Antônio da Patrulha,/RS	08h00 às 18h00
São Francisco de Paula	60	UFRGS/São. Francisco Paula 23078.014546/07-44, de 05/07/07.	C. de Apoio para a EAD de S. F.Paula, Rua Manoel Vicente Ferreira, 329 - S. F. Paula/RS	08h30 às 11h00 14h00 às 17h30 19h00 às 21h30
São Lourenço do Sul	55	UFRGS/S.L. S 23078.014547/07-15, de 05/07/07.	E. M.E. F. Profa. Marina Vargas – PAES - Av. Cel. Nonô Centeno, 933 – S Lourenço do Sul/RS	08h30 às 11h30 13h30 às 17h00 2ª, 4ª e 6ª até as 20h30
Três Passos	60	UFRGS/T. Passos 23078.014548/07-70, de 05/07/07.	Prefeitura Municipal – SMEC Avenida Santos Dumont, 75, Centro - Três Passos/RS	08h30 às 11h30 13h30 às 17h30
Total	610 vagas			

**OBS:** Estão previstas no mínimo 20% das atividades na modalidade presencial, de caráter obrigatório, que ocorrerão na sede do Polo no município respectivo, à noite ou em finais de semana.

#### 4 - PROVAS

##### 4.1 - Avaliação de Conhecimentos

O Processo Seletivo, na etapa de pré-seleção, constitui-se de três provas, uma por área, com trinta questões de escolha múltipla cada, mais a prova de Redação, que visam à avaliação dos candidatos.

As áreas de conhecimentos estão definidas conforme estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Área I - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Área II - Ciências da Natureza, Matemática, Física, Química e suas Tecnologias e Área III - Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A prova relativa à Área I constituir-se-á de 30 (trinta) questões envolvendo 20 (vinte) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Literatura Brasileira e 05 (cinco) questões de Língua Estrangeira Moderna - o candidato poderá optar, no ato da inscrição por um dos seguintes idiomas: Alemão, Espanhol, Inglês ou Italiano. A prova relativa à Área II constituir-se-á de 10 (dez) questões de Matemática, 05 (cinco) questões de Física, 05 (cinco) questões de Química e 10 (dez) questões de Biologia. A prova relativa à Área III constituir-se-á de 15 (quinze) questões de História e 15 (quinze) questões de Geografia.

A prova de Redação registrará um escore máximo equivalente a 30 acertos, o que corresponde às 30 questões de cada uma das três provas objetivas de escolha múltipla.

A prova de Redação será avaliada por dois examinadores, e o escore resultante desse procedimento será formado pela média dos escores por eles atribuídos. A nota de cada prova realizada pelo candidato será obtida pela padronização do escore bruto obtido na mesma, calculado pela seguinte fórmula:

$$E_p = \frac{E_b - \mu}{\sigma} \times 100 + 500$$

Onde:  $E_p$  = escore padronizado da prova  
 $E_b$  = escore bruto do candidato  
 $\mu$  = média dos escores brutos da prova  
 $\sigma$  = desvio padrão da prova

Os candidatos não eliminados do Processo Seletivo serão pré-selecionados para preenchimento das vagas oferecidas nos polos a que estão concorrendo, segundo a ordem decrescente do argumento de concorrência, obtido calculando-se a média harmônica ponderada dos escores padronizados que obtiverem no conjunto das provas, calculada pela seguinte fórmula:

$$AC = \frac{4}{\frac{1}{E_{pPR}} + \frac{1}{E_{pP1}} + \frac{1}{E_{pP2}} + \frac{1}{E_{pP3}}}$$

Onde: AC = argumento de concorrência  
 $E_{pPR}$  = escore padronizado da prova de Redação;  
 $E_{pP1}$  = escore padronizado da prova da Área I - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;  
 $E_{pP2}$  = escore padronizado da prova da Área II - Ciências da Natureza, Matemática, Física, Química e suas Tecnologias;  
 $E_{pP3}$  = escore da prova da Área III - Ciências Humanas e suas Tecnologias.

No caso de empate, será considerado melhor classificado o candidato com a maior soma dos escores brutos.

Persistindo o empate, será considerado o melhor escore na prova de Redação.

Será eliminado do Processo Seletivo, automaticamente, o candidato que se enquadrar em pelo menos uma das seguintes situações:

- não tiver realizado qualquer das provas;
- que não acertar no mínimo uma questão em qualquer uma das três provas constituídas por itens de escolha múltipla;
- que obtiver aproveitamento inferior a 30% do escore máximo na prova de Redação;
- que obtiver aproveitamento inferior a 30% no total da soma dos escores brutos no conjunto das provas objetivas de escolha múltipla;
- que obtiver, em qualquer uma das provas, escore padronizado igual ou menor do que zero.

#### 4.2 - Calendário das Provas de Conhecimento

As provas da Pré-Seleção ocorrerão no dia 02 de setembro de 2007, de acordo com o que segue:

Turno	Provas
Manhã: 08h30min*	- Prova de Redação; - Prova da Área I - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias - 30 questões.
Tarde: 14h30min*	- Prova da Área II - Ciências da Natureza, Matemática, Física, Química e suas Tecnologias - 30 questões; - Prova da Área III - Ciências Humanas e suas Tecnologias - 30 questões.

\*Desde já ficam os candidatos convocados a comparecer com no mínimo 30 minutos de antecedência, aos respectivos locais de realização das provas (manhã: 8h; tarde: 14h). Não será permitida a realização das provas do turno ao candidato que comparecer após as 8h30min no turno da manhã e/ou após as 14h30min no turno da tarde.

Os candidatos terão 3h30min para responder a todas as questões das provas do turno e preencher a folha ótica de respostas e a de Redação. É de inteira responsabilidade do candidato verificar a correspondência das respostas marcadas na sua folha ótica de respostas com as da sua prova.

O candidato somente poderá realizar a prova no município sede do polo para o qual se inscreveu ou em município circunvizinho ao município sede do polo, a critério da UFRGS. Não será permitido a qualquer candidato realizar a prova fora das dependências previamente estabelecidas, exceto em casos especiais autorizados pela Coperse/UFRGS.

É de responsabilidade dos candidatos conhecer, com antecedência, os locais de realização das provas.

O tempo de permanência na sala de prova é de, no mínimo, 02h. Os dois últimos candidatos deverão se retirar da sala de prova ao mesmo tempo.

#### 4.3 - Prova Documental

Os candidatos pré-selecionados, cuja classificação estiver dentro do limite de vagas de cada polo, deverão apresentar a documentação comprobatória, no prazo estabelecido no item 1 do Manual do Candidato, da conclusão do Ensino Médio (curso

de 2º Grau ou equivalente), bem como os demais documentos definidos no Manual do Candidato, disponível no site [www.coperse.ufrgs.br/ead/rural](http://www.coperse.ufrgs.br/ead/rural).

O candidato pré-selecionado no limite das vagas que não comparecer pessoalmente, ou não constituir procurador para efetuar a matrícula inicial no prazo estabelecido, no Manual do Candidato, perderá o direito à vaga e será substituído pelo candidato imediatamente subsequente na lista de pré-selecionados no respectivo polo.

#### 4.4 - Programas

Os programas das Áreas e da prova de Redação encontram-se divulgados no Manual do Candidato disponível no site [www.ufrgs.br/coperse/ead/rural](http://www.ufrgs.br/coperse/ead/rural).

### 5 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Conforme estabelece a Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, mesmo pré-selecionado, não poderá se matricular para estudos em grau superior o candidato que não tenha cumprido o estágio regular nos cursos em que ele é indispensável (Parecer nº 379/87 do Conselho Estadual de Educação/RS).

As disposições do Manual do Candidato relativas à inscrição, ao calendário do Processo Seletivo Específico e da matrícula, à realização das provas, aos critérios de seleção e classificação, à sistemática de matrícula, ao sistema de opções e distribuição de vagas por Polo, bem como as demais regulamentações nele constantes, constituem normas que passam a integrar o presente Edital.

Não haverá devolução do valor de inscrição seja qual for o motivo alegado.

A Coperse procederá, no dia da realização das provas e durante as mesmas, como forma de identificação, à coleta de impressão digital de todos os candidatos.

A UFRGS poderá proceder, por ocasião da matrícula, como forma de confirmação de identificação, à coleta de impressão digital dos candidatos pré-selecionados.

Não será concedida revisão ou vista de provas ou de gabaritos deste Processo Seletivo Específico.

Os resultados deste Processo Seletivo Específico são válidos exclusivamente para o segundo semestre de 2007, não sendo, portanto, necessária a guarda da documentação dos candidatos por prazo superior ao término do referido período letivo.

A não observância das disposições e instruções contidas neste Edital, no Caderno de Prova, no Manual do Candidato, e Avisos Oficiais que a Coperse venha a divulgar no site [www.ufrgs.br/coperse/ead/rural](http://www.ufrgs.br/coperse/ead/rural) poderá acarretar a eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Específico.

### 6 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O ingresso dos alunos no curso se dará em duas etapas, dependendo do Polo para o qual ele foi classificado, conforme item 4 do Manual do Candidato.

As atividades dos alunos serão desenvolvidas a distância e presencialmente. As atividades presenciais obrigatórias serão desenvolvidas por professores da UFRGS, do CEFET de São Vicente do Sul e do CEFET de Bento Gonçalves e/ou por tutores a distância, com o suporte de tutores presenciais. As atividades a distância serão atendidas por professores e/ou por tutores a distância, em ambiente virtual através da Internet. Em cada polo estarão disponíveis: um laboratório de informática, uma biblioteca, um espaço para atividades coletivas, e espaços para o atendimento presencial.

Durante o seu desenvolvimento, o Curso estará sempre adequado às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso Tecnológico de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, conforme estabelecido na Resolução CNE/CEP nº. 3, de 18 de dezembro de 2002; no Parecer CNE/ CES nº. 436, de 06 de abril de 2001; na Resolução CONFEA nº. 1.010, de 22 de agosto de 2005.

Dada a característica da concepção pedagógica do processo seletivo especial e da Estrutura Curricular únicas para este curso específico de Graduação Tecnológica de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, não será permitido o aproveitamento de créditos oriundos de quaisquer outros cursos de Graduação, presenciais ou a distância. A mobilidade dos estudantes entre polos ou entre os Centros signatários do Termo de Parceria será avaliada caso a caso.

Porto Alegre, 09 de julho de 2007.

Jose Carlos Ferraz Hennemann

Reitor

## ANEXO III – Edital de Seleção Publicado no Diário Oficial para a Segunda Edição

### EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA INGRESSO EM CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

#### 1- ABERTURA

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de acordo com a legislação vigente, torna pública a abertura de inscrições ao Processo Seletivo Específico para ingresso, no **segundo semestre de 2009**, em seu Curso de Graduação Tecnológica de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural oferecido na modalidade a distância, conforme o Acordo de Parceria entre a UFRGS, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (CEFET/BG) e o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (CEFET/SVS), aprovado em 06 de abril de 2006 no âmbito da UAB – Universidade Aberta do Brasil, e o disposto nas Resoluções Nº. 10/2007, Nº. 37/2006 e Nº. 57 de 17/12/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFRGS, a todos os interessados que concluíram ou estão em vias de concluir o Ensino Médio (2º Grau ou equivalente) até a data prevista para a entrega de documentos.

#### 2 - INSCRIÇÃO

Para o Processo Seletivo Específico para Ingresso no Curso de Graduação Tecnológica de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural na modalidade a distância de 2009, as inscrições deverão ser realizadas presencialmente em um dos municípios sede dos polos, nos locais e horários definidos no item 3 deste Edital. No ato da inscrição o candidato deverá optar obrigatoriamente por um polo de ensino, conforme item 3 deste Edital, no qual serão realizadas, durante a vigência do Curso, atividades presenciais de caráter obrigatório.

Para a inscrição, o candidato, ou seu representante, deverá comparecer munido dos seguintes dados referentes ao candidato: documento de identificação conforme item 2.5, CPF e endereço completo.

##### 2.1 - Período e Regulamento

As inscrições serão recebidas nos endereços e horários estabelecidos na tabela encontrada no item 3 deste Edital, do dia **29/04/2009** até o dia **18/05/2009**. Em hipótese alguma, será registrada inscrição com data posterior ao dia **18/05/2009**. O candidato receberá um comprovante provisório de inscrição e um documento para pagamento do respectivo valor de inscrição, que poderá ser efetuado em qualquer agência bancária, impreterivelmente até o dia **19/05/2009**, independentemente de feriados. O pagamento no dia **19/05/2009** deverá ser efetuado exclusivamente em horário bancário. A Universidade, em hipótese alguma, processará qualquer registro de pagamento com data posterior ao último dia estabelecido para o pagamento do valor da inscrição. O candidato terá sua inscrição provisória homologada somente após o recebimento da confirmação do pagamento da sua inscrição.

##### 2.2 - Candidato Com Necessidades Especiais

O candidato com necessidades especiais que necessite de atendimento diferenciado para realização das provas deverá formalizar sua solicitação à COPERSE, no ato da inscrição, preenchendo o formulário específico e anexando a documentação comprobatória. O formulário estará disponível para impressão no site [www.ufrgs.br/coperse/ead/rural](http://www.ufrgs.br/coperse/ead/rural). Conforme o disposto no Art. 27 do Decreto nº. 3298/99, serão providenciadas adaptações de provas, condições adequadas e os apoios necessários para realização do Concurso, conforme as características das necessidades especiais, levando em consideração critérios de viabilidade e razoabilidade.

##### 2.3 - Manual do Candidato

O Manual do Candidato estará à disposição dos interessados a partir de **17/04/2009**, na Internet, no site [www.ufrgs.br/coperse/ead/rural](http://www.ufrgs.br/coperse/ead/rural).

##### 2.4 - Valor da Inscrição

R\$ 60,00 (sessenta reais).

##### 2.5 - Documentação

Para prestar as provas o candidato terá de apresentar o documento de identidade original usado para fins de inscrição no Processo Seletivo Específico. Não serão aceitos documentos onde se lê não-alfabetizado, bem como os com fotografia desatualizada do candidato. São considerados, para fins de identificação, os seguintes documentos: Carteira ou Cédula de Identidade expedida por Secretaria de Segurança Pública dos Estados, Forças Armadas ou Polícias Militares, Carteira Nacional de Habilitação (desde que com fotografia e assinatura), Passaporte, Carteira expedida por Ordens ou Conselhos criados por lei federal e controladores do exercício profissional, desde que contenham fotografia e número do documento de identificação que lhe deu origem. Não será aceito protocolo de encaminhamento de quaisquer dos documentos acima especificados.

#### 2.6 - Confirmação da Inscrição

A COPERSE disponibilizará na Internet no site [www.ufrgs.br/coperse/ead/rural](http://www.ufrgs.br/coperse/ead/rural) a informação do registro de pagamento da inscrição e a indicação do local de realização das provas.

A informação do registro de pagamento estará disponível, na Internet, 48h após a efetivação do mesmo. Caso o pagamento, tenha sido efetuado e não conste a informação pela Internet do respectivo registro, o candidato deverá dirigir-se ao posto onde efetuou sua inscrição munido dos documentos comprobatórios ou deverá enviar à COPERSE, via fax (51) 3308.5908 ou para o endereço eletrônico ([coperse@coperse.ufrgs.br](mailto:coperse@coperse.ufrgs.br)), cópias dos documentos que comprovem sua inscrição, até as 17h do dia **21/05/2009**, sob pena de ser considerado não inscrito.

#### 2.7 - Correção nos Dados Cadastrais

A correção de dados cadastrais deverá ser solicitada, em caso de aprovação, no momento da matrícula.

#### 2.8 - Indicação do Local de Provas

A informação individualizada sobre o local de realização das provas estará disponível, na Internet, até o dia **01/06/2009**.

#### 2.9 - Critérios Específicos

2.9.1 - É expressamente proibido ao candidato efetuar mais de uma inscrição no Processo Seletivo Específico. Caso isso ocorra, a COPERSE confirmará a última inscrição registrada e confirmada.

2.9.2 - O candidato que deixar de preencher sua opção de Polo não terá sua inscrição homologada.

2.9.3 - O candidato terá sua inscrição confirmada somente após a comprovação do pagamento da respectiva inscrição, que poderá ser efetuado em qualquer agência bancária.

2.9.4 - Não será permitida a troca de opção de Polo em relação àquela originalmente indicada no Requerimento de Inscrição do candidato. Casos excepcionais serão analisados pela Coordenação do Curso.



**3 – POLOS, VAGAS, ENDEREÇOS E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS POSTOS DE INSCRIÇÃO.**

PÓLO	VAGAS	LOCAL	HORÁRIO	TELEFONE
Arroio dos Ratos	50	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MIGUEL COUTO - Av. João Pereira da Silva, 1250 - Arroio dos Ratos/RS	13h00 às 17h e das 18h00 às 22h00	(51)3656-3087
Balneário Pinhal	30	POLO DE APOIO PRESENCIAL: EMEF LUIZ DE OLIVEIRA, Rua São Jerônimo s/nº Distrito de Magistério	14h00 às 21h00	(51)3686 1530
		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SMEC), Rua João Guimarães Chiden, 303 Centro Balneário Pinhal-RS - 95599-000	08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00	(51)3682.3352 3682.3354
Cachoeira do Sul	50	POLO CACHOEIRA DO SUL - Rua David Barcelos, nº270	8h às 22h	(51) 37246007
Camargo	50	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA (SMEC): Rua Padre Stripulli, 1150 - Centro - Camargo/RS	07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30	(54)3357 1157
Constantina	30	E.M.E.F. SANTA TEREZINHA Av. Amandio Araújo, 1125 Centro - Constantina /RS	08h30 às 11h30 14h00 às 22h00	(54)3363 1385
Itaqui	35	POLO UNIV. DA FRONTEIRA OESTE Rua Euclides Aranha, 1288 - Centro - Itaqui/RS	08h00 às 12h00 13h30 às 17h00 e 19h00 às 22h00	(55)3433-7480
Picada Café	30	ESCOLA MUNICIPAL DE ENS. FUND. 25 DE JULHO / POLO UNIVERSITÁRIO DE PICADA CAFÉ: Rua das Azaléias, 638 - Centro	13h00 às 19h00	(54)3285 2206
Quaraí	25	CENTRO CULTURAL DYONÉLIO MACHADO - Rua General Canabarro, S/Nº - Praça General Osório – Centro – Quaraí	13h00 às 19h00 (de segunda à sábado)	(55)3423 1198
Santo Antônio da Patrulha	30	POLO DE APOIO PRESENCIAL: Rua Barão do Cahy, nº 125, Cidade Alta - Santo Antônio da Patrulha, RS - 95500-000	08h00 às 18h00	(51) 3662 7214
São Francisco de Paula	30	POLO DE APOIO PRESENCIAL: Rua Manoel Vicente Ferreira, 329 (em cima do Banco do Brasil) - CAEDSFP (Centro de Apoio para a Educação a Distância de São Francisco de Paula)	08h30 às 11h30 14h00 às 21h30	(54) 3244 1665
São Lourenço do Sul	30	PAES-POLO DE APOIO AO ENSINO SUPERIOR ANEXO A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA MARINA VARGAS, Av. Cel. Nonô Centeno, 933 - São Lourenço do Sul	8h30 às 11h30 (2ª 4ª 6ª) 13h30 às 17h30 (de 2ª a 6ª) 19h00 às 21h00 (de 2ª a 6ª)	(53)3251 6068
Três de Maio	50	POLO UNIVERSITÁRIO FEDERAL DE TRÊS DE MAIO - Rua Planalto, 1600 – Bairro Glória – Três de Maio - RS	13h30 às 23h00 (sem intervalo)	(55) 3535 8877
Três Passos	60	POLO UNIVERSITÁRIO DE TRÊS DE PASSOS, Rua Benjamin da Silva Osório, nº 83 - Glória, Três Passos/RS	08h00 às 21h00	(55)3522 3078 3522.2627

**OBS:** Estão previstas no mínimo 20% das atividades na modalidade presencial, de caráter obrigatório, que ocorrerão na sede do Polo no município respectivo, à noite ou em finais de semana.



#### 4 - PROVAS

##### 4.1 - Avaliação de Conhecimentos

O Processo Seletivo constitui-se de três provas, uma por área, com trinta questões de escolha múltipla cada, mais a prova de Redação, que visam à avaliação dos candidatos.

As áreas de conhecimentos estão definidas conforme estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Área I - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Área II - Ciências da Natureza, Matemática, Física, Química e suas Tecnologias e Área III - Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A prova relativa à Área I constituir-se-á de 30 (trinta) questões envolvendo 20 (vinte) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Literatura Brasileira e 05 (cinco) questões de Língua Estrangeira Moderna - o candidato poderá optar, no ato da inscrição por um dos seguintes idiomas: Espanhol e Inglês. A prova relativa à Área II constituir-se-á de 10 (dez) questões de Matemática, 05 (cinco) questões de Física, 05 (cinco) questões de Química e 10 (dez) questões de Biologia. A prova relativa à Área III constituir-se-á de 15 (quinze) questões de História e 15 (quinze) questões de Geografia.

A prova de Redação registrará um escore máximo equivalente a 30 acertos, o que corresponde às 30 questões de cada uma das três provas objetivas de escolha múltipla.

A prova de Redação será avaliada por dois examinadores, e o escore resultante desse procedimento será formado pela média dos escores por eles atribuídos. A nota de cada prova realizada pelo candidato será obtida pela padronização do escore bruto obtido na mesma, calculado pela seguinte fórmula:

$$E_p = \frac{E_b - \mu}{\sigma} \times 100 + 500$$

Onde:  $E_p$  = escore padronizado da prova  
 $E_b$  = escore bruto do candidato  
 $\mu$  = média dos escores brutos da prova  
 $\sigma$  = desvio padrão da prova

Os candidatos não eliminados do Processo Seletivo serão selecionados para preenchimento das vagas oferecidas nos polos a que estão concorrendo, segundo a ordem decrescente do argumento de concorrência, obtido calculando-se a média harmônica ponderada dos escores padronizados que obtiverem no conjunto das provas, calculada pela seguinte fórmula:

$$AC = \frac{4}{\frac{1}{E_{pPR}} + \frac{1}{E_{pP1}} + \frac{1}{E_{pP2}} + \frac{1}{E_{pP3}}}$$

Onde:  $AC$  = argumento de concorrência  
 $E_{pPR}$  = escore padronizado da prova de Redação;  
 $E_{pP1}$  = escore padronizado da prova da Área 1 - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;  
 $E_{pP2}$  = escore padronizado da prova da Área II - Ciências da Natureza, Matemática, Física, Química e suas Tecnologias;  
 $E_{pP3}$  = escore da prova da Área III - Ciências Humanas e suas Tecnologias.

No caso de empate, será considerado melhor classificado o candidato com a maior soma dos escores brutos. Persistindo o empate, será considerado o melhor escore na prova de Redação.

Será eliminado do Processo Seletivo, automaticamente, o candidato que se enquadrar em pelo menos uma das seguintes situações:

- não tiver realizado qualquer uma das provas;
- que não acertar no mínimo uma questão em qualquer uma das três provas constituídas por itens de escolha múltipla;
- que obtiver aproveitamento inferior a 30% do escore máximo na prova de Redação;
- que obtiver aproveitamento inferior a 30% no total da soma dos escores brutos no conjunto das provas objetivas de escolha múltipla;
- que obtiver, em qualquer uma das provas, escore padronizado igual ou menor do que zero.

#### 4.2 - Calendário das Provas de Conhecimento

As provas ocorrerão no dia **07 de junho de 2009**, de acordo com o que segue:

Turno	Provas
Manhã: 08h30min*	- Prova de Redação; - Prova da Área I - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias - 30 questões.
Tarde: 14h30min*	- Prova da Área II - Ciências da Natureza, Matemática, Física, Química e suas Tecnologias - 30 questões; - Prova da Área III - Ciências Humanas e suas Tecnologias - 30 questões.

\*Desde já ficam os candidatos convocados a comparecer com no mínimo 30 minutos de antecedência, aos respectivos locais de realização das provas (manhã: 8h; tarde: 14h). Não será permitida a realização das provas do turno ao candidato que comparecer após as 8h30min no turno da manhã e/ou após as 14h30min no turno da tarde.

Os candidatos terão 3h30min para responder a todas as questões das provas do turno e preencher a folha ótica de respostas e a de Redação. É de inteira responsabilidade do candidato verificar a correspondência das respostas marcadas na sua folha ótica de respostas com as da sua prova.

O candidato somente poderá realizar a prova no município sede do polo para o qual se inscreveu ou em município circunvizinho ao município sede do polo, a critério da UFRGS. Não será permitido a qualquer candidato realizar a prova fora das dependências previamente estabelecidas, exceto em casos especiais autorizados pela COPERSE/UFRGS.

É de responsabilidade dos candidatos conhecer, com antecedência, os locais de realização das provas.

O tempo de permanência na sala de prova é de, no mínimo, 02h. Os dois últimos candidatos deverão se retirar da sala de prova ao mesmo tempo.

#### 4.3 - Prova Documental

Os candidatos selecionados, cuja classificação estiver dentro do limite de vagas de cada polo, deverão apresentar a documentação comprobatória, no prazo estabelecido no item 1 do Manual do Candidato, da conclusão do Ensino Médio (curso de 2º Grau ou equivalente), bem como os demais documentos definidos no Manual do Candidato, disponível no site [www.coperse.ufrgs.br/ead/rural](http://www.coperse.ufrgs.br/ead/rural).

O candidato selecionado no limite das vagas que não comparecer pessoalmente, ou não constituir procurador para efetuar a matrícula inicial no prazo estabelecido, no Manual do Candidato, perderá o direito à vaga e será substituído pelo candidato imediatamente subsequente na lista de selecionados no respectivo polo.

#### 4.4 - Programas

Os programas das Áreas e da prova de Redação encontram-se divulgados no Manual do Candidato disponível no site [www.ufrgs.br/coperse/ead/rural](http://www.ufrgs.br/coperse/ead/rural).

### 5 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Conforme estabelece a Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, mesmo selecionado, não poderá se matricular para estudos em grau superior o candidato que não tenha cumprido o estágio regular nos cursos em que ele é indispensável (Parecer nº 379/87 do Conselho Estadual de Educação/RS).

As disposições do Manual do Candidato relativas à inscrição, ao calendário do Processo Seletivo Específico e da matrícula, à realização das provas, aos critérios de seleção e classificação, à sistemática de matrícula, ao sistema de opções e distribuição de vagas por Polo, bem como as demais regulamentações nele constantes, constituem normas que passam a integrar o presente Edital.

Não haverá devolução do valor de inscrição seja qual for o motivo alegado.

A COPERSE procederá, no dia da realização das provas e durante as mesmas, como forma de identificação, à coleta de impressão digital de todos os candidatos.

A UFRGS poderá proceder, por ocasião da matrícula, como forma de confirmação de identificação, à coleta de impressão digital dos candidatos selecionados.

Não será concedida revisão ou vista de provas ou de gabaritos deste Processo Seletivo Específico.

Os resultados deste Processo Seletivo Específico são válidos exclusivamente para o segundo semestre de 2009, não sendo, portanto, necessária a guarda da documentação dos candidatos por prazo superior ao término do referido período letivo.

A não observância das disposições e instruções contidas neste Edital, no Caderno de Prova, no Manual do Candidato, e Avisos Oficiais que a COPERSE venha a divulgar no site [www.ufrgs.br/coperse/ead/rural](http://www.ufrgs.br/coperse/ead/rural) poderá acarretar a eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Específico.

#### **6 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

O ingresso dos alunos no curso se dará em duas entradas, dependendo do Polo para o qual ele foi classificado, conforme item 4 do Manual do Candidato.

As atividades dos alunos serão desenvolvidas a distância e presencialmente. As atividades presenciais obrigatórias serão desenvolvidas por professores selecionados pela UFRGS e/ou por tutores a distância, com o suporte de tutores presenciais. As atividades a distância serão atendidas por professores e/ou por tutores a distância, em ambiente virtual através da Internet. Em cada polo estarão disponíveis: um laboratório de informática, uma biblioteca, um espaço para atividades coletivas, e espaços para o atendimento presencial.

Durante o seu desenvolvimento, o Curso estará sempre adequado às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso Tecnológico de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, conforme estabelecido na Resolução CNE/CEP nº. 3, de 18 de dezembro de 2002; no Parecer CNE/ CES nº. 436, de 06 de abril de 2001; na Resolução CONFEA nº. 1.010, de 22 de agosto de 2005.

Dadas as características da concepção pedagógica do processo seletivo especial e da grade curricular para este curso específico de Graduação Tecnológica de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, não será permitido o aproveitamento de créditos oriundos de quaisquer outros cursos de Graduação, presenciais ou a distância. A única exceção prevista é o aproveitamento de créditos oriundos do Curso de Graduação Tecnológica de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER/UFRGS, 1ª edição.

Não será permitida a mobilidade dos alunos entre polos no decorrer de todo o curso, em relação àquela originalmente indicada no Requerimento de Inscrição do candidato. Casos excepcionais deverão ser encaminhados via requerimento à Coordenação do Curso para análise.

Porto Alegre, 15 de abril de 2009.  
Carlos Alexandre Netto  
Reitor

## **ANEXO IV – REGISTRO CREA**





## **ANEXO V – REPERCURSO CAPES**